

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARIANA LEMOS DO PRADO

Educação de jovens e adultos: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos que conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL (1967-1985)

Uberlândia-MG

2017

MARIANA LEMOS DO PRADO

Educação de jovens e adultos: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos
que conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL
(1967-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: Armino Quillici Neto

Uberlândia-MG

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P896 Prado, Mariana Lemos do, 1984-
e Educação de jovens e adultos : um estudo acerca dos
2017 princípios políticos e pedagógicos que conduziram a proposta
educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL
(1967-1985) / Mariana Lemos do Prado. - 2017.
133 f. : il.

Orientador: Armindo Quillici Neto

Coorientador: Sauloéber Tércio de

Souza

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.

Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.57> Inclui
bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. MOBRAL - Teses. 3. Educação de
adultos - Teses. 4. Alfabetização funcional - Teses. 5. Política e
educação - 1967- 1985 - Teses. I. Quillici Neto, Armindo. II.
Souza, Sauloéber Tércio de.

III. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Glória Aparecida – CRB-6/2047

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

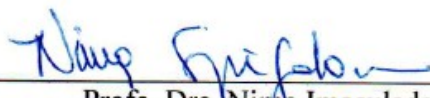
MARIANA LEMOS DO PRADO

Educação de jovens e adultos: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos que
conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL
(1967-1985)

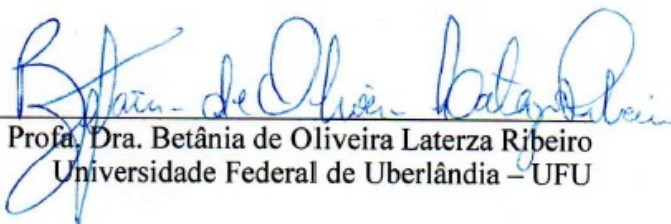
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Armino Quillici Neto
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dra. Nina Imaculada Spigolon
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP



Prof. Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Uberlândia: 05/12/2017
Resultado: Aprovada

Uberlândia
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em especial aos professores que ministraram as disciplinas das quais fui discente: Prof^a Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima e Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e defesa Prof^a Dra. Nima Imaculada Spigolon, Prof^a Dra. Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Prof. Dr. Sauloéber Tarsio de Souza pelas valiosas contribuições dispensadas.

Ao estimado orientador Prof. Dr. Armindo Quillici Neto, pela confiança e dedicação demonstrada.

Ao Prof. Dr. Osmar Fávero do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, pela atenção e a disponibilização de fontes que foram essenciais para a realização do presente trabalho.

Agradeço pelo companheirismo e auxílio dos colegas do mestrado, especialmente Carla Cristina Jacinto e Raquel Ranzatti, e dos servidores da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste estudo.

RESUMO:

O Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL criado durante o Regime Militar (1964-1985), pela Lei nº5.379 de 15/12/1967, se constituiu em um dos mais extensos e complexos programas de educação de adultos já desenvolvidos no país. Para realização deste trabalho foi elaborada uma análise dos princípios políticos, pedagógicos, metodologias e ideais que conduziram os principais programas do MOBRAL, com ênfase na Alfabetização Funcional. Com o objetivo de evidenciar as representações ideológicas presentes no MOBRAL foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental de fontes como: a documentação e legislação educacional do período (1967-1985); Estatutos e Documento Básico da Fundação; pesquisas acadêmicas; as publicações do MEC e os materiais didáticos do MOBRAL. A estrutura administrativa e toda sofisticação de seus sistemas de supervisão, informação e logística evidenciam a centralização, hierarquização e rigidez no controle dos processos. Atribui-se à orientação tecnocrática do movimento à influência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em especial ao trabalho de Arlindo Lopes Corrêa que se destaca como idealizador, gestor e representante do MOBRAL, um intelectual que buscou mediar a unidade política e ideológica da instituição e legitimar seu trabalho perante a opinião pública. As campanhas, os materiais pedagógicos, os princípios e objetivos dos programas, difundiam ideais como progresso, patriotismo e participação comunitária, conciliando a propaganda em prol do governo com a exaltação ao MOBRAL e seus feitos. Porém, além de não obter os resultados previstos, o MOBRAL contribuiu para reforçar o preconceito contra o analfabeto, responsabilizando-o pelo atraso educacional do país e valorizando seus aspectos considerados negativos. Pela avaliação crítica da proposta educacional do MOBRAL, tendo em vista o contexto político, econômico e social de sua época, evidencia-se a contradição de um regime autoritário e excludente que proclamava a universalização e a democratização do ensino.

Palavras-chave: MOBRAL. Educação de adultos. Alfabetização Funcional. Ditadura. Princípios políticos e pedagógicos.

ABSTRACT

The Brazilian Literacy Movement (MOBRAL) created during the military regime (1964-1985) by the Brazilian law nº 5.379 of 15/12/1967, was one of the most extensive and complex adult education program developed in the country. For this study, an elaborated analysis was made of the political and pedagogical principles, methodologies and ideals that led the main programs of MOBRAL, with emphasis on functional literacy. With the aim of highlighting the ideological representations of MOBRAL, a bibliographical and documentary research was held based upon documentation and educational legislation of the period (1967-1985); statutes and basic institutional documents; academic researches; publications of the Ministry of Education and the teaching materials for support of MOBRAL. The administrative structure and the sophistication of their information, logistics and supervisory systems demonstrate the centralisation, hierarchisation and rigidity control of the processes. The technocratic orientation of the Movement is assigned to the influence of the Institute for Applied Economic Research (Ipea), in particular for the work of Arlindo Lopes Corrêa, that stands as founder, manager and representative of the MOBRAL. Corrêa was an intellectual who sought to mediate the political and ideological unity of the Movement and legitimize his work for the people. The campaigns, teaching materials, principles and objectives of the programs spread the ideas of progress, patriotism and community participation, combining the propaganda on behalf of government with the elation of MOBRAL and his deeds. In addition to not getting the expected results, the MOBRAL contributed to reinforce the prejudice against the illiterate, blaming them for the country's educational delay and valuing their negative aspects. The critical evaluation of the educational proposal of MOBRAL, considering the political, economic and social context of your time, emphasize the contradiction of an authoritarian and excluding regime that proclaimed the universalization and democratization of education.

Keywords: MOBRAL. Adult education. Functional literacy. Dictatorship. Political and pedagogical principles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Campanha para mobilização do voluntariado para o MOBRAL	47
FIGURA 2 -	Campanha do MOBRAL	49
FIGURA 3 -	Campanha para mobilização das prefeituras municipais	50
FIGURA 4 -	Campanha para adesão do empresariado	51
FIGURA 5 -	Os níveis administrativos do MOBRAL	53
FIGURA 6 -	Estrutura do MOBRAL Central	56
FIGURA 7 -	Fluxo de Inter-relacionamento da Rede de Supervisão do MOBRAL	57
FIGURA 8 -	Evolução do comportamento do analfabetismo no Brasil segundo o IBGE e o MOBRAL	63
FIGURA 9 -	Sumário do Livro-Caderno de Alfabetização Funcional da Coleção MOBRAL – Unidades 1 a 11	79
FIGURA 10 -	Sumário do Livro-Caderno de Alfabetização Funcional da Coleção MOBRAL- Unidades 12 a 20	80
FIGURA 11 -	Livro-texto de Alfabetização do PAF, Série Bloch – Lição “O Povo”	81
FIGURA 12 -	Livro-texto de Alfabetização do PAF, Série Bloch – Lição “A Pátria”	82
FIGURA 13 -	Livro de Leitura Série Vecchi – Lição “Ordem e Progresso”	83
FIGURA 14 -	Livro do Aluno, Série LISA – Direitos e deveres dos cidadãos	84
FIGURA 15 -	Livro-texto de Alfabetização do PAF, Série Bloch	85
FIGURA 16 -	Livro de Leitura Série Vecchi – Decomposição silábica	86
FIGURA 17 -	Esquema da Alfabetização Funcional	87
FIGURA 18 -	Manual do Alfabetizador- Orientações de como tratar o adulto analfabeto	90
FIGURA 19 -	Orientações para o trabalho com a palavra geradora	92
FIGURA 20 -	Manual do Alfabetizador – Orientações do “Roteiro das Unidades”	93
FIGURA 21 -	Roteiro do Alfabetizador da Editora Bloch S/A	94
FIGURA 22 -	Roteiro do Alfabetizador da Editora Bloch S/A – Técnicas de Grupo	95
FIGURA 23 -	Modelo de avaliação da leitura e escrita	99
FIGURA 24 -	Modelo de avaliação dos aspectos formativos	100
FIGURA 25 -	Dados quantitativos da evolução do PAF (1970-1977)	103
FIGURA 26 -	Figura 30 - Poema publicado na 2ª Mostra de Trovas do MOBRAL- Niterói- RJ, 1980.	109

FIGURA 27 -	Índice da Coleção “Quem Lê... Vai Longe”	110
FIGURA 28 -	Coleção “Quem Lê... Vai Longe”	112

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

ACISO	Ação Cívico Social
AID	<i>Agency for International Development</i>
ASSOM	Assessoria de Organização e Métodos
ASSUP	Assessoria de Supervisão e Planejamento
CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEPELAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
COEST	Coordenação Estadual
COMUM	Comissão Municipal
COTER	Coordenação Territorial
CPC	Centro Popular de Cultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DNE	Departamento Nacional de Educação
EDUCAR	Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNEP	Fundo Nacional do Ensino Primário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEPED	Gerência Pedagógica
GEPRO	Gerência de Profissionalização
GEMOB	Gerência de Mobilização
GERAF	Gerência Financeira
GERAP	Gerência de Apoio
GETEP	Gerência de Treinamento e Pesquisa
GI	Grupo Interministerial
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	Organização das Nações Unidas

PAF	Programa de Alfabetização Funcional
PEI	Programa de Educação Integrada
PES	Programa de Educação Comunitária para Saúde
PETRA	Programa de Educação Comunitária para o Trabalho
PNA	Programa Nacional de Alfabetização
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PRODAC	Programa Diversificado de Ação Comunitária
SEA	Serviço de Educação de Adultos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEXEC	Secretaria Executiva
SIIMO	Sistema Integrado de Informações
SILOG	Subsistema Logístico
SIRENA	Sistema de Rádio – Educativo Nacional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUSUG	Subsistema de Supervisão Global
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O PERCURSO HISTÓRICO DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS DESTINADAS A JOVENS E ADULTOS, ATÉ A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – MOBRAL	18
2.1	Breve histórico sobre a educação de jovens e adultos no Brasil até 1964	19
2.1.1	<i>As primeiras iniciativas</i>	22
2.1.2	<i>Período de 1946/1958: A educação de adultos como um problema nacional, e as primeiras campanhas oficiais em prol da educação de adolescentes e adultos analfabetos</i>	24
2.1.3	<i>Período de 1958/1964: Novas ideias em educação de adultos, os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB)</i>	26
2.2	A educação de jovens e adultos no Regime Militar (pós 1964)	32
3	MOBRAL: SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO E O LANÇAMENTO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE MASAS	38
3.1	Institucionalização do MOBREAL	38
3.2	Estrutura e funcionamento	43
3.3	Contexto social, político e econômico do lançamento dos principais programas de educação de massas do MOBREAL	59
3.4	Arlindo Lopes Corrêa: o intelectual do MOBREAL	65
4	PRINCIPAIS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE MASSAS DO MOBREAL	70
4.1	Programa de Alfabetização Funcional – PAF	70
4.1.1	<i>Implantação e funcionamento</i>	71
4.1.2	<i>Objetivos</i>	73
4.1.3	<i>Metodologia</i>	74
4.1.4	<i>Material didático</i>	77
4.1.5	<i>Formação dos Alfabetizadores</i>	88
4.1.6	<i>Avaliação do Aluno</i>	97
4.2	Programa de Educação Integrada- PEI	104
4.3	Programa MOBREAL Cultural	107
4.4	Programa de Profissionalização	113

4.5	Programas de Desenvolvimento Comunitário – PDC	115
4.5.1	<i>Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC)</i>	118
4.5.2	<i>Programa de Educação Comunitária para Saúde – PES</i>	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise dos princípios políticos, pedagógicos, metodologias e ideais presentes no Movimento Brasileiro de Educação – MOBRAL criado durante o Regime Militar (1964-1985), pela Lei nº5.379 de 15/12/1967. Entretanto somente em 1970, com seu desligamento do Departamento Nacional de Educação-DNE e transformação de sua proposta inicial, o MOBRAL passou a ser um órgão executor de programas de alfabetização e educação continuada para jovens e adultos. Neste período educação destinada a jovens e adultos analfabetos foi caracterizada pela expansão quantitativa, que resultou num processo de massificação, sem preocupação com as estruturas adequadas para garantir a qualidade, já que a meta prioritária era erradicar o analfabetismo no país em dez anos de atuação do programa.

Considerado “obra e braço da ditadura militar” Ferraro (2013, p. 76), o MOBRAL se constituiu em um dos mais extensos e complexos programas de educação de adultos já desenvolvidos no país. Autores como Oliveira (1989) e Souza (2016) apontam o MOBRAL como um importante instrumento para legitimação do regime, para o afastamento de ameaças esquerdistas que permeavam a educação popular, e para a construção de um ideal de democracia agenciado pelo regime ditatorial¹ dos anos de 1964 a 1985. Reflexo do contexto político, econômico e social de sua época, o MOBRAL foi sendo reestruturado com vistas à diversificação de suas atividades numa tentativa de justificar sua existência e garantir a continuidade de seus programas. Porém, as reformulações do movimento, a ampliação de seu campo de atuação, e toda estrutura organizacional montada de forma a atuar em todos os municípios brasileiros, não foram suficientes para a consecução de sua meta inicial e prioritária: erradicar o analfabetismo até 1980. Dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que na década de 1970 o país apresentava, entre a população brasileira acima de 15 anos de idade, uma taxa de analfabetismo de 33,6%. Na década de 1980, após dez anos de atuação do MOBRAL, essa taxa se encontrava em 25,4% (redução de apenas 8,2%), um índice muito distante das expectativas iniciais de seus organizadores, que previam uma taxa de analfabetismo abaixo dos 10% para o início da década de 1980. Em 06 de fevereiro de

¹ Autores como Galvão (2014), Germano (2011) e Souza (2016) utilizam o termo “civil-militar” ou “empresarial militar” para caracterizar o regime ditatorial instaurado em 1º de abril de 1964, em virtude do amplo apoio de diversos setores da sociedade civil: Igreja Católica, classe média, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, grupos empresariais, empresas multinacionais e a imprensa.

1985, pelo Decreto n. 92.374 foi criada a Fundação EDUCAR para substituir o MOBRAL, extinto na mesma ocasião.

Consultando o Banco de Teses e Dissertações disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), verificamos que o MOBRAL foi objeto de estudo de alguns trabalhos acadêmicos que se referem à história da educação, à memória da alfabetização de adultos, à educação do campo, às políticas públicas e direitos humanos. Dentre estes trabalhos destaca-se a tese: “Alfabetização e legitimidade: a trajetória do MOBRAL entre os anos 1970-1980” de Bianca Nogueira da Silva Souza, e a dissertação: “Entre vacinas e canetas: as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970 – 1985)” de José Maxsuel Lourenço Alves. O MOBRAL também foi matéria de valiosas pesquisas sobre a atuação do órgão em âmbito regional, no contexto de cidades como Uberlândia - MG, Patos de Minas - MG, Varginha - MG, Uberaba – MG, Santana do Ipanema – AL, Goiânia – GO, Sorocaba – SP, Araras – SP, entre outras.

A motivação em estudar este tema advém de uma experiência pessoal, a partir da convivência com pessoas que costumam usar o termo MOBRAL de forma irônica e até mesmo ofensiva, para se referir aos indivíduos adultos que apresentam alguma dificuldade de leitura e escrita, ou problemas de aprendizagem. O fato de possuir no contubérnio familiar pessoas com pouca escolarização e, em virtude disso, serem em algumas ocasiões rotuladas como “MOBRAL”, instigou o interesse em saber a razão pela qual as pessoas internalizaram este termo de maneira tão negativa e depreciativa? Sendo assim, buscamos no presente trabalho, compreender os princípios políticos, pedagógicos, metodologias e ideais que conduziram a proposta educacional do MOBRAL, e assim promover o desvelamento de questões como: Quais foram os fundamentos epistemológicos e ideologias que influenciaram a política educacional voltada para os adultos analfabetos durante o Regime Militar? Qual a concepção de formação oferecida pelo MOBRAL? Quais eram seus objetivos educacionais? Quem foram seus principais idealizadores? De que forma o MOBRAL contribuiu para a manutenção da hegemonia existente no contexto da ditadura? Quais foram os resultados do MOBRAL?

Para realização deste estudo foi elaborada uma análise dos princípios políticos e pedagógicos, da estrutura organizacional, dos objetivos e metodologias dos principais programas do MOBRAL, com ênfase na Alfabetização Funcional. Para isto, foram examinadas fontes que pudessem caracterizar a atuação do movimento: a documentação e

legislação educacional do período (1967-1985); Estatutos e Documento Básico da Fundação; as publicações do MEC e Coleção MOBRAL²; relatórios sobre o funcionamento dos programas; manuais de instrução e treinamento dos alfabetizadores, material didático, roteiros de atividades, entre outros. Além de pesquisas acadêmicas e obras de autores especializados em Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular como: Beisiegel (2004), Fávero (2015), Haddad e Di Pierro (2000), Jannuzzi (1979) e Soares (2002). E autores que tratam do contexto da educação brasileira durante o regime ditatorial de 1964: Cunha e Góes (1985), Germano (2011), Lira (2010), entre outros.

No tratamento das fontes utilizadas buscamos contextualizar os documentos coletados, corroborando a perspectiva de Bacellar (2008, p. 63-64):

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu [...] Um dos pontos cruciais de uso de fontes reside no contexto de sua época [...] Acima de tudo, o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem a escreveu [...] ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu, somente entendidas com o olhar crítico e a correta contextualização do documento que se tem em mãos.

Neste sentido procuramos questionar os aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais que envolveram a produção das fontes consultadas. Referindo-se ao contexto do regime ditatorial, Luca (2007, p. 129) adverte-nos de que não há como deixar de lado o espectro da censura:

Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a Ditadura Militar, seja na condição de difusor de propaganda política favorável ao regime, ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas produções contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.

Considerados estes aspectos relacionados ao tratamento das fontes, utilizaremos como referencial teórico os fundamentos epistemológicos de educação e de escola do filósofo italiano Antonio Gramsci, e outros autores interlocutores das categorias gramscianas como Cury (1986), Jesus (1985, 2005), Manacorda (2013), Mayo (2004), Mochcovitch (1988) e Nosella (2004). A escolha da linha de análise baseada nas conceituações de Gramsci, busca evidenciar “determinadas categorias que não são valorizadas em outras conceituações e, por

² Foi consultado o acervo bibliográfico sobre o MOBRAL reunido e digitalizado pelo Núcleo de Estudos e Documentação em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal Fluminense.

seu maior grau de abrangência, permitem uma leitura mais compreensiva do real.” (CURY, 1986, p.10).

A temática pedagógica ocupa uma posição privilegiada no pensamento gramsciano, em seus escritos a educação emerge como um instrumento necessário à luta entre as classes sociais, pelo exercício do poder ou pela hegemonia (JESUS, 1985). Em suas reflexões acerca das relações de dominação, no contexto da sociedade capitalista, Gramsci evidencia o papel da educação como organicamente necessária à reprodução das relações sociais, funcionando como mediadora capaz de corroborar a hegemonia dominante, ou concorrer para sua superação³. Seu conceito de hegemonia o possibilitou interpretar e conceituar o fato educativo de modo singular e autêntico, relacionando-o com as estruturas sociais e econômicas, além de determinar sua posição sobre os demais elementos de seu pensamento, que serão utilizados em nossa análise do MOBRAL: escola, intelectuais, consenso, formação intelectual e elevação cultural das massas. A análise e utilização destes fundamentos se dão em virtude de sua estreita ligação com o contexto da educação dirigida a jovens e adultos durante o Regime Militar: a propagação de um discurso hegemônico na educação de adultos, que procurou submeter à educação às necessidades do desenvolvimento econômico ao priorizar a formação de mão de obra, e difundir entre as massas os valores e condutas requeridas pelo regime ditatorial vigente.

O conteúdo do trabalho foi estruturado em três seções básicas. A Seção 2 apresenta o percurso histórico das iniciativas educacionais destinadas a jovens e adultos, desde suas origens no período colonial, até os primeiros anos do regime ditatorial (1964-1970) período em que foi institucionalizado o MOBRAL. Para traçar este percurso histórico foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente à História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, no contexto de suas políticas públicas, iniciativas, movimentos e campanhas em prol da alfabetização de adultos que antecederam o MOBRAL e exerceram influência sobre sua constituição.

Na Seção 3 foi realizado um estudo sobre o MOBRAL, desde sua institucionalização até a implantação de seus programas, considerando sua inserção no contexto político, econômico e social. Nesta seção serão abordados aspectos referentes à estrutura administrativa e funcional da instituição, suas linhas de orientação, e a atuação de Arlindo

³ Mochcovitch (1988. p.24) ressalta que embora o conceito de hegemonia seja adequado a um trabalho profundo e rico de análise da dominação na sociedade capitalista moderna, não se deve esquecer que Gramsci sempre pensa na perspectiva da transformação da sociedade e não da reprodução.

Lopes Corrêa como o principal idealizador e representante do MOBRAL. Para isto, serão examinadas fontes que possam caracterizar a atuação do órgão: a documentação e legislação educacional do período (1967-1985); Estatutos e Documento Básico da Fundação; as publicações do MEC e Coleção MOBRAL.

A Seção 4 trata dos principais programas de educação de massas desenvolvidos pelo MOBRAL, seus pressupostos teórico-metodológicos, seus objetivos e material didático. Para a exposição destes programas buscamos analisar as publicações do MOBRAL e contextualizá-las usando como contraponto, autores como Freire (1978, 2016), Jannuzzi (1979), Mendonça (1985) e Saviani (2013), além de trabalhos acadêmicos pertinentes a execução dos programas em âmbito regional. Considerando que o Programa de Alfabetização Funcional (PAF) constituiu o programa central e básico do MOBRAL, que atendeu o maior número de pessoas e consumiu maior parte dos seus recursos, ele será objeto importante da nossa atenção. Sendo assim, aspectos como a metodologia, material didático, avaliação e formação dos alfabetizadores serão privilegiados em nossa análise, que utilizará como fontes: relatórios, manuais de instrução e treinamento dos alfabetizadores, roteiros de atividades, livros do aluno e do professor, entre outros materiais do PAF.

Perante o esforço empreendido para a compreensão do arcabouço teórico e dos marcos legais desse campo da educação brasileira acreditamos que esta dissertação possa complementar os estudos em História da Educação e no campo da Filosofia da Educação, e favorecer também futuras pesquisas no campo da alfabetização de jovens e adultos, tanto no aspecto de superação do analfabetismo⁴ e os impactos dos programas, quanto em descobrir qual a concepção de ser humano e sociedade que se pretendeu construir com este movimento? No que se refere à educação de adultos, qual foi a herança deixada pelo regime ditatorial? Quais princípios, ideais e práticas do MOBRAL se fizeram presentes nos subsequentes projetos? Esta é uma reflexão que se faz atual e necessária diante dos recentes desdobramentos do cenário político e social de nosso país, no qual grupos de cidadãos, ainda que não numerosos, se manifestam a favor da intervenção militar.

⁴ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pnad 20015, a taxa de analfabetismo caiu de 11,5%, em 2004, para 8%, em 2015 (estes 8% equivalem a cerca de 13 milhões de analfabetos). O maior índice encontra-se na região Nordeste, onde a taxa de analfabetismo chega a 16,2%, muito superior em relação ao Sul, com 4,1%. E é maior nas faixas de idade mais avançadas: no grupo de 15 a 19 anos, a taxa é de 0,8%, enquanto na faixa de 65 anos ou mais, é de 25,7%. Dados disponíveis em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br>>.

2 O PERCURSO HISTÓRICO DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS EDUCACIONAIS DESTINADAS A JOVENS E ADULTOS, ATÉ A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO– MOBRAL

A educação de jovens e adultos compreende um conjunto de múltiplos processos e práticas formais e informais, relacionadas à formação básica e geral, e a aquisição de conhecimentos de ordem cultural, social, técnica e profissional, estendendo-se por quase todos os domínios da vida social. No que se refere à educação escolar, Friedrich et al. (2010, p.392) considera a escolarização de adultos em toda sua trajetória como uma

[...] proposta política redimensionada à plataforma de governo na tentativa de elucidação de um problema decorrente das lacunas do sistema de ensino regular. Sendo assim, muitas confusões surgem nas definições encontradas na literatura acerca da nomenclatura de EJA. Não significa que essa modalidade de ensino, hoje Educação de Jovens e Adultos, tenha diferentes definições, mas pela própria história da evolução da EJA no Brasil e no mundo nas diferentes faces do desenvolvimento histórico da sociedade, o tratamento dos termos associados foi-se confundindo e se configurando como complementação de estudos e suplementação de escolarização.

Ainda sobre os sentidos atribuídos a esta modalidade de ensino Almeida e Corso (2015, p. 1284) esclarecem que,

A educação de jovens e adultos tem uma trajetória histórica de ações descontínuas, marcada por uma diversidade de programas, muitas vezes não caracterizada como escolarização. Com a aprovação da LDB 9394/96, a EJA é caracterizada como modalidade de educação básica correspondente ao atendimento de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica. Esses documentos trouxeram alterações e ampliações conceituais produzidas desde o final da década de 1980, ao usar o termo Educação de Jovens e Adultos para assinalar as ações anteriormente conhecidas como Ensino Supletivo.

A presente seção apresenta uma breve retrospectiva histórica sobre a educação de adultos, desde suas origens no período colonial, até os primeiros anos do regime ditatorial militar (1964-1970) período em que foi institucionalizado o MOBRAL. Para elaboração da mesma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica referente à História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, no contexto de suas políticas públicas, iniciativas, movimentos e campanhas em prol da alfabetização de adultos que antecederam o MOBRAL e exerceram influência sobre sua constituição.

2.1 Breve histórico sobre a educação de jovens e adultos no Brasil até 1964

A ação educativa destinada a adolescentes e adultos tem sua origem no período colonial, com a chegada da ordem religiosa católica Companhia de Jesus em 1549, que foi encarregada pela coroa portuguesa de cristianizar os indígenas, a fim de difundir entre eles os padrões da civilização ocidental. Neste contexto, observa-se que o ensino restringia-se à catequese e a transmissão de normas de comportamento e ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, fundada basicamente na agricultura rudimentar e no trabalho escavo, pouca importância era atribuída à alfabetização.

Em 1759 os jesuítas foram expulsos das terras de domínio português, o que resultou na desorganização do sistema de ensino existente na colônia, leigos foram introduzidos no ensino, e o Estado passou a assumir, pela primeira vez, os encargos da educação. Porém, autores como Freitag (1980), Soares (2002), Veiga (2007), entre outros, salientam que, apesar da expulsão dos jesuítas, foram mantidos alguns colégios e seminários para a formação de sacerdotes do clero secular que continuaram a ação pedagógica dos jesuítas. A Igreja Católica, segundo Freitag (1980), preservou sua influência sobre a sociedade civil ainda nas fases do Império e da I República controlando a maior parte das instituições de ensino existentes no país.

A política portuguesa de isolamento cultural da colônia colocou o país à margem de qualquer conhecimento cultural, o Brasil iniciava o século XIX com um sistema educacional quase inexistente. O domínio das técnicas da leitura e escrita não se mostravam relevantes para o cumprimento das tarefas exigidas aos membros daquela sociedade, as ações educativas no campo da educação de adultos ocorreram posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX. As novas condições econômicas, propiciadas pelo surto de progresso na economia brasileira por volta de 1870, e a introdução de ideais liberais, foram determinantes para o surgimento de escolas noturnas para adultos nas províncias.

De acordo com Beisiegel (2004, p.60) as teses liberais em defesa do ensino primário público e obrigatório encontraram fortes ressonâncias no Brasil pela influência do liberalismo Europeu, principalmente na França, onde a educação pelo Estado se afirmava “como uma das mais fortes linhas de reivindicação liberal, em oposição às teses de liberdade do ensino que exprimiam os interesses monopolizadores da Igreja”. Ainda segundo o autor,

O pensamento liberal no Brasil, nesta época, pelos seus “representantes mais autênticos”, empenhava-se na defesa da libertação do trabalho, da autonomia regional e da liberação das consciências oprimidas, seja por uma religião

oficial, seja pela organização dada a vida política e administrativa do país. (BEISIEGEL, 2004, p. 61).

De um modo geral, as iniciativas de educação de adultos ocorridas no período do Império (1822-1889) foram poucas e irregulares. Estima-se que por volta de 1889, na época da proclamação da República, o país possuía uma população de 14 milhões de habitantes com 82% de analfabetos (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.109).

No período que se estende de 1889 até 1930, denominado pelos historiadores de Primeira República ou República Velha, observou-se a lenta evolução de um modelo exclusivamente agrário-exportador para um modelo parcialmente urbano-industrial. O processo de fortalecimento da indústria possibilitou o surgimento de novos setores sociais, que passaram a atuar na defesa dos preceitos liberais e do industrialismo.

A Constituição Federal de 1891 incorporou a restrição do voto ao analfabeto e instituiu o sistema federativo de governo, a responsabilidade pública pelo ensino básico foi descentralizada nas províncias e municípios. Esta descentralização do ensino acabou por consagrar a dualidade do sistema que vinha se mantendo desde o Império: uma educação voltada para a classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e uma educação destinada ao povo (escola primária e escola profissional). A par desta dualidade, o período da Primeira República caracterizou-se pela grande quantidade de reformas educacionais, que buscaram, sem êxito, solucionar os problemas educacionais mais graves em virtude do estado precário do ensino básico. O censo de 1920, realizado 30 anos após o estabelecimento da República no país, indicou que 72% da população permanecia analfabeta (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.110).

É necessário ressaltarmos que a história da educação de jovens e adultos foi marcada, desde sua gênese, por contradições e exclusões. A ideia da pessoa analfabeta como dependente e incompetente tomou força no período que preconizava a República e suas primeiras décadas (1889-1930). De acordo com Paiva (2003, p.83)

Até o final do Império não se havia colocado em dúvida a capacidade do analfabeto; esta era a situação usual da maioria da população e a instrução não era condição para que o indivíduo participasse da classe dominante ou das principais atividades do país. [...] Somente quando a instrução se converte em instrumento de identificação das classes dominantes (que a ela tem acesso) e quando se torna preciso justificar a medida de seleção é que o analfabetismo passa a ser associado à incompetência. Mas tal ideia se difunde amplamente no país e estará presente em toda a nossa história da educação popular posterior.

O preconceito contra o analfabeto foi reforçado pela Constituição de 1891 que restringiu o voto às pessoas letradas e com posses. Segundo Strelhow (2010, p. 51-52),

Agora estava garantida na lei a discriminação e exclusão da pessoa analfabeta. Ao invés de evoluir para uma democracia, reduzia-se à uma República dominada por poucos. O voto que anteriormente era restrito às pessoas que possuísem uma determinada renda, agora além da renda teriam de ser alfabetizadas. O movimento contrário à evolução é gritante, uma situação lastimável da República brasileira.

Nesta conjuntura, o analfabetismo passou a ser considerado um empecilho ao desenvolvimento do país, um grande mal que deveria ser combatido. Na década de 1920, muitos movimentos civis e mesmo oficiais se empenharam na luta contra o analfabetismo. Esses movimentos se constituíram em virtude da pressão trazida pelos surtos de urbanização, pelo crescimento da indústria nacional, que exigia uma formação mínima da mão de obra, e a necessidade da manutenção da ordem social nas cidades. Haddad e Di Pierro (2000, p. 110) esclarecem que:

[...] já a partir da década de 1920, o movimento de educadores e da população em prol da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade começou a estabelecer condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Os renovadores da educação passaram a exigir que o Estado se responsabilizasse definitivamente pela oferta desses serviços. Além do mais, os precários índices de escolarização que nosso país mantinha, quando comparados aos de outros países da América Latina ou do resto no mundo, começavam a fazer da educação escolar uma preocupação permanente da população e das autoridades brasileiras. Essa inflexão no pensamento político-pedagógico ao final da Primeira República está associada aos processos de mudança social inerentes ao início da industrialização e à aceleração da urbanização no Brasil.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), essa mobilização em favor da educação popular, passou a englobar a educação dos adultos que se beneficiou superficialmente, a questão do atraso educacional dos adultos começou a se destacar entre as preocupações dos educadores e políticos. Porém, somente a partir da Revolução de 1930 (marco de uma nova fase da República brasileira que vai de 1930 a 1945), serão encontrados movimentos de educação de adultos de alguma significação, que serão apresentados nos próximos itens desta seção.

2.1.1 As primeiras iniciativas

A Revolução de 1930 foi o resultado de uma crise que vinha se acentuando desde as décadas anteriores, e se intensificou com a Crise de 1929⁵, que atingiu fortemente a economia brasileira gerando desemprego, dificuldades financeiras e insatisfação popular. O movimento resultou de uma coalizão de forças, onde se uniram uma parcela dos produtores de café insatisfeitos com a política econômica do governo de Washington Luiz, e a parte da elite política da oposição que visava à conquista do poder. Com o apoio de chefes militares principalmente da Marinha e do Exército, o movimento de revolta armado destituiu o então presidente Washington Luiz por meio de uma junta militar, e colocou na presidência Getúlio Vargas, candidato derrotado na eleição presidencial de março de 1930. Getúlio Vargas governou o país de forma provisória entre 1930 e 1934, ano em que foi eleito pela Assembleia Nacional Constituinte com mandato até 1937. No entanto, por meio de um Golpe de Estado, novamente com o apoio de setores militares, Vargas permaneceu no poder até 1945, estabelecendo um regime ditatorial que ficou conhecido como Estado Novo (1937-1945).

Com a Revolução de 1930, temos uma reformulação da atuação do poder público no Brasil, com a tendência à centralização da vida política e administrativa do país (substituição da política liberal do governo anterior pelo dirigismo estatal). Este impulso centralizador implicaria profundas mudanças na estrutura jurídica e no aparelhamento do Estado, foram criados inúmeros órgãos técnicos e administrativos especializados nas diferentes áreas de atividades do poder público, como em novembro de 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública pelo Decreto nº 19.402 de 14 de novembro de 1930 (BEISIEGEL, 2004).

Veiga (2007, p.265) destaca que entre as ações do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945),

[...] foi introduzida uma argumentação eugênica de cunho fortemente nacionalista e centrada sobretudo na idéia do trabalho como princípio regenerador da população. Por meio de recursos como o cinema, o rádio, desfiles cívicos e atividades desportistas, divulgava a imagem de uma raça nacional forte e trabalhadora.

A Constituição de 1934 incluiu o ensino elementar de adultos entre os objetivos da União, ao estabelecer em seu Artigo 150 a fixação de um Plano Nacional de Educação (PNE).

⁵ A crise econômica mundial de 1929 ocasionou a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, desencadeada pela saturação do mercado mundial, acarretando a queda das exportações brasileiras de café, ao mesmo tempo em que a crise geral fez cessar a entrada de capitais no país. (GERMANO, 2011).

O PNE incorporou, entre suas normas, o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos. A União caberia também coordenar e fiscalizar a execução do plano em todo território nacional (Art. 150, parágrafo único *a*). Já os estados e municípios deveriam aplicar respectivamente não menos de vinte e dez por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento de seus sistemas de ensino (Art. 156).

Em virtude da complexidade dos serviços técnico-administrativos, decorrentes das novas exigências estabelecidas na Constituição de 1934, a Lei n.º 378 de 13 de janeiro de 1937 estabeleceu uma nova estruturação do Ministério de Educação e Saúde Pública. A nova configuração do ministério implicou a redistribuição das atividades dentro do Departamento Nacional de Educação (DNE), que se subdividiu em diferentes áreas de ensino: Primário, Industrial, Secundário, Comercial, Doméstico, Superior, Extra-Escolar e de Educação Física.

Frente à necessidade da realização de estudos e pesquisas, em virtude das novas dimensões da ação educativa do governo federal, foi criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP pelo Decreto-lei n.º 580, de 30 de julho de 1938.

Gradualmente, ao longo das décadas de 1930 e 1940, mediante o estabelecimento de Decretos-lei, que determinaram a concessão de auxílios financeiros e assistência técnica aos Estados, foram sendo criadas condições políticas, técnicas e administrativas para o desenvolvimento de programas voltados para a educação de adultos. Entre as iniciativas governamentais destacam-se: instituição do Fundo Nacional do Ensino Primário - FNEP, em 1942, e sua regulamentação em 1945; a criação de um Serviço de Educação de Adultos (SEA), no Ministério de Educação e Saúde em 1947; e a aprovação, nesse mesmo ano, de um Plano Nacional de Educação Supletiva para adolescentes e adultos analfabetos (VEIGA, 2007).

A criação do FNEP tornou-se um marco, a partir do qual a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional e, sobretudo, como uma tarefa de Estado. Em sua regulamentação, foi estabelecido que 25% dos recursos de cada auxílio deveriam ser aplicados num plano geral de ensino supletivo, destinado a adolescentes e adultos analfabetos. Com esta determinação, pela primeira vez, uma importante parcela de recursos financeiros ficava explicitamente reservada para a educação de adultos (OLIVEIRA, 1989).

Neste contexto, o problema da educação dos adultos começou a se destacar da educação popular em geral. Em meados de 1945 surgiram às primeiras iniciativas oficiais, de âmbito nacional, com o lançamento de campanhas em prol da educação de adolescentes e adultos.

2.1.2 Período de 1946/1958: A educação de adultos como um problema nacional, e as primeiras campanhas oficiais em prol da educação de adolescentes e adultos analfabetos.

Com o fim do Estado Novo em 1945, teve início um período de predomínio do regime democrático. A mobilização em torno do problema da educação de adultos começa a ser percebida como um instrumento de redemocratização. A Constituição, instaurada em 1946, determinou que à União caberia legislar sobre a diretrizes e bases da educação nacional. Saviani (2013) ressalta que a ideia de desenvolvimento nacional, aliada à política populista do período, ganhava força e incitava à mobilização das massas, de cujo apoio dependiam os dirigentes políticos para obter êxito no processo eleitoral. O direito de voto permanecia condicionado à alfabetização, o que levou o governo a organizar programas, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos dirigidos não apenas aos crescentes contingentes urbanos, mas também à população rural.

De acordo com J. Paiva (2005, p. 18)

Desde o pós-guerra a educação de adultos veio sendo marcada por significados e compreensões diversas, em função dos inúmeros movimentos realizados junto aos setores populares, tanto originados na Igreja católica, quanto por governos de diferentes matizes, quanto por entidades representativas dos interesses de empregadores e de grupos da sociedade civil, organizando movimentos e campanhas. O caráter desenvolvimentista, marcadamente posto na condição de homem-trabalhador-força-de-trabalho, teve papel fundamental na história da educação e na conceituação que o termo assumiu entre nós.

No cenário internacional, a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, contribuíram para reforçar o movimento a favor da educação de adultos analfabetos. A UNESCO estimulou a realização de programas nacionais de educação de adultos analfabetos, e entendia que as altas taxas de analfabetismo, além de expressarem a situação de atraso educacional do país, constituíam-se também em uma deficiência a ser eliminada, em prol do desenvolvimento das nações periféricas consideradas “atrasadas” (BEISIEGEL, 2004, p.98-99).

Em 1947, foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), vinculado ao Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde. O SEA tinha por finalidade a reorientação e coordenação geral dos trabalhos, e planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. A partir da criação deste órgão, uma série

de atividades foram desenvolvidas, “integrando os serviços já existentes na área, produzindo e distribuindo material didático, mobilizando a opinião pública, bem como os governos estaduais e municipais e a iniciativa particular.” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.111).

Conforme observa Soares (2002, p.101), com o final da ditadura estado-novista, “era importante não só incrementar a produção econômica, como também aumentar as bases eleitorais dos partidos políticos e integrar ao setor urbano as levas migratórias vindas do campo”. A pressão trazida pelos surtos de urbanização nos primórdios da indústria nacional, e pela necessidade de uma formação mínima de mão de obra, foi fundamental para que a educação de jovens e adultos assumisse a dimensão de campanha, com o lançamento, em 1947 da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, dirigida predominantemente ao meio rural, sob a orientação de Lourenço Filho. A CEAA provém da regulamentação do FNEP e dos apelos da UNESCO que “atuou no sentido de fazê-la funcionar e influiu sobre sua orientação.” (PAIVA, 2003, p. 49).

Entre os objetivos das atividades desenvolvidas na CEAA estavam: a extensão das oportunidades de acesso à escolaridade de nível primário e supletivo, a todos os adolescentes e adultos iletrados; a promoção social das “massas marginalizadas”; a preparação de mão de obra alfabetizada nas cidades; a penetração no meio rural (com as chamadas missões rurais), onde se apresentava os maiores índices de analfabetismo; e melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais (BEISIEGEL, 2004).

Duas outras campanhas foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em uma iniciativa conjunta com o Ministério da Agricultura. E, em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), ambas tiveram uma duração curta e pouco contribuíram para a redução dos índices de analfabetismo.

A CEAA funcionou entre 1947 e 1963, quando foi extinta. Nos dois primeiros anos a campanha apresentou resultados favoráveis, a partir de 1954 ela entra em declínio, passando a enfrentar graves problemas estruturais, administrativos e financeiros. O reconhecimento do fracasso das campanhas de massa e missões rurais promovidas pelo DNE, com os recursos do FNEP, mobilizou a discussão e busca de soluções para o problema da educação de adultos. A realização em 1958, do II Congresso Nacional de Educação de Adultos marcou uma nova fase na educação de adultos, ao oferecer a oportunidade para a manifestação de diversos grupos de educadores preocupados em buscar novos métodos para alfabetização e educação de adultos. Entre as conclusões do II Congresso, estava o reconhecimento da inadequação dos programas

existentes e da necessidade de novas diretrizes, em face às condições políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo país.

No período anterior as eleições de 1960, vários grupos sociais se mobilizaram em favor da educação de adultos. Entre eles estão os movimentos ligados a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e os movimentos voltados para a promoção da cultura popular. Neste contexto, serão elaboradas novas ideias pedagógicas em relação à educação de adultos.

2.1.3 Período de 1958/1964: Novas ideias em educação de adultos, os Centros Populares de Cultura (CPCs), os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB)

O período de 1958 a 1964 é caracterizado pela busca de novas diretrizes para a educação dos adultos. As discussões estabelecidas no II Congresso Nacional de Educação de Adultos refletiam as novas condições políticas e econômicas do país e sua mobilização intelectual, bem como a variedade de posições ideológicas. Neste quadro de renovação pedagógica e busca de diretrizes específicas e mais eficazes para a educação de adultos, Haddad e Di Pierro (2000, p.112) ressaltam que, em face às condições gerais de turbulência do processo político daquele momento histórico, diversos grupos buscavam junto às camadas populares formas de sustentação política, e a educação “era a prática social que melhor se oferecia a tais mecanismos, não só por sua face pedagógica, mas também, e principalmente, por suas características de prática política.”

No cenário político, com o suicídio de Vargas em 1954, foram realizadas as eleições presidenciais em 1955, que elegeram Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) como presidente, e João Goulart (Jango) como vice-presidente. Seu mandato começou em 1956 e foi até 1961, quando a presidência foi assumida por Jânio Quadros. No início de seu governo JK apresentou um Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. O plano consistia no investimento em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico: infraestrutura (rodovias, hidrelétricas e aeroportos) e indústria. Esse período foi inaugurado por um clima de euforia e otimismo referente ao crescimento industrial, com a abertura da economia ao capital estrangeiro (instalação de grandes empresas multinacionais no país) (GERMANO, 2011).

O crescimento da economia brasileira, baseado no modelo desenvolvimentista de JK, gerou contradições que se agravaram durante os governos de Jânio Quadros (janeiro a agosto

de 1961), e João Goulart (no período de 1961 a 1964), conforme Haddad e Di Pierro (2000, p.112-113):

A imposição de uma política desenvolvimentista, baseada no capital internacional, de racionalidade diferenciada daquela capaz de ser absorvida pela economia brasileira, acabou por trazer desequilíbrios econômicos internos de difícil administração. Intensificavam-se mobilizações políticas dos setores médios de parte das camadas populares. [...] Foi dentro dessa conjuntura que os diversos trabalhos educacionais com adultos passaram a ganhar presença e importância. Buscava-se, por meio deles, apoio político junto aos grupos populares. As diversas propostas ideológicas, principalmente a do nacional-desenvolvimentismo, a do pensamento renovador cristão e a do Partido Comunista, acabaram por ser pano de fundo de uma nova forma de pensar a educação de adultos.

Neste período, emergiam movimentos voltados para a promoção da cultura popular, que trouxeram em seu cerne a preocupação com a participação política das massas, a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. Segundo Saviani (2013, p.317):

A educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume então o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo à ordem existentes.

Os principais movimentos desse gênero foram os Centros de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) a partir de 1961; e o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em Recife em 1960. Setores da Igreja Católica também atuaram neste segmento, com destaque para o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal. Outras iniciativas que merecem destaque foram a da Secretaria Municipal de Educação de Natal, com a Campanha “De Pé no Chão também se aprende a ler” em 1961, a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Cepelar) em 1962, e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA) do Ministério da Educação e Cultura em 1964.

Haddad e Di Pierro (2000, p.113) salientam que,

Grande parte desses programas estava funcionando no âmbito do Estado ou sob seu patrocínio. Apoiavam-se no movimento de democratização de oportunidades de escolarização básica dos adultos, mas também representavam a luta política dos grupos que disputavam o aparelho do Estado em suas várias instâncias, por legitimação de ideais via prática educacional.

O MCP, criado em maio de 1960, surgiu da iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos que contavam com o apoio da Prefeitura de Recife e se

multiplicou pelo país. De acordo com o Art. 1º de seus Estatutos os objetivos do movimento eram:

a) Promover e incentivar, com a ajuda de particulares e poderes públicos, a educação de crianças e adultos; b) atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtudes do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; c) proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; d) colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; e) formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular. (CUNHA; GÓES, 1985, p.17).

A versão norte-riograndense do MCP, a campanha “De Pé no Chão também se aprende a ler” foi desenvolvida diretamente pela Secretaria Municipal de Natal na administração do prefeito Djalma Maranhão em fevereiro de 1961. A campanha mobilizou os alunos em torno da valorização da cultura popular, da desalienação da cultura brasileira, e da ampliação da discussão sobre os problemas nacionais. Ventura (2001, p.61) concebia os movimentos de cultura e educação popular, como um meio de proporcionar as condições intelectuais, para um maior esclarecimento dos trabalhadores, “o acesso à leitura e à escrita oportunizaram a ampliação do entendimento político das classes populares em função de um engajamento voltado para a transformação social”. Neste contexto, a tarefa de estimular a cultura popular, revelou-se como um precioso recurso político de caráter revolucionário e libertário.

Soares (2002) elege como principal referência, de um novo paradigma teórico e pedagógico que vinha se delineando neste momento, o trabalho do educador pernambucano Paulo Freire. Segundo o autor, a proposta de alfabetização, teoricamente sustentada em uma visão socialmente compromissada de Freire, inspirou fortemente os programas de alfabetização e de educação popular, realizados a partir dos anos 1960.

Em seu ensaio “Educação como prática da liberdade” Paulo Freire nos propõe as linhas mestras de sua visão pedagógica, e salienta a necessidade de uma permanente atitude crítica, “único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, aprendendo temas e tarefas de sua época.” (FREIRE, 1978, p. 44).

Preocupado com a questão da democratização da cultura e pensando em uma educação que fosse uma introdução a essa democratização, Freire e sua equipe elaboraram um método ativo, dialogal e crítico, cuja execução prática envolvia as seguintes fases:

1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se trabalhará.
2. A segunda fase é constituída pela escolha das palavras, selecionadas do universo vocabular pesquisado. Seleção a ser feita sob critérios:
 - a- o da riqueza fonêmica;
 - b- o das dificuldades fonéticas (as palavras escolhidas devem responder às dificuldades fonéticas da língua, colocadas numa sequência que vá gradativamente das menires às maiores dificuldades);
 - c- o de teor pragmático da palavra, que implica numa maior pluralidade de engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural, política, etc.
3. A terceira fase consiste na criação de situações existenciais típicas do grupo com quem se vai trabalhar.
4. A quarta fase consiste na elaboração de fichas-roteiro, que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho. Estas fichas-roteiro devem ser meros subsídios para os coordenadores, jamais uma prescrição rígida a que devam obedecer e seguir.
5. A quinta fase é a feitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores. (FREIRE, 1978, p. 112-115).

No MCP de Recife, Paulo Freire foi responsável pela Divisão de Pesquisa do Departamento da Formação da Cultura, no qual criou instituições que foram fundamentais para o desenvolvimento de seu método: Centros de Cultura e os Círculos de Cultura. Inicialmente foi realizada uma pequena experiência de alfabetização de adultos no Centro de Cultura Dona Olegarinha, em janeiro de 1962. Em seguida, foram realizadas experiências mais amplas em Angicos e Mossoró, no Rio Grande do Norte, e em João Pessoa na Paraíba com a Campanha CEPELAR. Após ter sido aplicado no Nordeste o método foi levado para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

De acordo com Brandão (1985, p. 81-82):

O método de alfabetização de adultos do professor Paulo Freire não representa mais do que a fase inicial de um longo processo dentro de um Sistema de Educação. Este sistema foi elaborado levando em conta as seguintes etapas: a) o método de alfabetização de adultos como processo acelerador da aprendizagem da leitura e da escrita, a nível elementar. Com a introdução da técnica de trabalho em grupo proporciona-se um alto grau de atividade por parte de cada membro do grupo, assim como uma ênfase básica no processo de conscientização dos adultos participantes. [...] b) um processo sistematizado de educação correspondente ao nível primário, com o qual se obtém a funcionalidade na leitura e na escrita; [...] c) uma etapa mais avançada de educação, que deve ser oferecida a todo o povo: uma abertura a todos os canais de comunicação possíveis à sua circunstância; ao acesso à cultura em todos os seus níveis e nas suas três dimensões básicas: emergência, extensão e criação; formação de um público ativo, participante e crítico.

Neste sentido, Saviani (2013, p.335) esclarece que o método de alfabetização de adultos criado por Paulo Freire “é apenas um aspecto de uma proposta pedagógica mais ampla

enraizada na tradição mais autêntica do existencialismo cristão, em diálogo com algumas contribuições do marxismo”. O autor ainda considera que “a pedagogia libertadora de Freire é o correlato, em educação, da teologia da libertação⁶.” (SAVIANI, 2013, p. 333).

Paralelamente aos MCPs, desenvolveram-se os CPCs que surgiram em 1961 e tiveram como ponto de partida o Centro Popular de Cultura vinculado a União Nacional dos Estudantes – UNE. O CPC como órgão cultural da UNE era fruto de uma série de debates travados entre jovens intelectuais e artistas pertencentes ao Teatro Arena no Rio de Janeiro. A partir de 1962 novos centros surgiram em diferentes estados. No final de 1963, após a realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, o CPC cuja base de atuação era o teatro de rua, promoveu uma revisão de suas diretrizes políticas, “e começou a abrir maior espaço para trabalhos mais permanentes e sistemáticos junto às classes subordinadas, a partir da alfabetização.” (CUNHA; GÓES, 1985, p.30).

Ao lado desses movimentos de educação e cultura popular, destaca-se ainda o Movimento de Educação de Base - MEB, criado em 1961 pela CNBB e apoiado pelo governo federal. Seu objetivo inicial foi desenvolver um programa de educação de base, conforme as definições da UNESCO, por meio de milhares de escolas radiofônicas, instaladas a partir de emissoras católicas. Após dois anos de funcionamento este objetivo foi revisto, o MEB alinhou-se aos movimentos de cultura popular, passando a entender a educação de base como processo de “conscientização” das camadas populares, para a valorização plena do homem e consciência crítica da realidade, visando sua transformação. (FÁVERO; MOTTA, 2015).

Inicialmente o MEB atuou nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, expandindo-se posteriormente para outras regiões do país, em virtude do Decreto nº 52.267 do Governo Federal, em 1963. Vale ressaltar que o MEB foi o movimento que penetrou com maior eficiência nas comunidades rurais, tendo o mérito de considerar as particularidades da cultura popular do meio rural na elaboração de sua metodologia de ação comunitária. Em virtude de

⁶ De acordo com Camilo (2011) a Teologia da Libertação foi um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960. Por meio de uma análise crítica da realidade social, parte do clero católico preocupado com a questão social e os problemas socioeconômicos da América Latina, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia católica. Entre os principais pilares da Teologia da Libertação estão: a libertação humana como antecipação da salvação final em Cristo, uma nova leitura da Bíblia, uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente, o desenvolvimento de comunidades de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e, especialmente, uma opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com sua luta de auto-libertação. No Brasil um dos grandes representantes da Teologia da Libertação foi Leonardo Boff.

seu vínculo com a CNBB, e do convênio estabelecido com a União para o período 1961-1965, o MEB foi o único movimento que sobreviveu ao Golpe de Estado de 1964. Com as novas condições políticas estabelecidas no governo militar, o MEB se viu obrigado a mudar de orientação, perdendo suas características de movimento de educação popular, tornando-se, como analisa Brandão (1985, p.19), uma “forma tardia de educação fundamental”.

Em meio à propagação dos movimentos em prol da educação e cultura popular, foi realizado em Recife no ano de 1963 o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, convocado pelo MEC e patrocinado pelas seguintes entidades: Secretaria de Educação e MCP de Pernambuco, MEB, Instituto de Cultura Popular de Goiás, Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e UNE. Os grupos envolvidos no encontro buscaram encontrar uma base comum, que possibilitasse o estabelecimento de uma coordenação nacional, sem que se perdesse a especificidade de cada movimento. A base comum, que sustentava a diversidade de orientações teóricas e ideológicas, estava na concepção de alfabetização e promoção da cultura como instrumentos de libertação popular.

Para a promoção do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular foi criada, junto ao gabinete do ministro da educação Paulo de Tarso, a Comissão de Cultura Popular integrada por assessores ministeriais, além de um grupo de intelectuais e estudantes universitários católicos ligados a UNE. A Comissão foi encarregada de implantar o método Paulo Freire em um projeto-piloto em Brasília. A partir da experiência realizada na Capital, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), criado pelo decreto nº 53.465 de janeiro de 1964, oficializou a nível nacional a utilização do método Paulo Freire. O PNA chegou a ser implantado em algumas cidades dos estados de Sergipe e do Rio de Janeiro. No entanto, não houve tempo para a institucionalização do mesmo em âmbito nacional, pois o PNA foi extinto cerca de três meses após sua criação, em decorrência do Golpe de abril de 1964.

Com a institucionalização de um regime ditatorial militar a partir de 1964, a educação de adultos foi reorientada de acordo com os interesses políticos do novo governo, que empenhou-se para eliminar os resquícios ideológicos das propostas Freireanas no campo da educação de adultos.

2.2 A educação de jovens e adultos no Regime Militar (pós 1964)

O Golpe de 1964 depôs o então presidente João Goulart, instaurando um regime ditatorial, que se estendeu de 1964 a 1985. De acordo com Spigolon (2014, p.89) “o movimento político-militar de abril de 1964 representa de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por setores progressistas da sociedade brasileira e, de outro, um golpe contra a incipiente democracia política nascida em 1945”.

Resultado de uma coalizão militar e civil, o golpe representou a ascensão de um novo grupo no poder, envolvendo a articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira (nacional e internacional), o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como um grupo de intelectuais e tecnocratas ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. O IPES foi criado oficialmente em 1961 por um grupo de empresários, banqueiros e técnicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, também conhecidos por “tecnocratas”. Este grupo correspondia à principal entidade representativa burguesa, ao lado dos militares e alguns setores conservadores da Igreja Católica, a agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart (GERMANO, 2011). Entre os colaboradores do IPES estavam Mário Henrique Simonsen e Arlindo Lopes Corrêa, principais organizadores do MOBRAL em 1967.

De acordo com Galvão (2014, p. 34), o IPES juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD tiveram grande importância na articulação do golpe civil-militar, “podemos perceber que, ao contrário do que o senso comum acredita, o país não passou por uma ditadura onde os protagonistas foram os militares. Estes estavam muito bem amparados pela elite nacional, grandes empresas multinacionais, Igreja Católica e pela imprensa”.

Num primeiro momento da implantação do regime, foi lançada uma política de recuperação e modernização econômica, com o controle da economia nacional pelo capital estrangeiro, o que se chamou de internacionalização da economia. Segundo Lira (2010, p.34),

A política econômica dos governos militares buscou a institucionalização do padrão de concentração de riquezas e capital. Neste contexto, instituiu-se o arrocho salarial, o endividamento externo, para repassar recursos ao capital industrial, e o envolvimento com o mercado financeiro. O Estado atuou como um preposto do capital privado, estabelecendo uma política baseada na interdependência, que se ampliou no período.

As Forças Armadas implantaram um modelo político que reforçou o Executivo e o colocou sobre o seu controle, caracterizando um regime de exceção. Os ministros militares decretaram, a partir de abril de 1964, Atos Institucionais que possibilitaram ao governo: introduzir emendas na Constituição; cassar direitos políticos e mandatos legislativos; instituir eleições indiretas nos estados e municípios; instaurar Inquéritos Policiais Militares; decretar

Estado de Sítio; proibir o direito a greve e manifestações de natureza política; entre outras medidas, que foram intensificadas em 1968 com a promulgação do Ato institucional nº5 (AI-5).

De acordo com Lira (2010, p.40) o AI-5, de 13 de dezembro de 1968,

[...] impôs o recesso do Congresso Nacional e Assembleias Legislativas dos Estados, as cassações de direitos políticos em caráter indeterminado, assim como aboliu o direito de habeas-corpus para detidos pela infração da Lei de Segurança Nacional. A censura se abateu através do controle da imprensa, impedindo a circulação das publicações da oposição, intelectuais e artistas foram presos e forçados a sair do país, muitos professores universitários foram punidos com aposentadoria compulsória e emigraram para o exterior. O AI-5 vigorou até 1978.

De 1964 a 1973, pode-se distinguir dois grandes períodos na evolução da política educacional brasileira, que correspondem às duas fases pelas quais passou a economia do país. A primeira delas corresponde à fase de recuperação econômica entre 1964 e 1971, em termos de política educacional, este período foi marcado pela contenção dos gastos públicos com educação, e a repressão desencadeada contra os movimentos estudantis⁷ e os programas de alfabetização das massas, criados entre 1961 e 1964 (MCPs e CPCs). Sobre este aspecto, Cunha e Góes (1985) explicitam que, a repressão a todos os programas educacionais considerados suspeitos de práticas ou ideias subversivas, foi a primeira das medidas tomadas pelo novo regime: reitores foram demitidos; o PNA, que previa a utilização do método Paulo Freire, foi liquidado e o próprio Freire, acusado de subversão, foi preso e em seguida partiu para o exílio⁸; o MEB foi contido, tendo seu material educativo apreendido, monitores perseguidos e verbas cortadas. Neste período agravou-se a crise do sistema educacional, causada pelo aumento da demanda social de educação e a incapacidade do sistema educacional de oferecer recursos humanos necessários à expansão econômica. Esta fase foi marcada pelos acordos estabelecidos entre o MEC e a *Agency for International Development* (AID) dos Estados Unidos, conhecidos como Acordos MEC-USAID.

⁷ De acordo com Lira (2010, p.63), “A Lei nº4464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou na ilegalidade as entidades estudantis, como a União Nacional do Estudantes (UNE) e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente dos estudantes.”

⁸ Logo após o exílio de Paulo Freire sua mulher Elza Freire, também atuante nos Círculos de Cultura e MCP do Recife, e os cinco filhos do casal também partiram para o exílio. Spigolon (2014, p. 113) entende que o exílio, “de forma direta ou indireta, integra os atos repressivos do governo e, apresenta-se como uma ou única saída tendo em vista o estrangulamento das condições de liberdade e sobrevivência ante os quadros de insegurança, violência, tortura, desaparecimento e mortes.”

Os Acordos MEC-USAID, assinados e executados entre 1964 e 1971, influenciaram as reformas educacionais da ditadura, abrangendo todos os níveis de ensino. Eles previam assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos. Pedagogicamente, a perspectiva que orientava a assessoria americana pode ser definida como tecnicista caracterizada pela ênfase nos métodos e técnicas de ensino, na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade (SAVIANI, 2013).

A segunda fase corresponde a um momento de grande crescimento da economia entre 1968 e 1973, conhecido como “milagre brasileiro”⁹. Esta fase foi caracterizada pela mobilização do governo com vistas à superação da crise estudantil e a instituição de reformas em todos os níveis do sistema educacional brasileiro. Nesta conjuntura, consolidou-se a ideia de que a reforma educacional deveria se orientar no sentido de uma modernização e otimização do sistema. Observa-se um verdadeiro fascínio pela ideia de modernização, pois acreditava-se que o desenvolvimento surgiria com a aquisição de novos hábitos de consumo, inclusive culturais (OLIVEIRA, 1989).

Santos (2014) acrescenta que o panorama de crescimento econômico da época era refletido nas propagandas governamentais que incentivaram o êxodo rural, provocando uma forte onda de migração rural-urbana e o fortalecimento do modelo industrial-urbano.

Em termos de legislação, Freitag (1980, p.80) destacou as iniciativas governamentais de maior destaque na área educacional no período:

- a) A nova Constituição de 1967;
- b) A Lei 5.540 de reforma do ensino superior em 1968;
- c) A institucionalização do MOBRL com os Decretos-lei 5.379 (de 1967), 62.484 e, finalmente, a legislação de financiamento do Movimento em 1970;
- d) A Lei 5.692 de reforma do ensino de 1º e 2º graus de 1971;
- e) O Decreto 71.737 que verdadeiramente institucionaliza o ensino supletivo previsto na Lei 5.692 nos parágrafos 81, 91, 99.

No plano ideológico, Oliveira (1989) sustenta que, toda a ideologia liberal conservadora que concebia a educação como um direito, ainda que vago e meramente formal, foi sendo substituída por uma ideologia tecnocrática e desenvolvimentista. Segundo o autor,

⁹ Tem início a partir de 1968 um ciclo de expansão econômica que ficou conhecido como “milagre brasileiro” (1968-1973), o Produto Nacional Bruto-PNB apresentou neste período um crescimento anual de 9%, com um aumento significativo da produção brasileira de energia elétrica, aço e automóveis, e expansão das exportações de 1.855 para 12.500 milhões de dólares (GERMANO, 2011, p. 73).

Cultiva-se, assim, a neutralidade científica e os princípios da racionalidade. Preconiza-se uma ação planejada, “eficiente” e “eficaz”. O todo circunscrito de princípios liberais e reformistas. Na parte relativa à fundamentação doutrinária da Reforma, fala-se dos ideais de liberdade e de solidariedade humana e de igualdade de oportunidades. Assim, embalada na linguagem ufanista da época, desenvolveu-se a consciência geral de que o ensino no Brasil precisava ser mudado, mas que tudo estava sendo feito no sentido de produzir, à semelhança do “milagre econômico”, um “milagre educacional” que acabasse com o analfabetismo e desse escola para todos. (OLIVEIRA, 1989, p.53).

Desta forma a educação foi vinculada ao desenvolvimento da Nação, sendo concebida como investimento imprescindível ao desenvolvimento econômico, e por isso deveria ser o mais eficiente possível para se alcançar a produtividade esperada. Voltados para as prioridades econômicas e estruturais, o governo brasileiro deixou de lado o problema da educação de adultos. Porém, esta falta de iniciativa em relação aos elevados índices de analfabetismo adulto¹⁰, repercutia mal entre entidades internacionais como a UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho - OIT. Perante aos apelos da UNESCO a favor do combate ao analfabetismo, considerado um fator de entrave ao progresso do país, o governo retomou o problema com o Decreto nº 57.895, de 28/02/1966, que determinou que os saldos não aplicados dos Fundos Nacionais do Ensino Primário e Médio, deveriam ser investidos pelo MEC a fim de atender, entre outros objetivos, o ensino fundamental de analfabetos com mais de 10 anos de idade. Com parte desses recursos, o governo passou a prestar apoio financeiro à Cruzada de Ação Básica (Cruzada ABC) em colaboração com a AID dos Estados Unidos, por meio dos acordos MEC-USAID.

A Cruzada ABC foi originária das experiências do setor de extensão Cultural do Colégio Evangélico Agnes Erskine que, em 1962, passou a desenvolver um trabalho de educação de adultos nos bairros pobres de Recife – PE. A experiência realizada em Recife, com o financiamento da USAID e de doações de entidades privadas, serviu de base para a ampliação do programa em 1967, que progressivamente se expandiu para outros estados como a Paraíba, Sergipe, Ceará, Alagoas e Rio de Janeiro. As atividades desenvolvidas pela Cruzada baseavam-se na atuação comunitária com ênfase na alfabetização de adolescentes e adultos.

De acordo com Prestes e Madeira (2001) a Cruzada ABC apareceu como o tipo adequado de movimento de educação de adultos para a nova ordem estabelecida. Pois se

¹⁰ Estima-se que na década de 1960 o Brasil apresentava uma taxa de analfabetismo de 39,35% entre a população acima de 15 anos. Esses dados foram extraídos dos censos demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 e publicados pelo MEC em *Aspectos da Educação no Brasil* (BEISIEGEL, 2004).

integrava ao modelo econômico da dependência associada e da internacionalização, oferecendo, sob o ponto de vista político, respaldo a um regime modernizador e não transformador da sociedade.

Ainda de acordo com Guarato (2001, p.33),

Na prática, sua ação representou a contestação dos movimentos educacionais desenvolvidos no Nordeste no período anterior; era mais um esforço do governo para anular os efeitos ideológicos difundidos por eles, sob a justificativa de ajudar o homem analfabeto nordestino, concebido como “parasita econômico”, a acompanhar o desenvolvimento da região. Isso pode ser verificado de forma mais clara no material didático produzido pela Cruzada. Nele buscava-se transmitir ao aluno a imagem do Brasil como uma potência industrial, harmônica em suas relações sociais, enfatizando a importância da vida em comunidade e a preparação técnico-profissional para o surto de industrialização, sem, no entanto, levar em consideração a realidade sociocultural dos alunos.

No entanto, partir de 1968, a Cruzada começou a enfrentar dificuldades relacionadas à captação de recursos financeiros, e as críticas ao funcionamento do programa: seu material didático, à orientação estrangeira, o assistencialismo de sua atuação comunitária, a falta de probidade no emprego dos recursos, entre outras. Além disso, a escassa rentabilidade do programa culminou na perda do apoio financeiro do governo. Diante deste quadro a Cruzada foi perdendo prestígio, até ser definitivamente extinta em 1971.

Analisando a atuação do Estado Militar, em matéria de educação no Brasil, Germano (2011) identificou em linhas gerais, os principais eixos, em torno dos quais, foi desenvolvida a política educacional:

1) Controle político e ideológico da educação escolar, em todos níveis. Tal controle, no entanto, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. [...] 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista [...] 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. (GERMANO, 2011, p.105-106).

Neste contexto, o governo buscou instituir uma educação de massas, como instrumento para a manutenção do poder político, e a legitimação das estruturas de dominação econômico-sociais vigentes. Neste sentido, Gramsci (2001) reconhece a educação das massas como um importante mecanismo de construção da consciência coletiva e individual, e critica sua utilização como instrumento de dominação e controle, com o qual o Estado busca manter

sua hegemonia e conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais governa. No cerne de sua concepção educativa está a ideia de “educar a partir da realidade do trabalhador e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a ideia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial.” (NOSELLA, 2004. P. 70). Apoiado no pensamento de Gramsci, Jesus (1985, p.09), esclarece que, “na busca dos recursos para dissimular sua hegemonia e ocultar suas contradições, o Estado desenvolve na sociedade civil, um aparato ideológico, no qual a educação ocupa um lugar principal”. Nesta perspectiva de dominação, o governo militar, lança em 1967 o MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Na próxima seção serão abordados os aspectos concernentes à institucionalização do MOBRAL e sua operacionalização enquanto órgão executor de programas de educação de massas.

3 MOBRAL: SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO E O LANÇAMENTO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE MASSAS

A presente seção consiste num estudo sobre o MOBRAL, desde sua institucionalização¹¹ até a implantação de seus programas, considerando a sua inserção no contexto político, econômico e social. Destacamos a figura de Arlindo Lopes Corrêa como o principal representante da instituição, e seu trabalho enquanto secretário-executivo e presidente do MOBRAL entre 1972 e 1981. Com o objetivo de evidenciar as representações ideológicas presentes no MOBRAL serão examinadas fontes que possam caracterizar a atuação do movimento: a documentação e legislação educacional do período (1967-1985); Estatutos e Documento Básico da Fundação; pesquisas acadêmicas; as publicações do MEC e Coleção MOBRAL.

3.1 Institucionalização do MOBRAL

No dia 8 de setembro de 1967, na ocasião da comemoração do Dia Internacional da Alfabetização instituído pela UNESCO, o ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra, juntamente com o presidente da República Marechal Costa e Silva assinaram diversos decretos prevendo: a constituição de um Grupo Interministerial - GI para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização (Decreto 61.311); a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização (Decreto 61.312); a constituição da Rede Nacional de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos (Decreto 61.313); e a implantação da Educação Cívica nas instituições sindicais e uma campanha em prol da extinção do analfabetismo (Decreto 61.314).

Reunindo-se entre 5 de outubro e 23 de novembro de 1967, o GI foi formado por representantes dos 16 ministérios, mobilizando toda máquina estatal em torno da questão da alfabetização. O grupo foi coordenado pelo engenheiro e economista Arlindo Lopes Corrêa, membro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão criada em 1964 como Epea

¹¹ Institucionalização entendida enquanto processo de criação e instauração da Fundação MOBRAL, compreendendo seus aspectos legislativos e organizacionais como a criação dos estatutos e regimento interno, a garantia dos recursos financeiros, o estabelecimento dos convênios e da estrutura operacional da Instituição.

(Escritório) e assumindo o nome atual em 1967¹². O GI encaminhou um relatório final ao MEC, no qual apontava uma série de falhas orçamentárias do PNA, e recomendava que a alfabetização de adultos deveria estar vinculada às prioridades econômicas e sociais, e às necessidades presentes e futuras de mão de obra (CORRÊA, 1979).

Em uma análise do relatório final do GI para a Alfabetização, Oliveira (1979, p.115) conclui que as “ideias do Grupo a respeito da política de alfabetização de adultos coincidiam com as ideias economicistas da época, que subordinavam a educação às exigências do Capital”.

Após o encerramento das atividades do GI, foi instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, nos termos do Artigo 4º, o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL:

Art. 4.º - Fica o Poder executivo autorizado a instituir uma Fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília. (MEC, 1973, p.50).

A Lei 5.379 de 1967 atribuiu ao Ministério da Educação e Cultura a alfabetização funcional e, principalmente a educação continuada de adolescentes e adultos, e aprovou, no Art.º 3 encaminhado em anexo, o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos elaborado pelo DNE, cuja execução caberia ao MOBRAL.

Pela Portaria Ministerial nº 28 de 18 de janeiro de 1968 foi designada uma comissão especial encarregada da elaboração dos Estatutos do MOBRAL, que foram aprovados pelo Decreto 62.484, de 29/03/1968. Os estatutos definiram, em linhas gerais, as finalidades, a autonomia, o patrimônio, a organização e atribuições dos diferentes órgãos administrativos: a Presidência, o Conselho Administrativo e o Conselho de Curadores. Num primeiro momento a presidência da fundação foi entregue ao Diretor Geral do DNE o Prof. Celso Kelly, conforme previsto em sua lei de criação. No entanto, em 2 de julho de 1969 foi promulgado o Decreto nº 665, que alterando o Art. 8º da Lei 5.379, estabeleceu que o presidente do MOBRAL passaria a ser nomeado pelo presidente da República, mediante proposta do MEC, com mandato de 3 anos.

Apesar da rápida definição dos estatutos, organograma e toda estrutura administrativa, o MOBRAL ficou a espera de recursos financeiros necessários à execução de seu plano de ação. Estes recursos só foram obtidos posteriormente, pelo Decreto nº 66.118, de fevereiro de

¹² Mais informações sobre o Ipea disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br>>

1970 que concedia vinculação de parte da receita da Loteria Esportiva aos programas de alfabetização de adultos supervisionados pelo MEC; e pelo Decreto nº 1.124 de setembro de 1970, que permitiu às pessoas jurídicas a doação de 1% do imposto de renda devido à Fundação MOBRAL.

Da aprovação de seus estatutos em 1968 à garantia de recursos financeiros em 1970, o MOBRAL permaneceu estagnado, utilizando o pouco que vinha obtendo, numa ação indireta de repasse à instituições interessadas em desenvolver projetos de alfabetização como a Cruzada ABC, secretarias de educação e fundações de estados como Amazônia, Alagoas, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Sul. Segundo Oliveira (1989), essa situação colocava o MOBRAL no rol das instituições governamentais que necessitavam de reformulação¹³.

A reestruturação do MOBRAL¹⁴ aconteceu em 1970, perante as divergências internas, entre o pessoal do DNE e o ministro da Educação Jarbas Passarinho, que demonstrava o interesse em realizar um projeto de alfabetização de adultos, que envolvesse a iniciativa privada e integrantes do Ministério do Planejamento e do Ipea. Em face dos conflitos, Jorge Boaventura de Souza e Silva pediu demissão da Diretoria do DNE e da presidência do MOBRAL. No dia 3 de junho foram nomeados para Secretaria Executiva (SEXEC) o Pe. Felipe Spotorno, e para presidência do MOBRAL, com mandato de 3 anos, o economista Prof. Mário Henrique Simonsen, que adotaram uma nova política de ação. Conforme Souza (2016, p. 59)

A chegada de Simonsen ao MOBRAL demonstrava uma tendência cada vez mais crescente no governo militar – a tecnocracia. Discípulo do Ministro Roberto Campos, Simonsen projetou as metas do MOBRAL e sua receita de forma compatível com os interesses econômicos em jogo, prometendo, em relativo curto espaço de tempo, desenvolver “uma ação extensiva alfabetizadora” que acabaria com o analfabetismo no Brasil até 1980.

O dia 8 de setembro de 1970 foi considerado o dia oficial do lançamento da nova fase do MOBRAL, que deixou de ser um órgão repassador de recursos para tornar-se executor de seus próprios programas, se consolidando como uma organização autônoma e independente.

¹³ O contexto político brasileiro indicava que os acontecimentos que culminaram com a promulgação do AI-5, em dezembro de 1968, estavam a exigir do governo uma postura bem mais agressiva, e uma presença mais efetiva na vida social e educacional do país. Assim, não lhe pareceria suficiente o enfrentamento do problema do analfabetismo através de um simples incentivo às iniciativas oriundas da própria sociedade, como pretendia o MOBRAL, até então. (OLIVEIRA, 1989).

¹⁴ Essa reestruturação se deu em um clima de ruptura entre o grupo que concebeu o MOBRAL no DNE e o grupo originário da Secretaria Geral que reformulou sua política de ação. Ruptura causada por conflitos manifestos no âmbito da instituição, que revelam a luta travada em outros setores da educação brasileira entre os “pedagogos” e os “tecnocratas” (OLIVEIRA, 1989).

Foram assinados os primeiros convênios entre a Fundação MOBRAL e suas Comissões Municipais recém-formadas em todos os municípios que faziam parte do Plano de Ação do Ministério do Interior. Garantidos os recursos financeiros, a nova direção traçou as linhas gerais da orientação que permitiu a instalação do MOBRAL em seus níveis nacional, estadual e municipal, e o lançamento de um amplo programa de alfabetização de massas, que se propunha a erradicar o analfabetismo até o final da década de 1980, além de implantar toda uma infraestrutura que lhe permitisse oferecer educação continuada à adolescentes e adultos.

De acordo com Mendonça (1985, p.49).

Os motivos de lançamento de uma campanha de massa eram político-econômicos, já que seus promotores consideravam o elevado índice de analfabetos como um fator de impedimento ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro [...]. Três fatores parecem ter sido importantes na opção por uma campanha de massa:

- a) o tempo previsto nos planos governamentais para a erradicação do analfabetismo;
- b) o número excessivamente alto de adultos analfabetos e
- c) a grande extensão territorial do país.

Constituindo-se como uma campanha de alfabetização de massa, o MOBRAL se tornou um dos principais pilares da política educacional do governo militar. A política de incorporação de editoras privadas aos programas de massa foi efetivada com a adoção do material didático produzido a partir de um convênio entre o MOBRAL e as maiores editoras do país: Abril Cultural, Phillips, Bloch Editores e Gráfica e Editora Primor SA. De acordo com os estudos de Alves (2015) a indústria gráfica brasileira, ao longo dos anos 1960, encontrou na produção de livros didáticos um negócio lucrativo, e no Estado o principal consumidor, especialmente a partir da criação do Fundo Nacional de Material Escolar – FENAME. Com a demanda de publicações do MOBRAL, editoras capazes de produzir em larga escala como a Abril, Primor, Bloch, entre outras, foram conveniadas ao MOBRAL e tiveram crescimento significativo nas tiragens de exemplares. Em 1969 foram produzidos 37 milhões de exemplares de livros didáticos, um número já bastante considerável em relação à produção dos anos anteriores, em 1977 a produção chegou a 79 milhões.

Haddad e Di Pierro (2000) identificam as características básicas da implantação do MOBRAL: o paralelismo em relação aos demais programas de educação; a organização operacional descentralizada, através das Comissões Municipais espalhadas por quase todos municípios brasileiros; e a centralização, através da gerência Pedagógica do MOBRAL Central. Segundo os autores estas três características,

[...] convergiam para criar uma estrutura adequada ao objetivo político de implantação de uma campanha de massa com controle doutrinário: descentralização com uma base conservadora para garantir a amplitude do trabalho; centralização dos objetivos políticos e controle vertical pelos supervisores; paralelismo dos recursos e da estrutura institucional garantindo mobilidade e autonomia. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.115).

Inicialmente a atuação do MOBRAL foi dividida em dois programas: o Programa de Alfabetização Funcional - PAF, implantado em 1970; e o Programa de Educação Integrada – PEI, que correspondeu a uma versão compacta do curso de 1º a 4º séries do antigo primário, implantado em 1971.

Os dois primeiros anos que sucederam o lançamento do MOBRAL, como órgão executor de um programa de alfabetização de massa (1970 a 1972), foram considerados como a fase “épica” ou “heroica”, como admitem os próprios membros da organização, uma fase de grande mobilização,

[...] marcada por empirismo nas atividades-meio, já que toda energia estava dirigida ao sucesso dos programas propriamente ditos. Àquela época, provavelmente, uma excessiva preocupação com o rigor técnico, com a avaliação, com as rotinas administrativas, inibiria a eficácia dos resultados programáticos. Mas a técnica, prevalecente a partir de abril de 1972, representou o oxigênio indispensável à preservação e ao crescimento da Instituição. (CORRÊA, 1979, p.23).

Em 1972, ainda sob a presidência do economista Prof. Mário Henrique Simonsen, promoveu-se uma reorganização do órgão que iniciou sua fase técnica e mais burocrática, com a nomeação do engenheiro Arlindo Lopes Corrêa como secretário executivo no lugar do Pe. Felipe Spotorno. Foi contratado um novo corpo técnico, e criadas uma Assessoria de Organização e Métodos (ASSOM) e uma Secretaria Executiva Adjunta (SEXAD). Conforme reconhece Corrêa (1979), em sua fase técnica o MOBRAL assumiu os contornos de uma empresa permanente e organizada, conforme os moldes traçados pelos tecnocratas que assumiram sua administração. Para isto, foi realizado um Diagnóstico de Organização e Métodos em maio de 1972, e estabelecidas metas de alfabetização por estados, com vistas à maior racionalização administrativa. A publicação “Mobral: sua origem e evolução”, divulgada pelo MEC no ano de 1973, descreveu toda a evolução do movimento, desde sua concepção legislativa, até sua efetiva operação, apresentando o Diagnóstico de Organização e Métodos, e toda a estrutura organizacional da fundação.

De acordo com Mendonça (1984, p. 51),

Essa reorganização, que previa a expansão quantitativa do MOBRAL, era, entretanto, apenas um primeiro momento. O segundo momento da estratégia

organizacional previa um esforço no sentido da melhoria da qualidade do PAF. De fato, enquanto predominou o estilo campanha, os defeitos eram aceitáveis, mas passada essa fase tornava-se necessário consolidar o MOBRAL como um sistema organizacional. A definição foi por um Sistema de Educação Permanente. Foram criados vários sub-sistemas com a finalidade de otimizar o funcionamento do órgão.

Ainda no ano de 1972 foi lançado em caráter definitivo o Programa de Educação Integrada (PEI), e o Programa de Desenvolvimento Comunitário (PDC), em 1973 o Programa Cultural, em 1974 o Programa de Profissionalização e o Programa de Autodidatismo. A partir de 1975 com a diversificação do movimento e a reestruturação do PDC, foram criados o Programa de Educação Comunitária para a Saúde (PES), o Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC).

O item a seguir tratará da estrutura funcional e administrativa da instituição, suas prioridades, e as linhas de ação que orientaram a atuação do MOBRAL enquanto movimento de alfabetização e educação continuada de massas. Serão examinados os documentos do período, os princípios metodológicos de seus principais programas, as políticas educacionais, as campanhas e os organogramas do Sistema MOBRAL.

3.2 Estrutura e funcionamento

Como vimos anteriormente, a partir de 1972 a estrutura organizativa do MOBRAL foi reformulada, perdendo a conotação de campanha e ganhando os contornos de um Sistema de Educação Permanente. A estratégia de reorganização do MOBRAL passou a ser delineada ao lado do Diagnóstico de Organização e Métodos, no sentido da racionalização e evolução de seus Sistemas de Planejamento e Supervisão Global, e a estruturação de um Sistema de Integração Operacional.

Ao iniciar suas atividades, o MOBRAL estabeleceu as prioridades sobre as quais elaborou seu plano de ação:

- 1) O atendimento imediato à população urbana analfabeta, segundo os organizadores do Sistema MOBRAL, os adultos alfabetizados do meio urbano seriam elementos importantes para a produtividade do sistema econômico;

- 2) O atendimento prioritário na faixa etária de 15 a 35 anos, pois correspondia ao grupo que “apresenta maior probabilidade de desenvolver, em termos de acréscimo de produtividade, os recursos investidos em sua formação. Além disso, há maior facilidade no

ajustamento social desse grupo etário por oferecer menor resistência às mudanças.” (MOBRAL, 1974, p. 04).

3) Ênfase no programa de alfabetização sobre os de educação continuada, “esta abordagem justifica-se pelo caráter mais democrático da alfabetização, que satisfaz às necessidades sócio-econômico-culturais de maior número de pessoas.” (MOBRAL, 1974, p. 05).

Ao analisar as prioridades estabelecidas nos primeiros anos de atuação do MOBRAL, constata-se a preocupação com a produtividade do sistema econômico e a formação de mão de obra, ao priorizar a população urbana, analfabeta e na faixa etária de 15 a 35 anos. Estas prioridades são concernentes ao quadro econômico e social apresentado na época, em que o país viveu um período de expansão econômica entre os anos de 1969 e 1973, o já mencionado “milagre brasileiro”.

De acordo com Santos (2014, p. 309)

O panorama econômico brasileiro apresentava um crescimento jamais visto, indicadores apontavam um crescimento de 10% do Produto Interno Bruto – PIB, refletidos na propaganda orgulhosa do governo incentivando o êxodo rural, provocando a forte migração rural-urbana e o fortalecimento do modelo industrial-urbano. Essa população migrou para as cidades devido à ampliação das oportunidades de trabalho em diversos setores: indústria, comércio, transporte, comunicação. Esse contingente migratório passou a representar uma demanda que precisava ser transformados a curto prazo em alfabetos aptos a se tornarem participantes no modelo urbano-industrial. E foi essa população o público alvo do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que utilizaria a alfabetização como guia na função de encaminhar todos ao mercado de trabalho.

Neste contexto, a política educacional do Regime Militar se pautou ainda, “do ponto de vista teórico, na economia da educação de cunho liberal, responsável pela elaboração da chamada teoria do capital humano” que buscava estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção. (GERMANO 2011, p. 105). A intenção de utilizar a educação de jovens e adultos para atender as necessidades de produção é evidente desde o primeiro Documento Básico de Treinamento do MOBRAL publicado em 1973: “os adultos e adolescentes alfabetizados são elementos importantes na produtividade do sistema econômico”. (BRASIL, 1973d, p.13). As prioridades de seu plano de ação revelam a influência do Ipea e sua preocupação em atingir efeitos positivos na estrutura produtiva do país.

A ideia de se conceber a educação como um investimento,

[...] ao mesmo tempo em que favorece os investimentos em educação, já que os justifica do ponto de vista econômico-financeiro, atrela-a as condições do

próprio processo de desenvolvimento do país. Enquanto investimento, deve ser calculada, priorizada segundo os padrões da economia. Criou-se, então, uma Economia da Educação, já que esta havia deixado de ser um simples direito de todo cidadão e passara a ser considerada como um insumo de Capital, a ser aplicado onde fosse mais rentável e somente sob essa condição. (OLIVEIRA, 1989, p. 1887).

Após estabelecidas as prioridades, foram definidas as características básicas do movimento:

- a) Fontes de recursos financeiros próprios de natureza orçamentária, garantindo a plena execução do programa. Esses recursos constam de 24% da receita líquida da Loteria esportiva Federal; deduções voluntárias de 1% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas e receita orçamentária que, somados, totalizaram, em 1972, cerca de 160 milhões de cruzeiros.
- b) Criação das Comissões Municipais como célula básica de atuação do MOBRAL, realizando, em todo País, inédito movimento comunitário, que viria apresentar elevado dinamismo, refletindo-se no recrutamento dos analfabetos e na mobilização dos recursos da comunidade (físicos, humanos e financeiros).
- c) Apoio da iniciativa privada, que respondeu imediatamente à solicitação de grandes tiragens de material didático, a custos baixos e com colocação assegurada em qualquer ponto do território nacional. (MOBRAL, 1973a, p.05).

As características básicas do movimento evidenciam o propósito do governo ditatorial de transferir progressivamente a responsabilidade, pelo problema do analfabetismo, para a sociedade. Analisando o impacto da ditadura na política de financiamento da educação Resende Pinto (2014, p.297) esclarece que “a ditadura foi pródiga em criar mecanismos alternativos de financiamento das políticas sociais. Isto aconteceu, contudo, basicamente à custa do sacrifício dos recursos orçamentários que anteriormente eram destinados ao setor.”. Salientamos que a Carta Constitucional de 1967 revogou a vinculação constitucional de impostos para a educação¹⁵.

Para a mobilização e recrutamento dos recursos humanos, técnicos e financeiros necessários a operacionalização dos programas do MOBRAL, foi lançada uma vasta

¹⁵ Dados coletados por Resende Pinto (2014, p. 299) mostraram que, “não obstante a enorme expansão da carga tributária frente ao período que lhe antecedeu, não houve qualquer reflexo positivo no padrão de investimento educacional no período, ficando, em geral, abaixo de 3% do PIB. Esta queda decorreu, essencialmente, em virtude da retirada do princípio de vinculação constitucional de uma parcela da receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino, institucionalizada na Carta de 1967, mas implantada, de fato, já desde o início do golpe. O trabalho indica também, a potencialização do dano na qualidade do ensino público, pois a falta de recursos se deu em um período em que houve grande expansão de matrículas. Além disto, em função das políticas e da legislação do período, o setor público ainda teve que compartilhar seus poucos recursos com o setor privado.”

campanha publicitária com apelos ao empresariado, prefeitos e população em geral. As várias campanhas publicitárias eram veiculadas em jornais e revistas de grande circulação, com a seguinte provocação: “Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos”, o movimento deixou explícita sua intenção de estabelecer a educação de adultos como um problema de todos, que só seria resolvido, se a sociedade em geral fizesse sua parte e assumisse a responsabilidade pela educação de adultos, como mostra a figura a seguir:

Figura 1- Campanha para mobilização do voluntariado para o MOBRAL

Você deveria ter vergonha de viver num país com tantos analfabetos.


O Mobral é uma fundação criada com um objetivo fantástico: alfabetizar pelo menos 7 milhões de brasileiros até 1973.
E deixar o País sem um analfabeto em 9 anos.
Mas o Mobral não fará coisa alguma, se você não fizer a sua parte.
Vamos, se você gosta deste País, preencha este cupom, e envie-o à Comissão Mobral de sua cidade, ou à sede do Mobral Central, à Rua da Imprensa, 16, Ministério da Educação, Rio de Janeiro, GB.

- ☐ Sou prefeito e quero organizar uma Comissão Mobral em minha cidade.
- ☐ Sou dirigente de empresa e quero criar um grupo de alfabetização para meus empregados.
- ☐ Sou dirigente de empresa e posso ceder salas para um curso de alfabetização.
- ☐ Sou dirigente de uma organização (sindicato, clube, associação) e quero organizar um grupo de alfabetização.
- ☐ Sou um líder religioso e quero criar um grupo de alfabetização para meus fiéis.
- ☐ Sou estudante e quero organizar um grupo de alfabetização em minha escola.
- ☐ Sou estudante e quero trabalhar para o Mobral.
- ☐ Sou dona de casa e quero alfabetizar minha empregada.
- ☐ Sou uma pessoa que quer ajudar outras pessoas, mas não sei como.


Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____



MOBRAL
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO



Iniciativa
das revistas
Abril
de apoio ao
Mobral

Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Explicando como o ato de assinar o próprio nome tornou-se um dos mais elementares signos/ferramentas da identidade de um sujeito específico, Alves (2015, p.71) esclarece:

[...] manchar o polegar com tinta a cada vez que lhe é exigido identificar-se ganhou uma carga simbólica negativa, que associa a ausência de letramento com a pouca inteligência, a pobreza e a falta de cuidado consigo. A imagem do nome convertia-se em imagem do dedo e esta, paulatinamente ao longo do século XX, tornou-se a imagem de um conjunto de maus adjetivos os mais variados (cancro, microencefalo, incapaz, doença, etc.).

Utilizando-se da imagem da digital impressa como o símbolo do analfabetismo o MOBRAL buscou o apoio político e da sociedade em geral, com o apelo: “Pelo amor de Deus, ensine alguém a ler.”. Dois traços cruzando a imagem da digital impressa indicam que esta forma de identificação não deveria ser a assinatura de ninguém, e que o MOBRAL veio para combater o analfabetismo, com sua promessa, que se faz em forma de afirmação, de que o Brasil deixaria de ser um país sem analfabetos em dez anos. Esta verdadeira cruzada contra o analfabetismo dependeria do esforço de todos, e se convertia em uma verdadeira “caçada” aos analfabetos, pois se fazia urgente eliminar este “mal”.

Figura 2 - Campanha do MOBRAL

**Pelo
amor de Deus,
ensine
alguém a ler.**

Se você é prefeito,
empresário, estudante,
você pode ajudar.
Se você dirige um
sindicato, uma organização
religiosa, uma associação,
você pode ajudar.
Então ajude.
O Mobral vai alfabetizar
7 milhões de brasileiros
até 1973.
E deixará este país sem
um analfabeto, em dez anos.
Isso tudo já começou.
O Movimento Brasileiro

de Alfabetização já está
funcionando em 457 cidades.
E está precisando de
sua ajuda.
Vá procurar o Mobral de
sua cidade e veja o que
você pode fazer.
Ou então escreva ao
Mobral, no Rio,
Rua da Imprensa, 16,
Edifício do Ministério
da Educação.
Mas, pelo amor de Deus,
de uma chance a quem
nunca teve nenhuma.

MOBRAL
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

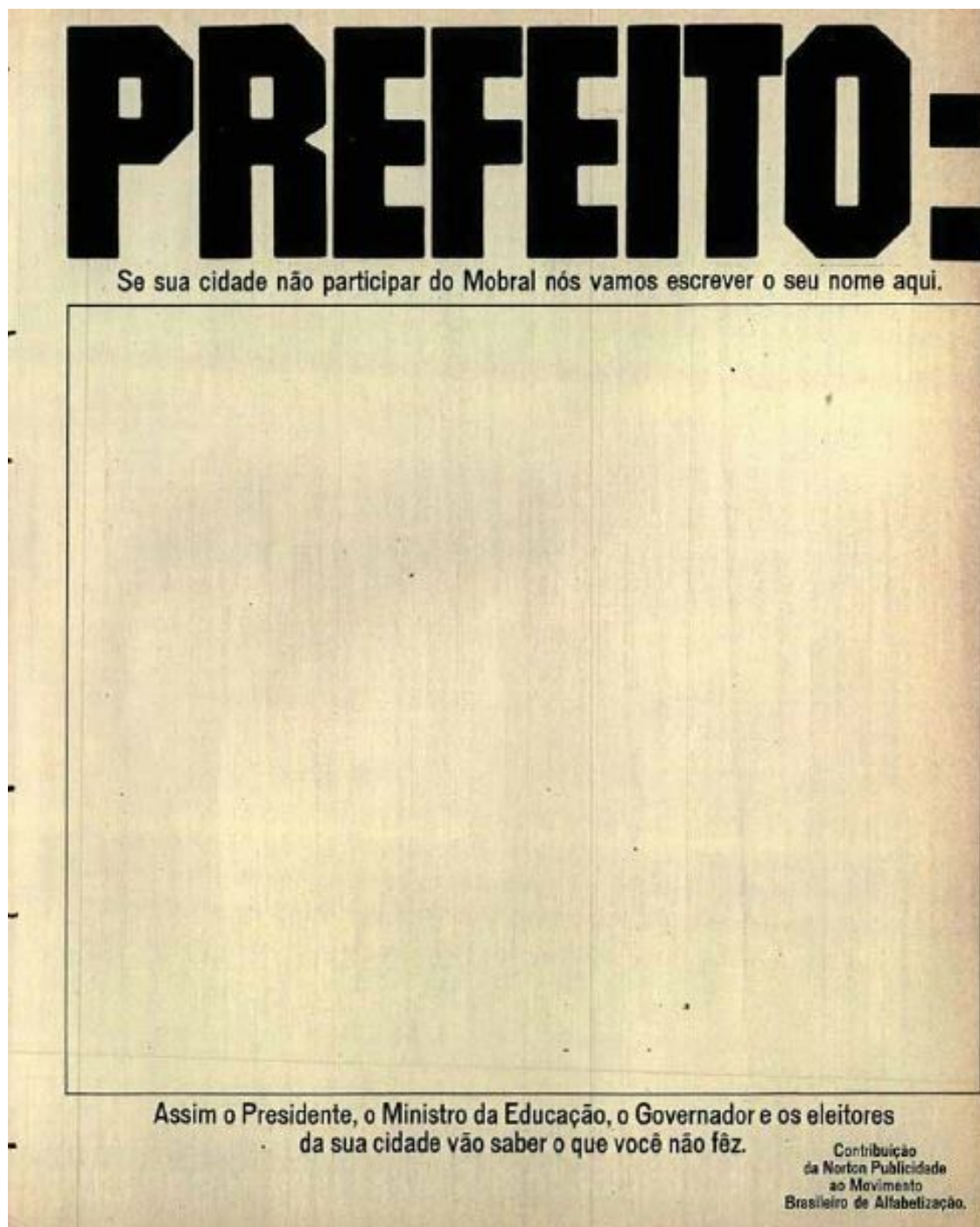
20 ANOS
1950-1970
EDITORA ABRIL

Iniciativa
das revistas
Abril
de apoio ao
Mobral.

Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

As campanhas apelavam para o constrangimento dos prefeitos que não se conveniassem ao MOBRAL como mostra a figura a seguir:

Figura 3 - Campanha para mobilização das prefeituras municipais



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Com o slogan: “Você também é responsável”, os organizadores do MOBREAL, buscaram a adesão do empresariado e da comunidade local, responsabilizando a sociedade em geral pelo combate ao analfabetismo. Neste sentido o governo militar repassou para a sociedade as responsabilidades que deveriam ser suas, com campanhas pedantes e apelativas:

Figura 4 - Campanha para adesão do empresariado

EMPRESÁRIO: ESTA É A FÓRMULA PARA V. CUMPRIR COM SUA RESPONSABILIDADE JUNTO AO MOBRAL



E, se você participar junto ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, seu país vai ficar mais cedo sem analfabetos. O MOBRAL, apoiado pelo Ministério da Fazenda, simplificou a fórmula para V. cumprir com essa fantástica responsabilidade.

AQUI ESTÁ A FÓRMULA PARA VOCE TER A CONSCIÊNCIA TRANQUILA.

O Decreto-Lei 1 124 criou uma forma pela qual as pessoas jurídicas podem antecipar o incentivo fiscal ao MOBRAL.

O ônus da pessoa jurídica é mínimo. O que for doado hoje será recuperado do Imposto de renda no ano que vem. Note-se bem: a dedução é do próprio Imposto de renda, e não apenas do lucro operacional. A empresa doa ao MOBRAL 100 em 1970, e deixa de pagar 100 de Imposto de renda em 1971. Mais ainda: essa dedução, que tem como limite 2% do Imposto recolhido em 1970, pode ser feita sem prejuízo dos demais incentivos fiscais. Isso significa que a doação ao MOBRAL não diminuirá a possibilidade de a empresa utilizar-se dos outros incentivos relativos à SUDENE, SUDAM, EMBRATUR, SUDEPE, REFORESTAMENTO, EMBRAER, DECRETO-LEI 157, etc. De fato, a empresa só tem um encargo: o de não receber juros sobre as doações antecipadas ao MOBRAL. Esse pequeno ônus, o de deixar de receber juros sobre uma doação que será integralmente recuperada através do Imposto de renda, é o mínimo que se espera das empresas em matéria de colaboração com o Movimento Brasileiro de Alfabetização.

O cálculo do incentivo a ser doado por antecipação ao MOBRAL, nos termos do Decreto-Lei 1 124, é extremamente simples, compondo-se das seguintes etapas:

- 1) Examine sua declaração de Imposto de renda (pessoa jurídica) entregue no ano de 1970 (ano base: 1969).
- 2) Some as seguintes linhas do formulário da declaração da pessoa jurídica:
Quadro 26
item 18: Duodécimos antecipados: Ex.: 540 320,00
item 23: Total a recolher:
Ex.: 1 932 480,00
S O M A Cr\$ 2 472 800,00
- 3) Calcule 2% da soma acima (no exemplo, Cr\$ 49 456,00)
- 4) Deposite esses 2% (no exemplo, Cr\$ 49 456,00) em qualquer agência do Banco do Brasil à ordem do MOBRAL.

Essa doação será inteiramente recuperada do Imposto de renda de 1971. Faça sua empresa antecipar o incentivo fiscal ao MOBRAL.

VOCÊ TAMBÉM É RESPONSÁVEL

Secretaria do Interior - SP
Av. Duque de Caxias, 61
São Paulo.

MOBRAL



Iniciativa
das revistas
Abril
de apoio ao
Mobral.

Sobre as campanhas em prol a adesão da iniciativa privada e do voluntariado ao MOBRAL, Arlindo Lopes Corrêa, que presidiu a fundação de 1974 a 1981, expressa que:

Aprendemos, também, o valor das mensagens promocionais corretas e seu apelo sobre as grandes massas: “Você também é responsável” ou “Você pode, basta querer” tiveram um efeito mágico sobre a vida do MOBRAL. Mas ficou claro que nenhuma mensagem desse tipo alcança sucesso se lá não está o agente local como catalisador, a dar ordenação aos anseios de ajudar e engajar-se na causa. (CÔRREA, 1979, p.37).

A estrutura administrativa e todo funcionamento do órgão foram baseados, segundo o Documento Básico do MOBRAL, em quatro linhas de orientação básica:

Descentralização da ação:

Descentralizar significa delegar tarefas a quem tenha maiores possibilidades de promover sua pronta execução e de tomar decisões mais adequadas, por se encontrar no local da realização do trabalho. Por esta razão, o MOBRAL dispõe de elementos-chave em cada Unidade da Federação.

Centralização do Controle:

Tão importante quanto descentralizar atividades é centralizar o controle das mesmas. Assim, ao mesmo tempo em que o MOBRAL define a filosofia básica, políticas e diretrizes gerais do movimento, é obrigado a exercer os controles necessários para assegurar harmonia às operações desenvolvidas no campo pelas Coordenações e Comissões Municipais.

Relacionamentos Funcionais:

Para garantir a rapidez da execução dos trabalhos, os relacionamentos entre os diversos órgãos dos três níveis ocorrem a partir das necessidades funcionais e não hierárquicas. A maior preocupação deve ser sempre com os objetivos da organização, devendo prevalecer, portanto, as necessidades do serviço nos contatos entre os diferentes órgãos.

Definição dos objetivos:

A clara definição dos objetivos e responsabilidades de cada órgão é fator preponderante para o bom funcionamento de cada um e para coerência dos relacionamentos entre eles, proporcionando equilíbrio ao Sistema MOBRAL. (MOBRAL, 1975a, p.13-14, grifo nosso).

Para dar condições de operação a estes critérios, o MOBRAL foi estruturado em três níveis administrativos: em âmbito nacional o MOBRAL Central; em âmbito estadual as Coordenações Estaduais e Territoriais (COEST/ COTER); e em âmbito municipal as Comissões Municipais (COMUM).

O documento básico do MOBRAL estabelece as funções de cada nível:

MOBRAL/CENTRAL

- opera com as Comissões Municipais (COMUM), por meio de convênios, fornecendo material didático e/ou acervo para Postos Culturais, orientação técnica e verba para a gratificação de alfabetizadores;
- controla os convênios e avalia os resultados obtidos a nível nacional;
- desencadeia o fluxo das decisões dentro de uma perspectiva nacional.

COORDENAÇÃO ESTADUAL E TERRITORIAL

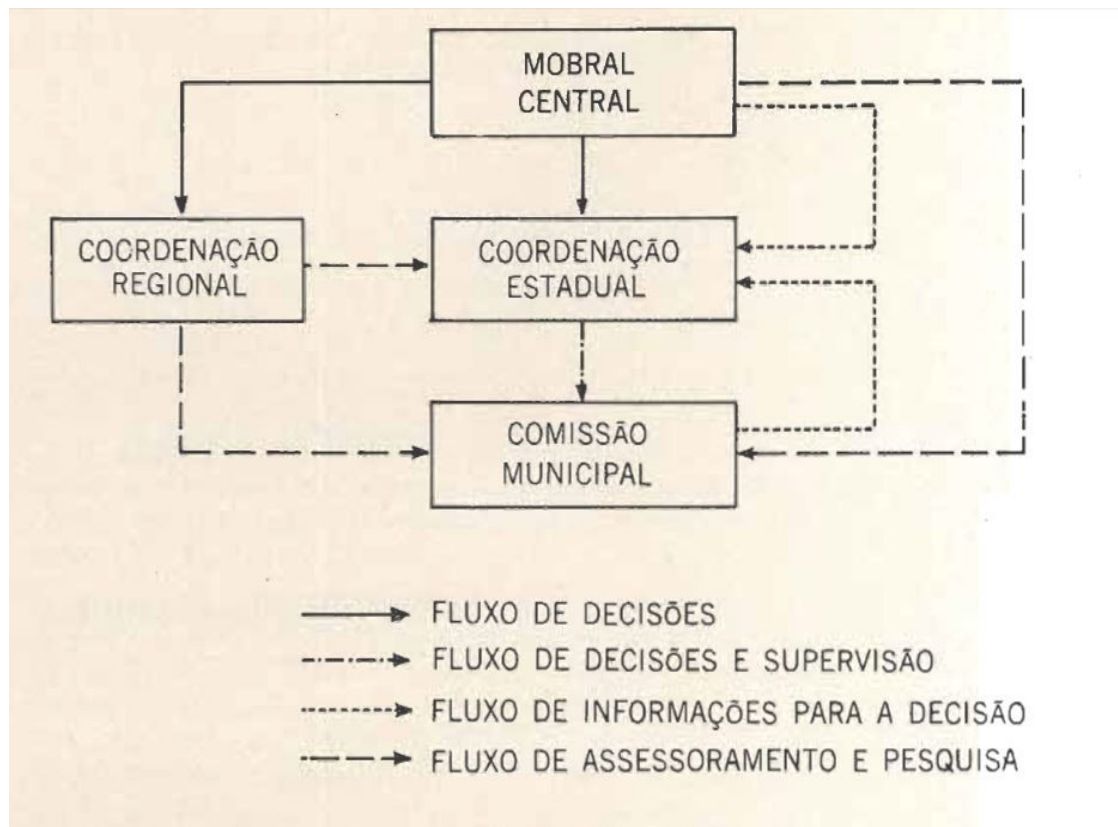
- planeja, coordena e controla as atividades relacionadas com os objetivos do MOBRAL, a nível de Estado ou Território.

COMISSÃO MUNICIPAL

- executa os programas do MOBRAL, a nível de município. Para isto:
 - mobiliza os recursos comunitários necessários;
 - recruta analfabetos, alfabetizadores, animadores;
 - providencia locais para o funcionamento dos vários programas e instala os postos de alfabetização e/ou Postos Culturais. (MOBRAL, 1975a, p. 15).

O relacionamento entre os três níveis é esquematizado de acordo com a figura 5:

Figura 5 – Os níveis administrativos do MOBRAL



Fonte: MOBRAL, *Sistema MOBRAL*, 1973a.

Como podemos observar as Comissões Municipais funcionaram como órgão executivo da Fundação MOBRAL. Atuando nos municípios brasileiros, as COMUMs reuniram elementos das prefeituras, empresários, associações comunitárias e religiosas, voluntários, estudantes, entre outros.

Eram membros da COMUM:

- Presidente;
- Secretário executivo;
- Encarregado da área pedagógica (EPEDE);
- Encarregado da área de mobilização (EMOBE);

- Encarregado da área da cultura (ECULT);
- Encarregado da área de profissionalização (EPROF);
- Encarregado da área financeira (ERAFE);
- Encarregado da área de apoio e informação (ERAPE);
- Encarregado da Supervisão Global (ENSUG).

Todas as atribuições que competiam a cada membro foram especificadas no Documento Básico do MOBRAL.

A COMUM recebeu recursos financeiros do MOBRAL Central através de convênios firmados com a COEST/ COTER, o valor dos recursos variava de município para município, em função do número de alunos. Este valor repassado, denominado custo do aluno-programa, foi estipulado pelo MOBRAL Central a cada ano. Segundo os organizadores do MOBRAL “o pagamento aluno-programa é uma forma de tornar mais vivo o interesse do alfabetizador, para que o aluno frequente as aulas até quase o final do Programa, pois dessa frequência dependerá também sua gratificação.” (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.164).

Os recursos provenientes do MOBRAL Central destinavam-se à gratificação dos alfabetizadores. O organograma apresentado no Documento Base de Implantação do MOBRAL estabelece que: “O apoio financeiro irá, sempre, em caráter supletivo, pois acreditamos que a Comunidade possa e deva ter a seu cargo uma parcela dos gastos totais.” (MOBRAL, 1973a, p.36). Como o MOBRAL realizava o repasse de verbas para o pagamento dos alfabetizadores, todos os outros recursos físicos e materiais envolvidos na instalação e manutenção das salas de alfabetização eram provenientes da mobilização da comunidade, doações, ações voluntárias e parcerias com outros órgãos da sociedade civil e empresários. Em virtude desta condição, foram realizadas as campanhas, cujas ilustrações foram expostas anteriormente, com apelos às prefeituras, iniciativa privada e comunidades, a fim de obter os recursos complementares e cooptar novos voluntários numa grande mobilização social contra o analfabetismo entendido enquanto “chaga social”. Além dos convênios com as COMUMs e secretarias de educação, o MOBRAL firmou também convênios com outras instituições privadas, de caráter confessional ou não - MEB, departamentos da Cruzada Evangélica de Alfabetização, Fundação Padre Anchieta, dentre outros - e órgãos governamentais como o Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC, o Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE), o SENAI e SENAC.

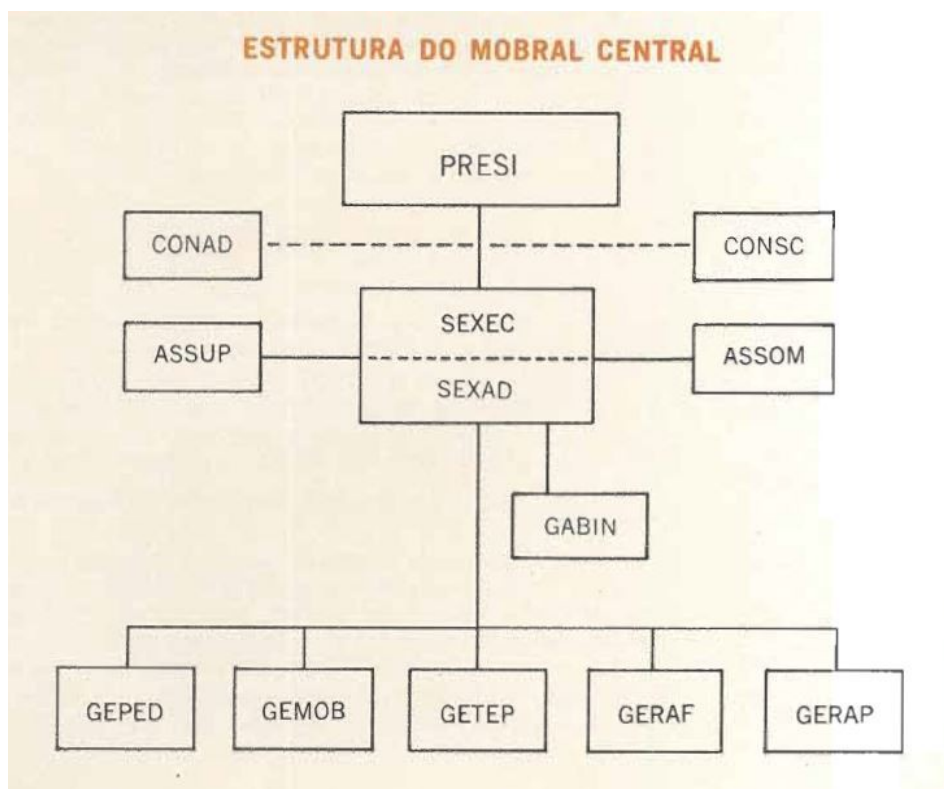
As COEST/ COTER e o MOBRAL Central funcionaram como órgãos normativos de controle, planejamento, avaliação e assistência técnica, numa perspectiva estadual e nacional.

Ao MOBRAL Central coube a tomada de decisões sobre as diretrizes didáticas e a política educacional do movimento, além do estabelecimento das linhas gerais de ação para todo o território nacional. Fizeram parte da estrutura do MOBRAL Central:

- A Presidência, responsável pela orientação, coordenação e direção das atividades da Fundação.
- Um Conselho Administrativo que, em cooperação com a Presidência e a Secretaria Executiva, participou da elaboração e melhoria de planejamentos básicos e da organização da estrutura dos órgãos do MOBRAL.
- Um Conselho de Curadores responsável pela aprovação dos orçamentos e a programação financeira da Fundação.
- Uma Secretaria Executiva (SEXEC) que administrou o Sistema MOBRAL, traçando suas diretrizes de ação, aprovando estudos das Assessorias e Gerências, e fazendo a intermediação com as Coordenações Regionais e Estaduais.
- Um Gabinete que, além de constituir-se em unidade de apoio pessoal do secretário-executivo, ocupava-se das questões ligadas à Comunicação Aplicada e Relações Públicas, problemas jurídicos e trabalhistas, e contatos na área internacional, através das Assessorias de Comunicação Aplicada (ASCAP), Jurídica (ASSUR) e de Relações Internacionais (ARINT).
- Uma Assessoria de Organização e Métodos (ASSOM) responsável pelo planejamento e programação de atividades, que incluíam o repasse dos recursos financeiros e o apoio à ação administrativa, subsidiando a SEXEC com os esquemas táticos e disposições estratégicas adequadas aos objetivos da instituição.
- Uma Assessoria de Supervisão e Planejamento (ASSUP) responsável pelo estabelecimento das metas e objetivos a serem alcançados. À ASSUP coube subsidiar a SEXEC com “esquemas básicos e disposições estratégicas capazes de levarem à consecução das metas e objetivos em prazos mais curtos e a custo global mais baixo, assegurando o rendimento máximo do processo ensino-aprendizagem.” (MOBRAL, 1973a, p.09).
- Cinco Gerências: Gerência Pedagógica (GEPED), Gerência de Mobilização (GEMOB), Gerência de Recursos Financeiros (GERAF), Gerência de Atividades de Apoio (GERAP) e Gerência de Treinamento e Pesquisa (GETEP).

A Estrutura do MOBRAL Central é representada pela Figura 6:

Figura 6 – Estrutura do MOBRAL Central



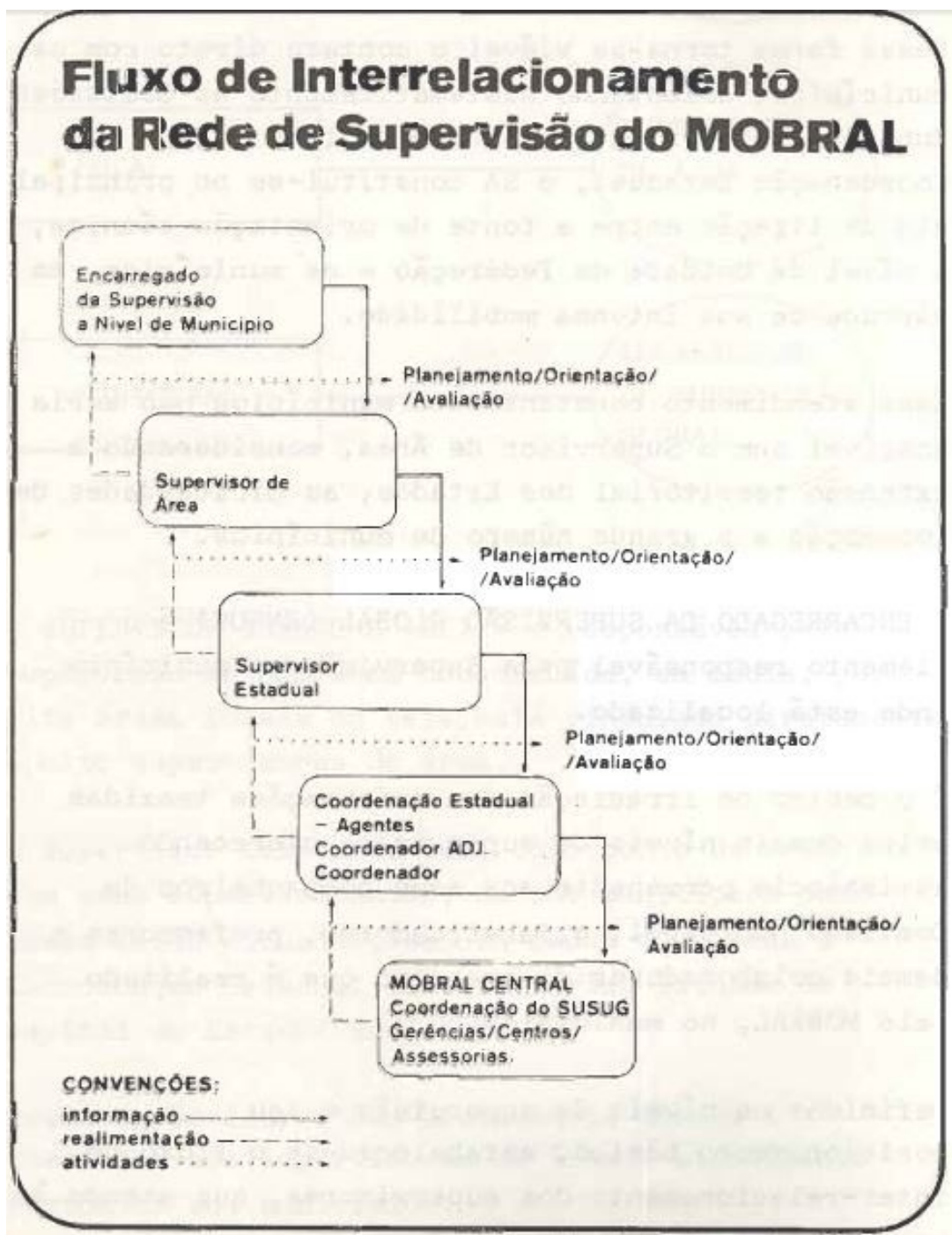
Fonte: MOBRAL. *Sistema MOBRAL*, 1973a.

Para estabelecer um sistema operacional mais eficiente e preservar a hierarquia e a funcionalidade dos relacionamentos entre os órgãos municipais, estaduais e o MOBRAL Central, foi implantado em 1973, um Subsistema de Supervisão Global – SUSUG, com o objetivo geral de “contribuir para o alcance dos objetivos do MOBRAL, através da manutenção dos padrões mínimos estabelecidos para todo o Brasil e da melhoria da produtividade, harmonizando o desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos Programas.” (MOBRAL, 1978, p.04-05).

A implantação do SUSUG visava racionalizar e fortalecer a estrutura do MOBRAL, com a montagem de uma infraestrutura de pessoal como encarregados e supervisores em diferentes níveis, que se integrassem de forma a permitir um rápido e dinâmico fluxo de informação e realimentação do sistema.

O Fluxo de inter-relacionamento da Rede de Supervisão do MOBRAL é representado pela Figura 7:

Figura 7 – Fluxo de Inter-relacionamento da Rede de Supervisão do MOBRAL



Fonte: MOBRAL. *O subsistema de supervisão global do MOBRAL*. Rio de Janeiro, 1978.

Ainda em 1973 foi desenvolvido um Sistema Integrado de Informações do MOBRAL (SIIMO), e formalizado um Subsistema Logístico (SILOG), diante das necessidades de operacionalização da alfabetização funcional, e posteriormente dos programas advindos da diversificação das atividades do MOBRAL. Segundo os membros da Assessoria de Organização e Métodos (ASSOM), que conceberam o subsistema logístico do MOBRAL, “a

racionalização é a palavra-chave da função logística e o custo o indicador principal a ser considerado.” (BALLARINY, 1979, p.415).

Para a estruturação do SILOG foram adaptadas ao MOBRAL às logísticas empresariais e militares, incorporadas nas atividades de abastecimento, manutenção e transporte. A evolução da logística, no sentido da racionalização e centralização do subsistema, pode ser observada mediante a absorção da função logística pela Gerência de Apoio (GERAP),

[...] o SILOG tinha direção e controle próprios a partir de uma Assessoria de Planejamento (ASSOM), com a execução descentralizada pelos diversos órgãos do MOBRAL. Progressivamente, entretanto, a Gerência de Apoio (GERAP) passou a assumir a função logística não somente por ser o maior executor, como também por se ter verificado que o esquema anterior reduzia a velocidade das decisões. (BALLARINY, 1979, p.424).

Conforme as linhas de orientação do MOBRAL, tratava-se de uma descentralização da ação, na qual “as COMUM e COEST/COTER gozavam de alto grau de autonomia.” (MOBRAL, 1975, p. 13). Porém, ao contrário do que anunciava o Documento Básico do MOBRAL, o SUSUG e a ASSOM estabeleciam uma estrutura administrativa, de controle e supervisão altamente centralizadora e hierarquizada, com a padronização da metodologia dos programas, do material didático, do treinamento dos alfabetizadores e dos critérios de avaliação dos alunos.

Sobre esta ênfase à padronização, definida pelo planejamento da organização, Branco (1979, p. 134) admite que:

Adotaram-se como princípios de atuação da Organização, por motivo de viabilidade econômica, o caráter nacional dos programas com conteúdos únicos para todo o território nacional, material didático e mecanismos de atuação padronizados, visando atingir o maior número de pessoas com custos reduzidos, o que se tornava possível graças a uma economia de escala possibilitada pela padronização.

Pela análise da estrutura administrativa, constata-se que, ao MOBRAL Central caberia a tomada de decisões sobre tudo que dizia respeito à política de ação da instituição: a definição e normatização dos programas; a nomeação dos cargos dos Conselhos Administrativos, da Secretária Executiva, Assessorias e Gerências; a distribuição dos recursos e a delimitação das áreas de atuação. O estabelecimento de sistemas de supervisão, informações e logística também nos revela esta tendência à centralização, hierarquização e controle dos processos.

Estas características são concernentes à pedagogia tecnicista, cujo elemento principal do trabalho pedagógico passou a ser a organização racional dos meios, de forma a “minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo.” (SAVIANI, 2013, p. 382).

No item a seguir serão apresentados os principais programas desenvolvidos pelo MOBRAL e alguns aspectos do contexto social, político e econômico da época.

3.3 Contexto social, político e econômico do lançamento dos principais programas de educação de massas do MOBRAL

De acordo com seus objetivos iniciais: a erradicação do analfabetismo e a educação continuada, o MOBRAL desenvolveu dois programas básicos: o Programa de Alfabetização Funcional - PAF e o Programa de Educação Integrada - PEI. Ao longo de sua atuação foram lançados outros programas: MOBRAL Cultural, o Programa de Desenvolvimento Comunitário, o Programa de Autodidatismo e o Programa de Profissionalização, que em seu conjunto formaram o Sistema de Educação Permanente.

O Sistema de Educação Permanente foi apropriado pelo MOBRAL, com base na redefinição em 1973 do conceito de alfabetização funcional¹⁶:

A alfabetização funcional começa então a ser concebida como um momento do processo educativo e não necessariamente o primeiro. Ela passa a ser vista como um passo de um processo mais amplo de educação permanente. Diversos procedimentos surgem como consequência natural dessa fase, exigidos pelo conceito cada vez mais profundo da funcionalidade. Os Programas Cultural e Profissional são reflexos destas inquietudes. Estes Programas representaram outras formas pelas quais se buscava concretizar cada vez mais o conceito de funcionalidade, na medida em que, através deles, tornava-se possível o atendimento diversificado ao indivíduo e à comunidade, de acordo com seus interesses, necessidades e aptidões. Dessa maneira, diminuía as dificuldades encontradas na área pedagógica para a concretização da funcionalidade, pois estes Programas vieram a contribuir para tornar viável um processo educativo cada vez mais funcional. (RAMOS; FONSECA, 1979, p.68).

¹⁶ A expressão “alfabetização funcional” surge como um desejo de substituir algumas práticas de alfabetização centradas no ensino da assinatura, na tentativa de romper com conceitos tidos como obsoletos e com práticas que deveriam ser substituídas por outras mais modernas. (ALVES, 2015, p. 156).

Nestes termos, percebemos que o conceito de funcionalidade desenvolvido pelo MOBRAL pretendia justificar não apenas a campanha alfabetizadora, como também a continuidade do programa, e a diversificação do campo de atuação do movimento. Já que, segundo seus organizadores, estas condições seriam essenciais para a realização da funcionalidade.

Segundo a orientação da UNESCO proferida na Conferência do Teerã em 1965, ocasião na qual os países membros foram aconselhados a criar medidas urgentes para combater o analfabetismo, a alfabetização qualificada como funcional constituía-se em um processo formativo, no qual o domínio das técnicas de leitura e cálculo deveria integrar-se à capacidade do alfabetizando para resolver seus problemas fundamentais, entre eles, os relativos à suas atividades produtivas (CORRÊA, 1979). Porém, o projeto de alfabetização, elaborado pelos membros das Gerências do MOBRAL Central, possuía características distintas dos projetos da UNESCO, começando pelo conceito de funcionalidade.

Arlindo Lopes Corrêa presidente do MOBRAL de 1974 a 1981, juntamente com sua equipe pedagógica, tentou justificar esta distinção, argumentando que o conceito de funcionalidade da UNESCO demonstrou-se inviável para aplicação em um programa de massa, e por isso o MOBRAL partiu de um conceito próprio de alfabetização funcional “entendida como aquela que leva adolescentes e adultos à aplicação prática e imediata das técnicas de ler, escrever e contar, proporcionando-lhes uma progressiva autonomia e uma busca de melhores condições de vida.” (CORRÊA, 1979, p. 65). De acordo com o Documento Básico de Treinamento publicado em 1973 a alfabetização proposta pelo MOBRAL seria funcional, pois ela não se limita a ensinar o aluno a ler e escrever, “mas sim descobrir sua FUNÇÃO, seu papel, no TEMPO e ESPAÇO em que vive.” (BRASIL, 1973d, p. 32). Como analisaremos mais adiante, esta função a ser descoberta pelos alfabetizados já se apresentava previamente estabelecida no material didático, e nas publicações dos diferentes programas da instituição.

Além do princípio metodológico da funcionalidade, os programas do MOBRAL também se fundamentavam no princípio da aceleração com vistas a atingir mais rapidamente os objetivos educacionais propostos:

Entende-se por Aceleração o princípio metodológico segundo o qual os objetivos educacionais são atingidos, mais rapidamente, pelo aproveitamento das potencialidades bio-psicológicas dos indivíduos e dos grupos, desenvolvidos durante sua vida através dos processos de maturação e de enculturação. (MOBRAL, 1978, p. 10).

Nesta perspectiva, enquanto o programa de alfabetização sugerido pela UNESCO previa uma duração de 9 meses, o MOBRAL adotou, em seu programa de alfabetização funcional, uma duração média de cinco meses com duas horas diárias de aula. Esta redução no tempo de duração do programa recebeu algumas críticas, sobre as quais o presidente da instituição argumenta: “Cinicamente, afirmam, por exemplo, que o curso de alfabetização do MOBRAL é curto e não dá ensejo a um bom aproveitamento. Esquecem que a alfabetização, no MOBRAL, é apenas o primeiro passo.” (CORRÊA, 1979, p. 52). E aproveita a oportunidade para criticar o trabalho de alfabetização de Paulo Freire com uma informação equivocada sobre a duração da experiência de alfabetização conhecida como ‘As quarenta horas de Angicos - RN’: “Omitem, curiosamente, que a ‘educação libertadora’ pretendia alfabetizar em 30 horas!” (CORRÊA, 1979, p. 52).

Sobre a conjuntura econômica e social brasileira da segunda metade da década de 1970, Germano (2011, p.225-226), explica que,

A economia começa a apresentar problemas, devido ao aumento súbito da sua conta de petróleo (o preço do barril passa de 3 dólares em 1973 para 12 dólares em 1974), fazendo um estrago no balanço de pagamentos do Brasil. O governo faz uso das suas reservas cambiais, restringe as importações e leva adiante uma estratégia de crescimento baseada no endividamento externo. Consequências: a dívida externa do país pulou de 3,2 bilhões em 1970, para cerca de 43 bilhões em 1978. O índice de crescimento econômico caiu no biênio 1977-1978 (respectivamente para 5,4 e 4,8%, quando a média do período foi de 7%), e a inflação praticamente duplicou – 37,9% - com relação à época do “milagre”, cuja média girou em torno de 19,3%.

Em 1975 o MOBRAL enfrentou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), solicitada pelo próprio partido do governo, para investigação de um possível desvio de objetivos na instituição, visto que o MOBRAL havia lançado no estado do Rio Grande do Sul, o chamado MOBRAL Infante-Juvenil, um programa de recuperação de excedentes, que se propunha a atender analfabetos com menos de 15 anos, que não pudessem frequentar o sistema regular de ensino. Segundo Mendonça (1985, p.63-63),

O Projeto estava ainda em fase de discussão e o MEC não dera ainda sua palavra final, quando foi instaurada a CPI. O Presidente do Mobral foi acusado de ir contra as decisões do MEC, atendendo a alunos com menos de 15 anos de idade. Foi decisivo para o Mobral o depoimento prestado pela Diretora do DEF, Profa. Ana Bernardes. A CPI encerrou as investigações com louvores ao esforço patriótico do Mobral, mas desaconselhou o atendimento a crianças, clientela específica do sistema regular de ensino.

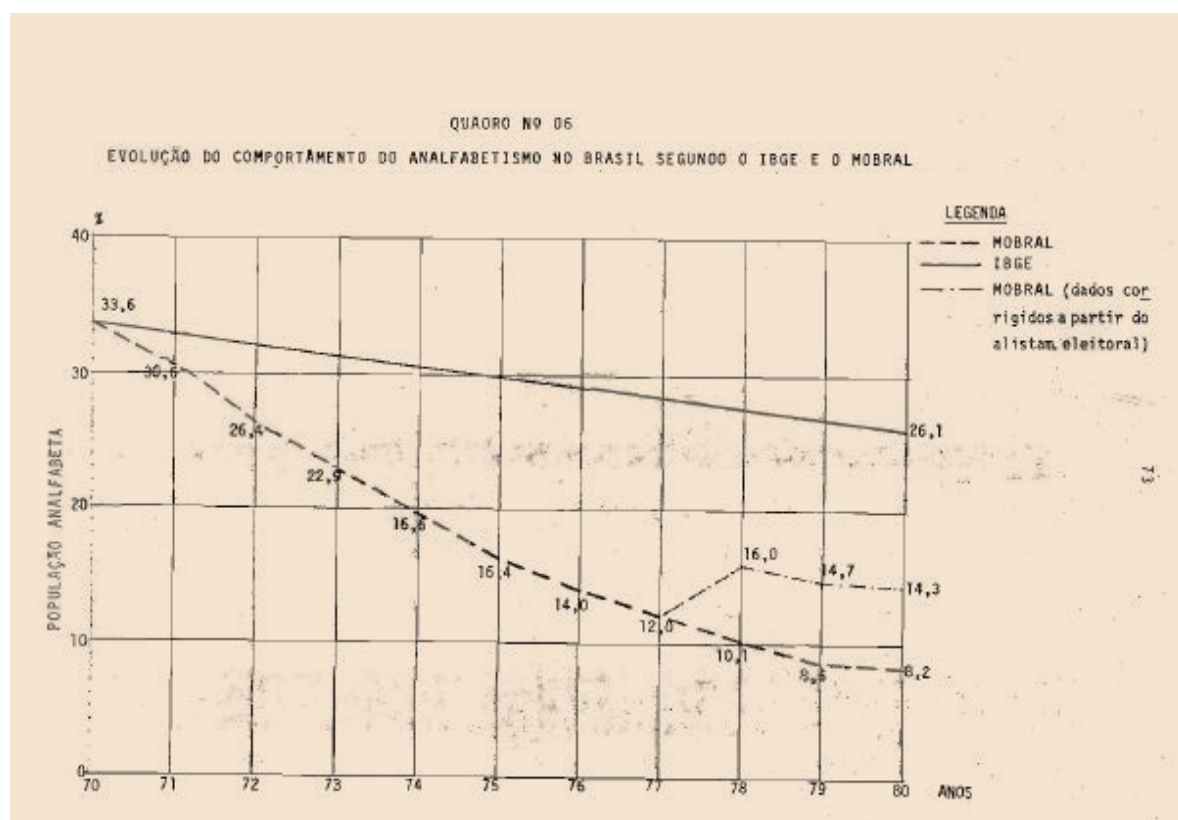
Analisando o conteúdo das denúncias que levaram à instauração da CPI de 1975 e os depoimentos dos envolvidos publicados no Jornal do Brasil, Souza (2016, p. 179) conclui que:

A CPI, que inicialmente investigaria apenas o programa Infante-Juvenil, acabou adentrando a outros setores e fez ‘revelações surpreendentes’: a) os altos gastos feitos com publicidade; b) Os baixos salários dos monitores; c) A forma inconstitucional com a qual era feita a aquisição do material didático; d) O presidente Arlindo Lopes Corrêa dizer que não sabe ao certo o montante dos seus vencimentos.

A autora acrescenta que apesar de não haver condenação, pois se tratava de um “jogo político onde a educação era moeda de troca na disputa por espaço e legitimidade”, a CPI abalou a confiança da população no MOBRAL comprometendo sua imagem perante a opinião pública. (SOUZA, 2016, p. 181).

A instituição também foi acusada, por alguns estudiosos, de manipular resultados obtidos, uma vez que alguns índices de analfabetismo apresentados pelo MOBRAL divergiam daqueles divulgados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE. Na publicação “Soletre MOBRAL e leia Brasil: sete anos de luta pela alfabetização” o ministro da Educação e Cultura Ney Braga afirmou que graças à atividade do MOBRAL o índice de analfabetismo de 33,6% em 1970, passou para cerca de 13,9% no ano de 1977 (redução de 19,7%). O ministro ainda fazia uma previsão para o ano de 1980 de um percentual de analfabetos em torno de 10%. Porém, como mostra a figura 8, estes índices apresentados pelo MOBRAL estavam muito abaixo dos percentuais das pesquisas do IBGE, mesmo com uma correção feita pelo MOBRAL:

Figura 8 - Evolução do comportamento do analfabetismo no Brasil segundo o IBGE e o MOBRAF



Fonte: MENDONÇA, T. N. J. Movimento Brasileiro de Alfabetização: subsídios para uma leitura crítica do discurso oficial. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1985, p.73.

Com a abertura política que se anunciava com o fim do AI-5 em 1978, e o crescimento da oposição ao regime ditatorial no âmbito da sociedade civil¹⁷, fazia-se necessário ao movimento justificar a existência de seus programas e garantir sua continuidade. No campo

¹⁷ Segundo Germano (2011, p.211), o período que tem início com a posse de Geisel de 1974 e se estende até o término do governo Figueiredo, em princípios de 1985, expressa um longo processo de crise que conduziria ao declínio e esgotamento da ditadura militar. Neste período, a instabilidade no bloco do poder no Brasil decorre em primeiro lugar dos conflitos entre as diferentes facções militares, bem como do enfraquecimento da aliança entre estes e setores da classe burguesa. Em segundo lugar, decorre também do crescimento da oposição ao regime ditatorial, no âmbito da sociedade civil.

do movimento sindical e popular nos anos de 1978 e 1979, cresceram as mobilizações contra o arrocho salarial, e as greves voltaram a acontecer após longo período de repressão. Nesta mesma época, o movimento teve seus recursos financeiros reduzidos em virtude da crise econômica, e passou a ser duramente criticado por integrantes do MEC, por supostas irregularidades administrativas. Além disso, como admitem os próprios membros da organização, o MOBRAL começa a sentir, por parte de sua clientela, as primeiras resistências em ingressar na alfabetização, e do voluntariado em colaborar com seus programas.

Neste quadro de crise, o MOBRAL começou a mudar sua metodologia de ação, procurando legitimar-se e obter o apoio da sociedade. Sobre este aspecto, Germano (2011, p. 223) esclarece que,

[...] a busca de legitimação conduz a uma mudança no discurso e na forma do relacionamento do Estado com as classes subalternas. Tal mudança possibilita a emergência de novos problemas, temas e metas potenciais na agenda do sistema político. Com efeito, a exclusão dos dominados – exclusão econômica, política e social – começa a ser revista nos planos oficiais. As questões sociais, que foram despolitizadas e reduzidas a questões “técnicas”, começam a ser tratadas como questões políticas. O discurso da “segurança nacional”, do “combate ao comunismo e à subversão” e do “crescimento econômico a qualquer preço” – mesmo à custa da concentração da renda – cede lugar a um outro que enfatiza a “integração social”, o “redistributivismo” e os apelos “participacionistas”.

Esta tendência é evidenciada pela diversificação do campo de atuação do MOBRAL, que passou a engajar-se, juntamente com o Exército, por meio da Ação Cívica Social (ACISO), num programa de ação comunitária, a partir de junho de 1976. A apropriação do viés da ação comunitária, para justificar a continuidade dos programas, é bastante explícita na fala do presidente da instituição:

O MOBRAL ainda tem uma enorme contribuição a oferecer ao Brasil e ao seu povo. A ação comunitária é o instrumento do qual o país necessita agora, para forjar um modelo de desenvolvimento de profundo conteúdo humanista. Essa a vocação do MOBRAL. (CÓRREA, 1979, p.472).

Nesta conjuntura, a ação comunitária tornou-se o grande eixo articulador dos programas da instituição, e o argumento principal na tentativa de legitimar sua atuação diante das acusações recebidas e dos resultados apresentados.

3.4 Arlindo Lopes Corrêa: o intelectual do MOBRAL

De acordo com Haddad e Di Pierro (2000, p. 116), o engenheiro e economista Arlindo Lopes Corrêa assumiu a presidência do MOBRAL em 1974, “com a responsabilidade de defender o programa e assegurar sua continuidade, formulando justificativas técnicas em resposta à avalanche de críticas que recaíam sobre o órgão¹⁸”.

Entre estas justificativas, Corrêa (1979, p.46), ressalta a função democratizante da educação permanente, uma vez que esta deveria “atender primordialmente às parcelas mais carentes da população, incapazes, geralmente, por seus próprios meios, de construir seu crescimento educacional e, desse modo, impossibilitadas de ascensão social, política e econômica”.

Em 1979 o MOBRAL lançou o livro “Educação de massa e ação comunitária”, composto por dezenove capítulos escritos por diversos autores ligados ao MOBRAL, técnicos e ocupantes de altos cargos das principais gerências do MOBRAL Central, e de seus sistemas de planejamento e supervisão. Em seu conjunto a obra “se dedica a narrar os feitos do MOBRAL com o objetivo de explicar sua criação, justificar suas ações, estrutura e funcionalidade e principalmente defender-se das acusações.” (SOUZA, 2016, p.184).

Os textos de apresentação: “MOBRAL – Pedagogia dos Homens Livres”, e de fechamento: “O Futuro do MOBRAL”, foram assinados por Arlindo Lopes Corrêa. Neles o autor declara sua intenção:

[...] deixar consignada a experiência do MOBRAL para os pósteros. Não procuramos os aplausos do presente, mas estamos seguros de que o futuro reconhecerá o imenso valor de nossa obra, tão revolucionária que não poderia deixar de suscitar a dúvida, é certo, pois assim tem sido em toda a história da Humanidade com as realizações congêneres. [...] E temos ambições, é claro, pois sabemos de nossa capacidade de servir e queremos fazer cada vez mais. Mas a fraude, essa só existe nas ideias, nas palavras e nos gestos dos que tentam inutilmente macular nosso estrondoso sucesso. (CORRÊA, 1979, p. 12-13).

De maneira pretensiosa e em forma de desabafo Corrêa (1979, p. 11) rebateu as críticas recebidas pelo órgão: “Mas evidenciado o sucesso, a crítica surgiu com ares avassaladores, pois não se faz nada bem, impunemente, pois lá está a incompetência a combater o herói, o ídolo, aquele que se destaca”. Ele também fez uma analogia entre o

¹⁸ Ao final da década de 1970 se avolumaram as críticas e acusações vindas de diversas instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, a Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – CAPES e o MEC. (SOUZA, 2016).

MOBRAL e o surgimento da vida na Terra, em uma referência a Teoria da Evolução de Charles Darwin¹⁹. O então presidente do órgão não poupou adjetivos para defender a metodologia do MOBRAL, herdada inicialmente da área econômica, e enaltecer o trabalho da equipe dos economistas e membros do Ipea:

Embora o tratamento metodológico dado ao setor educacional tenha sido exclusivamente econômico, o trabalho foi rico em descobertas e, na abertura de novos caminhos, pelo ineditismo da abordagem, apesar da desatualização das estatísticas, da inexistência de estudos e pesquisas – algumas das heranças do estado caótico da administração educacional encontrado em 1964 – foi possível identificar desperdícios e decisões irracionais. [...] Ao mesmo tempo era preciso conquistar os meios intelectuais e a opinião pública para a Economia da Educação. [...] Nessa época, inúmeros nomes importantes da economia brasileira reforçavam nossas teses – principalmente Roberto Campos, Mario Simonsen e Delfim Neto –, dando-lhes suporte junto aos centros de poder e aos veículos de comunicação social. (CORRÊA, 1979, p. 18-19).

Assim como procurou exaltar o trabalho do MOBRAL e justificar a necessidade da continuidade de seus programas, Corrêa (1979) empenhou-se para criticar e desqualificar as iniciativas de educação de adultos dos movimentos de cultura popular da década de 1960 abordados no item 2.1.3, em especial o método Paulo Freire e a “educação liberadora” de sua “pedagogia dos oprimidos”:

Quando ouvimos falar dos chavões do comunismo internacional, da sua chamada “educação liberadora”, da sua “pedagogia dos oprimidos”, ocorrem-nos que tudo isso começa com a grande contradição de que o ser humano é chamado a figurar dentro de um esquema que tem um objetivo previamente determinado, sobre o qual esse homem não influirá de modo algum. Ou será que os dogmas marxistas são passíveis de crítica nos “Centros de Cultura” em que se faz a “pedagogia dos oprimidos”? Não há dúvida: trata-se, mesmo, de uma pedagogia dos oprimidos. Não poderia haver algo mais opressor... Ao contrário, **no MOBRAL as pessoas discutem com toda liberdade, e sem qualquer dirigismo**, as coisas do seu mundo, que é também o mundo do alfabetizador, recrutado ali, no ambiente em que moram seus alunos. [...] no curso da “pedagogia dos oprimidos” trata-se de palavras de cunho revolucionário que incitam à luta armada, ao ódio entre classes A “educação libertadora”, no Brasil, usava como alfabetizadores os alunos de ensino superior engajados em sua campanha de incitação à subversão. Não era um movimento de alfabetização, com tonalidade política radical: era uma campanha de politização radical, se subversão, que se aproveitava da alfabetização como seu caldo de cultura. [...] **Como tantas outras coisas, o**

¹⁹ “Com a vida iniciou-se a evolução biológica, partindo da primitiva bactéria anaeróbia até chegar as suas formas superiores. Assim foi, também, com o MOBRAL, cujas origens têm que ser buscadas em janeiro de 1965, quando Mario Henrique Simonsen levou o então Ministro Roberto Campos a sugestão de criar, no Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA, hoje Ipea), um Setor de Educação, encarregado de desencadear o processo de planejamento educacional do Brasil.” (CORRÊA, 1979, p 18).

prestígio da “educação libertadora” é o resultado de uma campanha promocional intensa do comunismo internacional, apenas um instrumento da “máquina”. [...] Nossa educação é verdadeiramente democrática: mostramos a verdade e as pessoas fazem livremente as suas opções. À “pedagogia dos oprimidos” preferimos a “pedagogia dos homens livres”. (CORRÊA, 1979, p.50-51, grifo nosso).

O posicionamento de Corrêa (1979) refletia o contexto social e político do governo militar: a oposição aos movimentos sociais e de educação popular da década de 1960, considerados subversivos e apontados equivocadamente como frutos do marxismo e do comunismo internacional²⁰. O discurso do presidente da instituição também revela a contradição da proposta educacional do MOBRAL, ao proclamar uma educação “verdadeiramente democrática”, onde os alunos “discutem com toda liberdade e sem qualquer dirigismo”, em um país que vivia sobre o jugo da censura e do autoritarismo da ditadura militar²¹.

Ainda confrontando a “pedagogia dos oprimidos”, Corrêa (1979, p.51) alegou que, o MOBRAL atendeu “milhões de alunos e não uns poucos como na pedagogia dos oprimidos”. Como se fosse equivalente e justo comparar o número de alunos atendidos por um programa nacional de educação de massas, com comissões atuantes em todos os municípios brasileiros e que recebeu vultosos recursos financeiros, como foi o MOBRAL, com iniciativas não oficiais, de curta duração e localizadas em poucas cidades das regiões Nordeste e Sudeste, como foram as experiências dos MCPs e CPCs que utilizaram o método Paulo Freire.

Em postagens feitas por Arlindo Lopes Corrêa nos anos de 2009 e 2010 em seu blog pessoal na internet²², o engenheiro e economista tratou de temas como: educação, emprego e renda, terceira idade, esporte, ação comunitária, economia da educação, demografia,

²⁰ Saviani (2013, p. 332), sustenta que “apesar do comparecimento de grande número de autores marxistas, a concepção de fundo que preside toda tessitura de *Pedagogia do oprimido* permanece sendo a filosofia personalista na versão política do solidarismo cristão”. O autor argumenta que em Paulo Freire “a educação surgia como um instrumento de crucial importância para promover a passagem da consciência popular do nível transitivo-ingênuo para o nível transitivo-crítico, evitando-se a sua queda na consciência fanática. É em vista desse objetivo que foi criado um método de alfabetização ativo, dialogal, crítico e criticizador. Esse método, no entanto, é apenas um aspecto de uma proposta pedagógica mais ampla enraizada na tradição mais autêntica do existencialismo cristão, em diálogo com algumas contribuições do marxismo.” (SAVIANI, 2013, p. 335).

²¹ O período entre 1964 e 1969, ano em que foi publicado o livro *Educação de massa e ação comunitária*, apresenta um progressivo endurecimento do regime militar, com a instauração dos Atos Institucionais: “os direitos individuais e coletivos foram assim praticamente liquidados; o Congresso Nacional foi fechado e despojado de suas funções essenciais e o Poder Judiciário impedido de julgar.” (GERMANO, 2011, p.67).

²² A página de acesso ao Blog de Arlindo Lopes Corrêa é www.arlindolopescorrea.blogspot.com.br

responsabilidade social, planejamento, políticas públicas e projetos sociais. Entre as 59 postagens feitas, Corrêa (2009) escreveu sobre sua experiência profissional como membro do Ipea e do MOBRAL. Em relação a sua trajetória no MOBRAL, Corrêa faz vários elogios à instituição, ao trabalho da equipe de supervisão e seus colaboradores, aos artistas, autores e ex-alunos que apoiaram seus programas, e à sua gestão: “Em convênio com o Banco Nacional de Habitação (BNH), criamos o Balcão de Ideias, para apresentação, pela clientela do MOBRAL, de técnicas de construção destinadas a baratear a moradia popular. Há trinta anos... reafirmando o pioneirismo do MOBRAL.” (CORRÊA, 3 de Nov de 2009).

Corrêa (2009) também retoma alguns conflitos do passado, buscando se defender das críticas que foram feitas ao órgão: “Em relação ao MOBRAL, então, as mentiras que andam por aí são tantas e tão bizarras e despidoradas que às vezes não sei se devo rir ou chorar. Mas de uma coisa estou certo: um dia a verdade prevalecerá... Não sei é se vou receber esses atrasados do INSS!” (CORRÊA, 26 de Nov de 2009).

Como secretário executivo de 1972 a 1974, e especialmente como presidente de 1974 até 1981, Arlindo Lopes Corrêa foi o grande idealizador, gestor, representante e defensor do MOBRAL, à medida que seu discurso buscou mediar à unidade política e ideológica da instituição, e legitimar seu trabalho perante a opinião pública nacional e internacional. De acordo com Gramsci (198-, p.07):

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da industrial, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc.

O autor esclarece que os intelectuais são os funcionários que exercem as funções organizativas e conectivas de uma classe dominante tentando manter sua hegemonia: “Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.” (GRAMSCI, 198-, p.14). Este grupo de intelectuais são representados no MOBRAL pelo já mencionado presidente da instituição e pelos ocupantes dos mais altos cargos das Gerências do MOBRAL Central, responsáveis pela elaboração e definição dos princípios metodológicos e das linhas de ação do órgão, com a finalidade de assegurar o consenso entre as massas e o grupo dirigente, desempenhado assim um papel essencial para a direção ideológica e política da hegemonia existente.

A pesquisa de Gramsci sobre os intelectuais era motivada por sua preocupação com a classe proletária, e seu interesse em criar grupos de intelectuais de novo tipo, “que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos.” (GRAMSCI, 1981, p. 27). Isto é, intelectuais que fossem organicamente comprometidos com as classes subalternas, para a constituição de uma nova cultura que pudesse romper com a hegemonia vigente. Ao explicar a utilização da expressão “orgânico”, Nosella (2004, p.165) esclarece que trata-se de um termo muito utilizado por Gramsci,

[...] orgânico é um adjetivo que qualifica as pessoas pertencentes aos quadros de uma administração ou de uma empresa, responsáveis pelo aspecto organizativo.[...] Orgânico também diz respeito à estrutura íntima, interna do ser vivo, animal ou vegetal. Portanto, refere-se a uma função importante, vital e funcional.”

Sobre o conceito gramsciano de intelectual orgânico, Mochcovitch (1988, p. 18) esclarece que,

A perspectiva de Gramsci é sempre a de elaborar conceitos que ajudem a classe operária e seus intelectuais (seu partido) a firmar a “hegemonia” do proletariado sobre o conjunto das classes subalternas e a disputar a “direção intelectual e moral” do conjunto da sociedade, visando à tomada do poder político e à alteração da situação de dominação.

No panorama da educação de adultos no Brasil, consideramos Paulo Freire como intelectual orgânico às classes subalternas, por seu compromisso político e social com aqueles a quem ensinava. Em sua obra: “Educação como prática da liberdade”, Paulo Freire, referindo-se ao seu trabalho como educador no MCP e CPC do Recife, afirma que desde o início, afastou qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica, pensando a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência:

O que teríamos de fazer, uma sociedade em transição como a nossa, inserida no processo de democratização fundamental, com o povo em grande parte emergindo, era tentar uma educação que fosse capaz de colaborar com ele na indispensável organização reflexiva de seu pensamento. Educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma predominantemente crítica. (FREIRE, 1978, p. 106).

A seção a seguir abordará de maneira mais detalhada os principais programas executados pelo MOBREAL: PAF, PEI, MOBREAL Cultural, Programa de Profissionalização, e os Programas de Desenvolvimento Comunitário: PRODAC e o PES.

4 PRINCIPAIS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE MASSAS DO MOBRAL

Nesta seção serão abordados os principais programas de educação de massas desenvolvidos pelo MOBRAL, seus pressupostos teórico-metodológicos e objetivos. Corroborando a afirmação de Haddad e Di Pierro (2000, p. 108) de que, tanto no presente quanto no passado, a educação de jovens e adultos “compreendeu um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais”, delimitamos nossa análise às iniciativas de alfabetização e educação continuada para adolescentes e adultos promovidas pelos programas do MOBRAL.

Para a exposição destes programas buscamos analisar as publicações do MOBRAL e contextualizá-las usando como contraponto, autores como Freire (1978, 2015, 2016), Jannuzzi (1979), Mendonça (1985) e Saviani (2013), além de trabalhos acadêmicos pertinentes a execução dos programas em âmbito regional. Considerando que o Programa de Alfabetização Funcional (PAF) constituiu-se como o programa central e básico do MOBRAL, que atendeu o maior número de pessoas e consumiu maior parte dos seus recursos, ele será objeto importante da nossa atenção no próximo item.

4.1 Programa de Alfabetização Funcional – PAF

O PAF foi o primeiro programa lançado pelo MOBRAL. Para análise da evolução do PAF as autoras Koff e Campello (1979), supervisoras da Gerência Pedagógica do MOBRAL Central identificaram três períodos distintos.

O primeiro deles, de 1970 a 1973, corresponde aos três primeiros anos do programa, cuja linha de trabalho foi estrategicamente mais informal, as classes funcionavam em lugares disponíveis da comunidade, próximas às residências dos alunos. Os alfabetizadores eram recrutados entre os elementos da comunidade sem ser, necessariamente, pessoas com formação específica para o magistério ou com experiência na alfabetização de adultos. A prioridade de atendimento era para os adultos analfabetos residentes na zona urbana, pertencentes à faixa etária de 15 a 35 anos.

O segundo período, que se estende de 1973 a 1977 é considerado pelas autoras como uma fase de consolidação e sustentação do programa. Nesta fase o PAF passou a atuar em todos os municípios brasileiros, por meio de uma expansão planejada e “uma ação mais

direcionada para o atingimento do objetivo quantitativo, ou seja, a erradicação do analfabetismo em 1980.” (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.150).

Porém, as autoras reconhecem que,

À medida em que o índice de analfabetismo no Brasil foi se reduzindo, verificou-se maior dificuldade de atingimento dessas metas, pois a parcela da população adulta analfabeta, que deveria ainda ser atendida, apresentava cada vez mais peculiaridades negativas tais como: deficiências visuais, subnutrição, falta de motivação e características sócio-econômicas que prejudicavam seu atendimento. Em outras palavras, à medida que parte da população adulta vai sendo alfabetizada, o resíduo resultante apresenta dificuldades crescentes. (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.150-151).

Percebendo as dificuldades para se atingir a meta de atendimento prevista para o final da década de 1970, o MOBRAL Central começou a definir estratégias de ação diversificadas em função das características específicas da clientela a ser atendida. Essa diversificação do PAF é a principal característica do período que se inicia em 1977, no qual o MOBRAL passa a enfatizar a utilização de recursos tecnológicos, como o rádio e a televisão, e elaborar um diagnóstico mais profundo da situação para embasar a formulação de diferentes estratégias de desenvolvimento do PAF em parceria com outros programas do órgão.

Tendo em vista a caracterização dos períodos de evolução do PAF destacados acima, serão evidenciados a seguir, alguns aspectos que irão estruturar nossa análise sobre o desenvolvimento do programa.

4.1.1 Implantação e funcionamento

Para a implantação do PAF em cada município, uma série de etapas de trabalho foi realizada. A primeira pressupôs um diagnóstico do desenvolvimento do programa e da situação dos municípios. Com os dados dos diagnósticos realizados, passava-se a etapa seguinte, que consistia na mobilização dos alunos, alfabetizadores, recursos materiais, físicos e financeiros necessários à execução do PAF. Em seguida eram assinados os convênios com as COMUNs, para o desenvolvimento do programa. Após a assinatura dos convênios, o MOBRAL Central em parceria com as COEST e COTER promoviam o treinamento básico dos alfabetizadores, e o acompanhamento e controle das classes em funcionamento.

Na fase de implantação, foi fixada uma duração de cinco meses, com duas horas diárias de aula. De modo geral, a duração prévia de cinco meses manteve-se ao longo da existência do programa. No entanto, os organizadores do MOBRAL ressaltavam que o aluno não era obrigado a permanecer durante os cinco meses em classe, aquele aluno que

apresentasse um ritmo de aprendizagem mais rápido poderia permanecer apenas o tempo que lhe fosse necessário para se alfabetizar. Já os alunos que não conseguiram se alfabetizar em cinco meses deveriam ser estimulados a ingressar no convênio seguinte (MOBRAL, 1975a).

Quanto à organização das classes, a orientação inicial era de que se mantivesse uma média de 25 a 30 alunos por classe. Porém, no terceiro período de evolução do PAF, a partir de 1977, diante da dificuldade de formação de classes com no mínimo de 20 alunos, foram admitidas diversas formas de agrupamento, que iam desde o atendimento individual até a formação de classes com 25 alunos em média. As classes eram constituídas por adolescentes, alguns com menos de 15 anos de idade, adultos e idosos analfabetos recrutados pela COMUM, assim como egressos do PAF que não conseguiram se alfabetizar no convênio anterior.

De acordo com a pesquisa documental realizada por Souza (2016, p. 141) em sua tese de doutorado em História, a clientela do MOBRAL era composta,

[...] em grande medida por alunos entre 15 e 50 anos, pobres, que nunca estudaram ou frequentaram a escola por no máximo um ano, trabalhadores informais e/ou desempregados, de família geralmente numerosa (entre 5 e 18 pessoas), moradores de zona rural e/ou pequena cidade, em muitos casos sem acesso à água encanada e luz elétrica, sem nenhum acesso ao serviço de saúde pública e principalmente de baixa autoestima.

O acompanhamento e o controle do PAF foi realizado no primeiro período (1970-1973) de forma assistemática por técnicos do MOBRAL Central, com o envolvimento de elementos das COMUMs, a Gerência Pedagógica teve principalmente um controle quantitativo do desenvolvimento do programa. Os Boletins de Frequência dos alunos eram preenchidos pelos alfabetizadores e remetidos mensalmente ao MOBRAL Central. Os recursos para o pagamento dos alfabetizadores eram liberados de acordo com os dados registrados nestes boletins.

No período seguinte (1973-1977), com a implantação do Subsistema de Supervisão Global – SUSUG, a responsabilidade de acompanhamento e controle do programa passou a ser dos supervisores e da GEPED. Ao Sistema Integrado de Informações coube o controle quantitativo.

A partir de 1977, tornou-se ainda mais evidente a progressiva burocratização e hierarquização do Sistema MOBRAL, com a implantação do Plano de Supervisão Pedagógica por Metas ao PAF: “que é uma busca de utilização mais racional dos recursos humanos das Coordenações e que fixa metas de supervisão para todos os elementos das COEST/COTER e, inclusive para os próprios supervisores.” (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.171). Os relatórios de

atividades, assim como dados quantitativos e qualitativos do desenvolvimento do programa foram padronizados e trabalhados de forma global pela GEPED e SUSUG.

Estes dados quantitativos eram publicados em edições comemorativas pelos cinco, sete e dez anos de atuação do programa, nos quais se proclamava os avanços da instituição e a redução nos índices de analfabetismo. Porém, em seu artigo: “MOBRAL: a falácia dos números” Vanilda P. Paiva²³ questiona os índices de alfabetização calculados por estados, a partir das Tabulações Avançadas do Censo de 1980: “Elas nos permitem observar mais claramente o irrealismo, quando não a manipulação, dos dados oferecidos pelo MOBRAL.” (PAIVA, 2003, p.371).

4.1.2 Objetivos

A alfabetização funcional preconizada pelo MOBRAL é “aquela que propicia à adolescentes e adultos a aplicação prática e imediata das técnicas de ler, escrever e contar, permitindo-lhes melhores condições de vida.” (MOBRAL, 1975a, p.41).

De acordo com o Documento Básico do MOBRAL:

A Alfabetização Funcional, que é o primeiro passo para que se atinjam os objetivos do MOBRAL, procura levar a pessoa humana:

- à aquisição de um vocabulário que permita um aumento de conhecimentos, à **compreensão de orientações e ordens transmitidas por escrito e oralmente**, à expressão clara de ideias e à comunicação escrita ou oral;
- ao desenvolvimento do raciocínio;
- à **criação de hábitos de trabalho**;
- ao desenvolvimento da criatividade, visando entre outros, ao aproveitamento de todos os recursos disponíveis a fim de melhorar as condições de vida;
- **ao conhecimento de seus direitos e deveres**;
- ao empenho na conservação da saúde, na melhoria das condições de higiene pessoal, da família e da comunidade;
- à compreensão da responsabilidade de cada um na manutenção e melhoria das condições de limpeza e dos bens e serviços públicos da comunidade;

²³ A utilização das citações de Paiva (2003) se deu em função da argumentação de Fávero (2015), que ao avaliar os livros e trabalhos acadêmicos que se referem ao MOBRAL, reconhece que a produção mais crítica sobre o movimento são três artigos de autoria de Vanilda Paiva, sob o título geral *Mobral, um desacerto autoritário*: I – O Mobral e a legitimação da ordem; II – A falácia dos números: o programa de alfabetização funcional e III – Estratégias de sobrevivência do Mobral. Inicialmente publicados na *Revista Síntese* n. 23, 24 e 25, em 1982, foram incorporados na última edição de seu livro *História da educação popular e da educação de adultos no Brasil* (São Paulo, Loyola, 6. ed. 2003).

- à descoberta das formas de vida e bem-estar social dos grupos que participam do Desenvolvimento, à motivação para ser CONSTRUTOR E BENEFICIÁRIO desse desenvolvimento. (MOBRAL, 1975a, p. 41-42, grifo nosso).

Analisando os objetivos que constam no projeto político do MOBRAL, Mendonça (1985, p.87) compreende que “apenas a garantia de participação do mobralense no processo político é um objetivo viável e verificável: o mobralense, ao conseguir assinar o seu nome, perde sua condição de analfabeto e adquire o direito de votar e ser votado.”

Os objetivos da alfabetização funcional, ao enfatizarem a criação de hábitos de trabalho e a compreensão, por parte dos alfabetizandos, das ordens transmitidas por escrito e oralmente, revelam a tendência do MOBRAL de considerar a educação como um investimento em formação de mão de obra. Corroborando a vertente tecnicista e sua ideia de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico.

4.1.3 Metodologia

Com vistas à consecução dos objetivos do PAF, o MOBRAL elegeu uma metodologia própria “que se caracteriza em dar ao adulto consciência de sua condição de Homem e de suas possibilidades para se realizar como Pessoa, orientando, portanto, numa perspectiva existencial.” (MOBRAL, 1973a, p.14).

Conforme o Documento Básico do MOBRAL:

O MOBRAL não elegeu, por antecipação, nenhum método específico de alfabetização. Foram adotados métodos conhecidos para, em função dos resultados iniciais obtidos, selecionar-se o que melhor pudesse atender às necessidades de um programa de massa, sendo flexível o suficiente para atender as particularidades de cada região e de cada grupo populacional envolvido. O método, portanto, é o ECLÉTICO, baseado na decomposição das PALAVRAS GERADORAS.

Estas se apoiam nas necessidades básicas do HOMEM, estando ligadas aos temas de sobrevivência, segurança, necessidades sociais, e auto-realização, o que garante um alto grau de interesse e de envolvimento dos alunos. (MOBRAL, 1975a, p. 43).

Tratou-se de um método silábico fonético sistematizado a partir da decomposição das palavras geradoras ilustradas no cartaz gerador: “a palavra geradora é a que dá base ao estudo dos fonemas e a descoberta de novas palavras, devendo estar sempre relacionada ao cartaz gerador.” (MOBRAL, 1973b, p.56).

O método silábico fonético partia da decomposição das partes (sílabas e fonemas) para o todo (palavra), ou seja, da síntese para a análise (ARAÚJO, 2006). Após reunir as letras em

sílabas, passava-se ao conhecimento das “famílias silábicas”, em seguida ensinava-se a ler a palavra formada, com a combinação de sílabas formavam-se novas palavras e por fim ensinava-se frases isoladas.

O quadro a seguir apresenta alguns exemplos de palavras geradoras:

Quadro 1 – Palavras geradoras

NECESSIDADES BÁSICAS (campos semânticos: exploração do cartaz e do significado da palavra)	PALAVRAS GERADORAS (forma significante: aprendizagem da leitura e escrita)
EDUCAÇÃO	ESCOLA/ PROFESSORA
SAÚDE	REMÉDIO/VACINA
ALIMENTAÇÃO	COMIDA/PANELA/COZINHA
HABITAÇÃO	TIJOLO/CASA
LAZER	RÁDIO/FUTEBOL/VIAGEM
TRABALHO	TRABALHO/ MÁQUINA
PREVIDÊNCIA SOCIAL	HOSPITAL/ TRABALHO/ UNIÃO
VESTUÁRIO	SAPATO/ PLÁSTICO
LIBERDADES HUMANAS	VIDA /FAMÍLIA/ FÉ/ AMOR

Fonte: CORRÊA, 1979, p. 154.

Para o estudo das palavras geradoras, o MOBREAL Central recomendou uma série de procedimentos ordenados de forma a conduzir o processo de alfabetização:

- 1) apresentação e exploração do cartaz gerador;
- 2) estudo da palavra geradora, depreendida do cartaz;
- 3) decomposição silábica da palavra geradora;
- 4) estudo das famílias silábicas, com base nas palavras geradoras;
- 5) formação e estudo de palavras novas;
- 6) formação e estudo de frases e textos. (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.153).

Segundo os membros da GEPED, a partir do estudo das palavras geradoras o aluno iria formar frases e textos num progresso gradual, no qual o ensino da escrita seria paralelo ao da leitura e da matemática, “o alfabetizador parte da verificação dos conhecimentos que os alunos já possuem, sistematizando-os e ampliando-os.” (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.155).

Para garantir a operacionalização da metodologia estabelecida para o PAF, a GEPED formulou roteiros e manuais de orientação aos alfabetizadores com a explicitação dos procedimentos metodológicos a serem seguidos pelos professores para a alfabetização, a

aplicação das técnicas de trabalho em grupo e o planejamento das aulas. Parte do trabalho metodológico do PAF foi baseado em técnicas de trabalho em grupo delimitadas no Roteiro de Orientações ao Alfabetizador: Tempestade Mental; Debate ou Discussão; Entrevista; Grupo Simples; e Trabalho Diversificado. (MOBRAL, 1978).

Analisando as características metodológicas do PAF observa-se a preocupação com a estruturação de esquemas de planejamento, atividades e técnicas de ensino padronizados, com vistas à eficiência e produtividade do programa, numa ação pedagógica pré-determinada a ser executada por voluntários que, em sua maioria, não possuíam formação para o magistério. Sobre este aspecto Gramsci (198-, p. 122) adverte que, o aluno somente participará de forma ativa na escola, se esta for ligada à vida: “Os novos programas, quanto mais afirmam e teorizam sobre a atividade do discente e sobre sua operosa colaboração com o trabalho do docente, tanto mais são elaborados como se o discente fosse uma mera passividade.”

Contrapondo-se a alfabetização com técnicas previamente padronizadas, puramente mecânicas e centradas na palavra, Freire (1978, p. 104), defende uma alfabetização ligada à democratização da cultura, “que fosse em si um ato de criação”. Ainda de acordo com o autor. “a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador.” (FREIRE, 1978, p.111).

Em sua obra, *Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL*, Jannuzzi (1967) salienta que, apesar de, tanto o método Paulo Freire quanto o MOBRAL usarem técnicas consideradas analítico-sintéticas, baseadas na decomposição das palavras geradoras, estes dois segmentos foram fundamentados em concepções e finalidades pedagógicas diferentes. Segundo a autora, o MOBRAL “utiliza método que é basicamente antidialógico, isto é, parte de objetivos previamente definidos pelo MOBRAL/Central, discutindo nas comunidades apenas os melhores meios de concretizá-los.” (JANNUZZI, 1967, p.82).

A ênfase dada à organização racional dos procedimentos a serem seguidos pelo alfabetizador corrobora a metodologia tecnicista de ensino praticada pelo PAF. Sobre a concepção pedagógica tecnicista, Saviani (2013, p. 381) esclarece que, baseada no “pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional.”

Ainda de acordo com Saviani (2013, p. 382), enquanto na pedagogia tradicional o professor era ao mesmo tempo sujeito do processo e o elemento decisivo, na pedagogia tecnicista,

[...] o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção.

Para complementar a análise dos aspectos metodológicos do PAF, trataremos no item a seguir do material didático adotado pelo programa.

4.1.4 Material didático

O material didático utilizado pelo MOBRAL foi produzido por grandes editoras: Abril, Vecchi, Primor, Bloch e LISA – Livros Irradiantes. Depois de aprovado²⁴, o material era adquirido pelo MOBRAL Central, e distribuído para as COMUNs. Para reduzir os custos e favorecer o Subsistema Logístico, foi adotado um material único para todo o país. Segundo os organizadores do Sistema MOBRAL (1973a, p. 15), “tal material é analisado pela equipe técnica do MOBRAL/Central, que se preocupa em selecioná-lo de acordo com sua adequação à realidade do educando, de modo a levá-lo a integrar-se no seu grupo e na sociedade.”. Porém, ao adotar um material único para todo país, o MOBRAL ignorou as especificidades regionais e as diferentes realidades vivenciadas pelos alunos.

As publicações didáticas do PAF foram classificadas em Básicas e Complementares, segundo a Assessoria de Organização e Planejamento- ASSOP e a GEPED:

Publicações Didáticas Básicas são as consideradas indispensáveis à consecução dos objetivos e ao perfeito desenvolvimento do programa.

Deste conjunto, fazem parte as seguintes publicações:

- ROTEIRO DE ORIENTAÇÕES AO ALFABETIZADOR – Instrumento didático que orienta o professor quanto à metodologia do programa; trabalho com a escrita, leitura, cálculo e avaliação do aluno, etc.

²⁴Além da avaliação do critério custo, a aprovação do material didático foi realizada mediante ao atendimento de critérios referentes às características gráficas e pedagógicas, consideradas como expressivas da qualidade do material didático básico do PAF. Todas estas características foram delimitadas na Publicação do MOBRAL: Orientação para elaboração e reforma do material didático da Alfabetização Funcional, produzida pela Assessoria de Avaliação e Publicações ASVAP/ MOBRAL, Rio de Janeiro 1976.

- **GUIA DO ALFABETIZADOR** – Instrumento didático que orienta o professor especificamente para utilizar o conjunto básico, aplicando a metodologia preconizada pelo MOBRAL.
- **CARTAZES** – Instrumento didático que estimula debates sobre a temática e significação da ilustração, possibilitando a decodificação da palavra geradora.
- **CARTÕES** – Instrumento didático que complementa os cartazes e apresenta as palavras geradoras.
- **LIVRO DE LEITURA** – Instrumento didático destinado a concretizar as etapas do método, permitindo a aquisição de automatismos e habilidades em leitura.
- **LIVRO DE EXERCÍCIOS DE LINGUAGEM** – Instrumento didático que visa a permitir o desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, na área de linguagem, através da fixação do conteúdo e do estímulo à participação ativa do aluno no processo (leitura e escrita).
- **LIVRO DE EXERCÍCIOS DE MATEMÁTICA** – Instrumento didático que visa a permitir o desenvolvimento do Programa de Alfabetização Funcional, na área de Matemática, através da fixação do conteúdo e do estímulo à participação ativa do aluno no processo.

Publicações Didáticas Complementares são as que funcionam como apoio ao Programa Alfabetização Funcional. São constituídas pelos livros: “Quem lê vai longe” e “Leia e Faça você mesmo”, que objetivam estimular e desenvolver hábito e as habilidades de leitura, favorecer a pesquisa e possibilitar condições de aprendizagem, paralelas ao trabalho em classe. (MOBRAL, 1973b, p.03-04).

Apesar de ser produzido por diferentes editoras, o material didático do PAF apresentou uma orientação metodológica e técnicas de trabalho padronizadas de acordo com os critérios adotados pelo MOBRAL, para aprovação e aquisição dos conjuntos didáticos. As palavras geradoras são inspiradas nas mesmas temáticas, assim como os conteúdos dos livros de leitura e dos livros de exercícios de linguagem e matemática²⁵.

Seguem algumas figuras do material didático da Coleção MOBRAL, lançado pelas editoras conveniadas:

²⁵ Os conteúdos propostos nos Livros de Exercícios de Matemática abrangeram os seguintes assuntos: estudo dos números e suas operações, estudo das frações, estudo das medidas, e estudo de figuras geométricas.

Figura 9 – Sumário do Livro-Caderno de Alfabetização Funcional da Coleção MOBRAL – Unidades 1 a 11

Sumário	
Unidade 1 __ tijolo	4
Unidade 2 __ comida	28
Revisão __ tijolo, comida	44
Unidade 3 __ remédio	50
Unidade 4 __ sapato	64
Unidade 5 __ barriga	76
Revisão __ remédio, sapato, barriga	92
Unidade 6 __ fossa	100
Unidade 7 __ chuva	114
Unidade 8 __ roça	124
Unidade 9 __ futebol	130
Revisão __ fossa, chuva, roça, futebol	138
Unidade 10 __ circo	142
Unidade 11 __ máquina	152
Revisão __ circo, máquina	166
Anexo	171

Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

O conteúdo do material didático para a alfabetização foi baseado nas necessidades, consideradas pela equipe da GEPED como fundamentais ao homem: educação, saúde, habitação, trabalho, alimentação, lazer, entre outras; que deveriam conduzir a escolha das palavras geradoras que, em geral, pouco variavam entre as publicações das diferentes editoras conveniadas.

Figura 10 – Sumário do Livro-Caderno de Alfabetização Funcional da Coleção MOBRAL-
Unidades 12 a 20

Sumário	
Unidade 12 – dinheiro	178
Unidade 13 – viagem	190
Unidade 14 – professora	202
Revisão – dinheiro, viagem, professora	210
Unidade 15 – enxada	214
Unidade 16 – hospital	226
Unidade 17 – limpeza	238
Revisão – enxada, hospital, limpeza	248
Unidade 18 – foguete	252
Unidade 19 – plástico	262
Unidade 20 – trabalho	272
Revisão – foguete, plástico, trabalho	280
Outras Leituras e Exercícios	283
Anexo	311

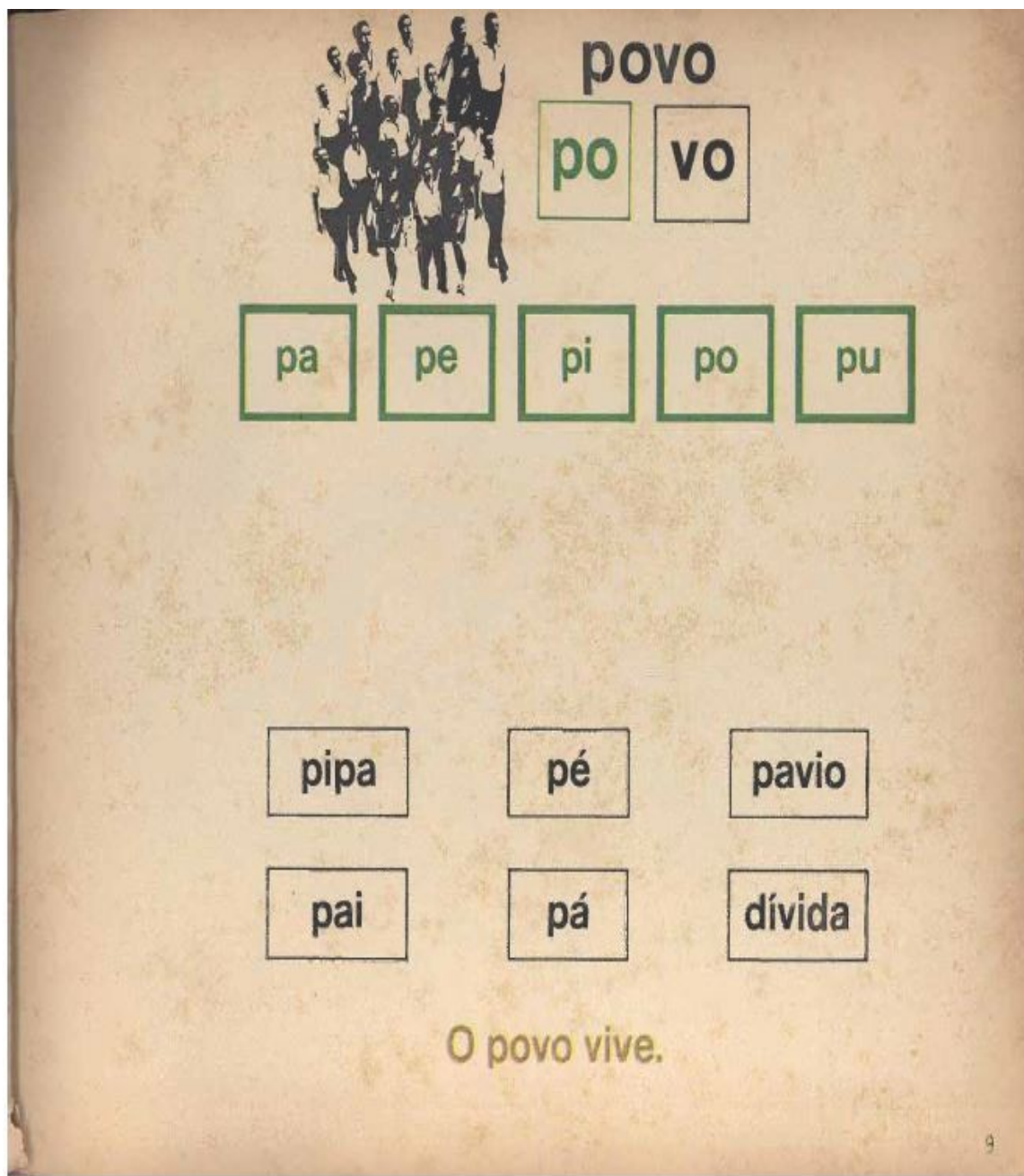
Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Mesmo com as duras críticas aos MCPs e CPCs, as publicações didáticas do MOBRAL, utilizaram temas e palavras geradoras que coincidiam com as do método Paulo Freire como: povo, “o povo vive”, “a vida é luta”, tijolo, trabalho, voto, comida, entre outras. Porém, sobre a forma como foram explorados os temas geradores no MOBRAL, Oliveira (1989, p.147) esclarece que,

[...] a exploração desses temas era feita de modo a privilegiar não a tomada de consciência pelos alfabetizados de sua condição de explorados numa sociedade injusta e opressora. Pelo contrário, procurava inculcar os valores do esforço individual, da integração na sociedade, da moral mantedora da ordem e dos bons costumes.

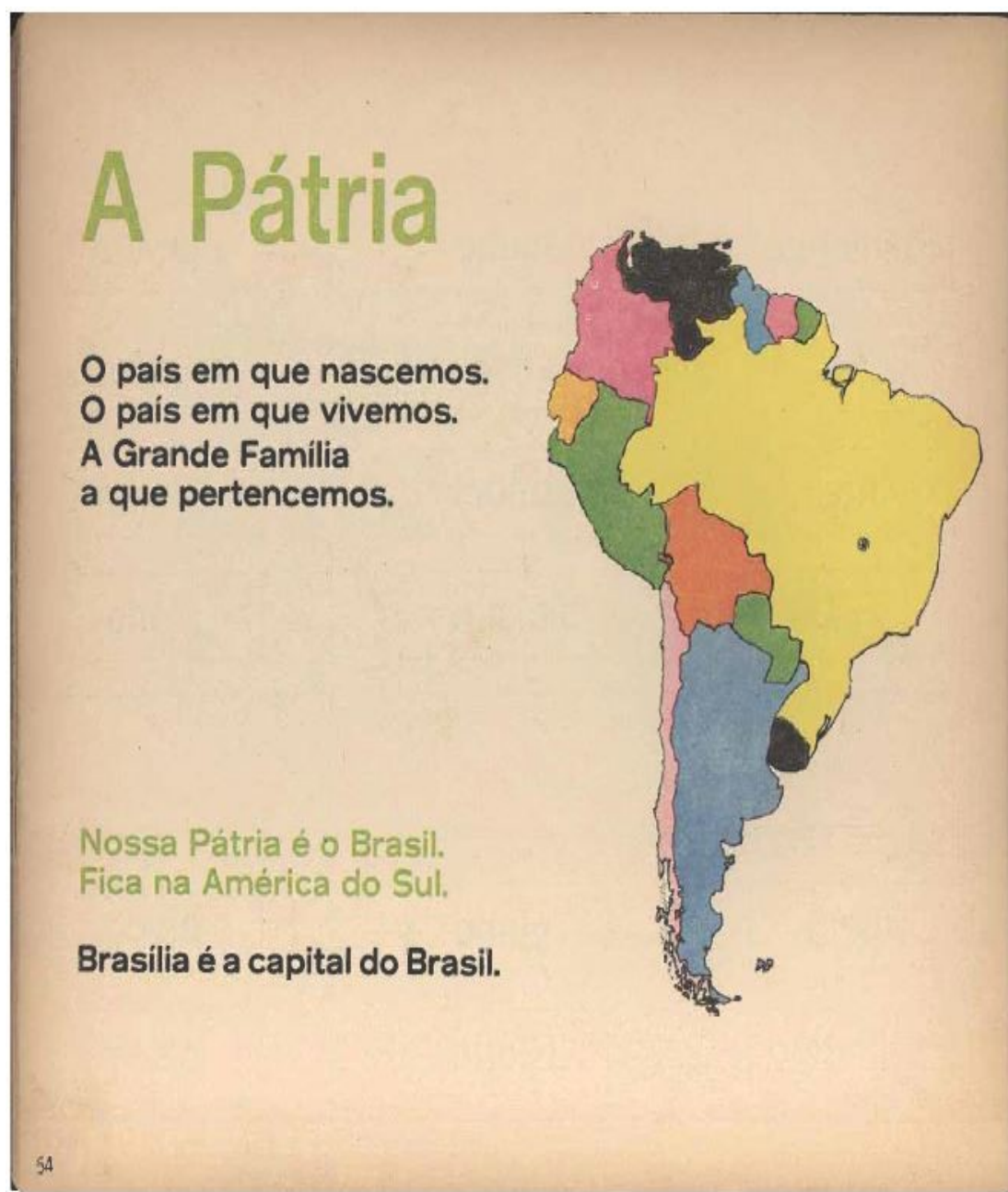
As figuras a seguir trazem alguns exemplos dos temas e palavras geradoras utilizadas nos livros e cadernos de alfabetização do MOBRAL:

Figura 11 – Livro-texto de Alfabetização do PAF, Série Bloch – Lição “O Povo”



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Figura 12 - Livro-texto de Alfabetização do PAF, Série Bloch – Lição “A Pátria”.



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Os materiais didáticos dos programas de alfabetização e educação continuada procuravam propalar as condutas que seriam essenciais para a manutenção da ordem social vigente. Sobre este aspecto Freire (2016, p. 208) esclarece que as instituições formadoras que se constituem em uma estrutura social rígida e de feição dominadora, “estarão necessariamente, marcadas por seu clima, veiculando seus mitos e orientando sua ação no estilo próprio da estrutura”.

Aspectos considerados pelo MOBRAL como essenciais ao indivíduo e sua vida em comunidade: trabalho, hábitos de higiene, cumprimento das obrigações civis, participação comunitária, patriotismo, entre outros, foram atrelados ao conjunto didático e metodológico:

Figura 13 – Livro de Leitura Série Vecchi – Lição “Ordem e Progresso”



ordem

or dem

ar	er	ir	or	ur
da	de	di	do	du
am	em	im	om	um

mercado tarde campo nuvem

limpeza circo jardim turma

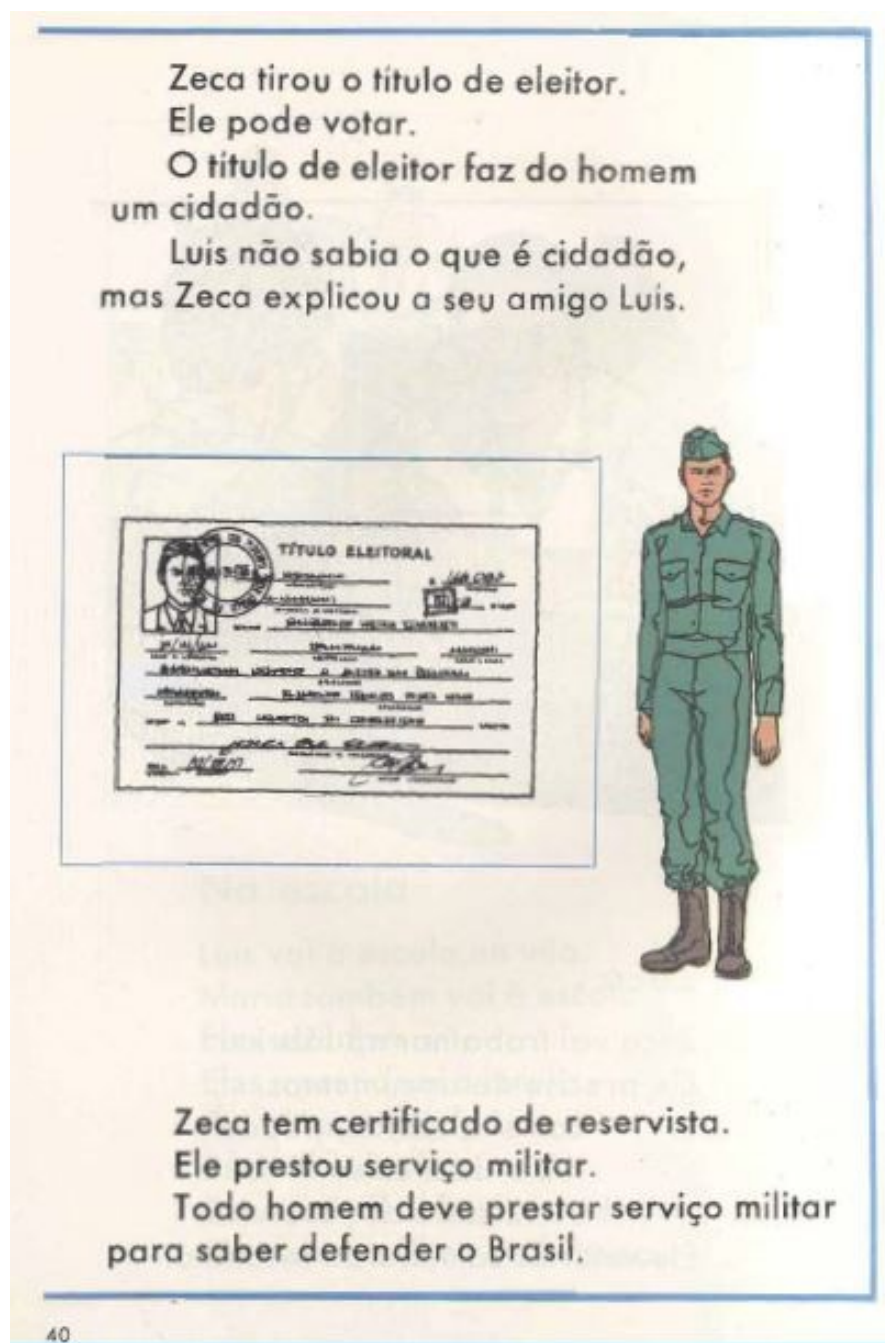
nenhum porta tempo pomar

O povo vive em ordem.
O povo ajuda o país.
Todos devem ajudar.

31

Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Figura 14 – Livro do Aluno, Série LISA – Direitos e deveres dos cidadãos



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

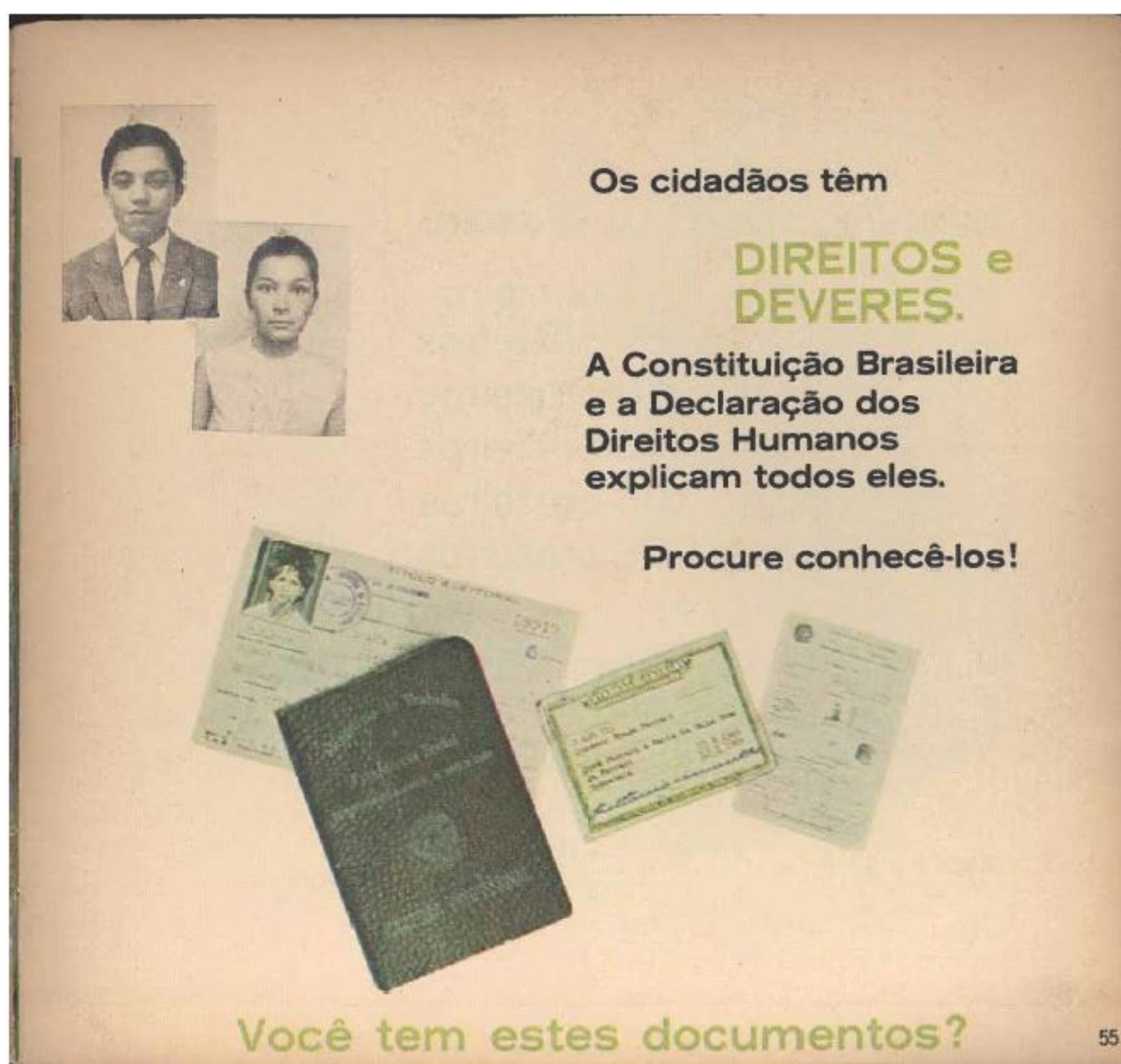
Como podemos observar, nas ilustrações do conjunto didático do MOBREAL eram difundidos os valores, normas e preceitos que engendravam o pensamento militar brasileiro e sua ação política, como respeito às autoridades, ordem, hierarquia e disciplina. De acordo com Puglia (2004, p. 03-04):

Um dos pontos de extrema importância para o pensamento militar e que se liga não somente aos aspectos políticos e também aos sociais é com relação à concepção organicista da sociedade, o que implica que ela deve ser ordeira,

avessa ao conflito ou confusão, ou seja, comprometida com a ordem. O sentimento organicista militar passa a atuar em vários campos, não apenas para manter a ordem e organizar os próprios aparatos militares, mas também se expande como forma de análise social.

Convém ressaltarmos que esta “Ordem” foi estabelecida mediante censura, Atos Institucionais, exílio e desaparecimento de opositores políticos, e cidadãos cujos ideais eram considerados subversivos.

Figura 15 – Livro-texto de Alfabetização do PAF, Série Bloch



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

O uso de fotografias coloridas era um recurso didático inovador utilizado pelo MOBREAL, o que conferia uma certa sofisticação ao seu material didático. Analisando o uso


das fotografias e ilustrações Alves (2015, p. 51) evidencia que, na criação de um material técnico e sedutor para o MOBRAL, a imagem e suas representações exerceram um papel fundamental para atrair o adulto analfabeto e convencê-lo a ingressar nos programas da instituição, “a imagem técnica é também mágica, ela traz consigo a modernização e suas promessas de mundo melhor”. Este “mundo melhor” representado no material didático seria o mundo onde todos os cidadãos alfabetizados teriam deveres e obrigações com a Pátria, seus direitos de cidadão contemplados, e melhores condições de vida e trabalho, como mostra a figura a seguir:

Figura 16 - Livro de Leitura Série Vecchi – Decomposição silábica

ga			go	gu
ra	re	ri	ro	ru
an	en	in	on	un
ta	te	ti	to	tu
a	e	i	o	u

amigo	agulha	agora	arado
figo	espora	hora	fogo
gado	madeira	guloso	cadeira

Sérgio foi tirar carteira no INPS.
 Ele agora está seguro.
 Ele tem seu futuro garantido.



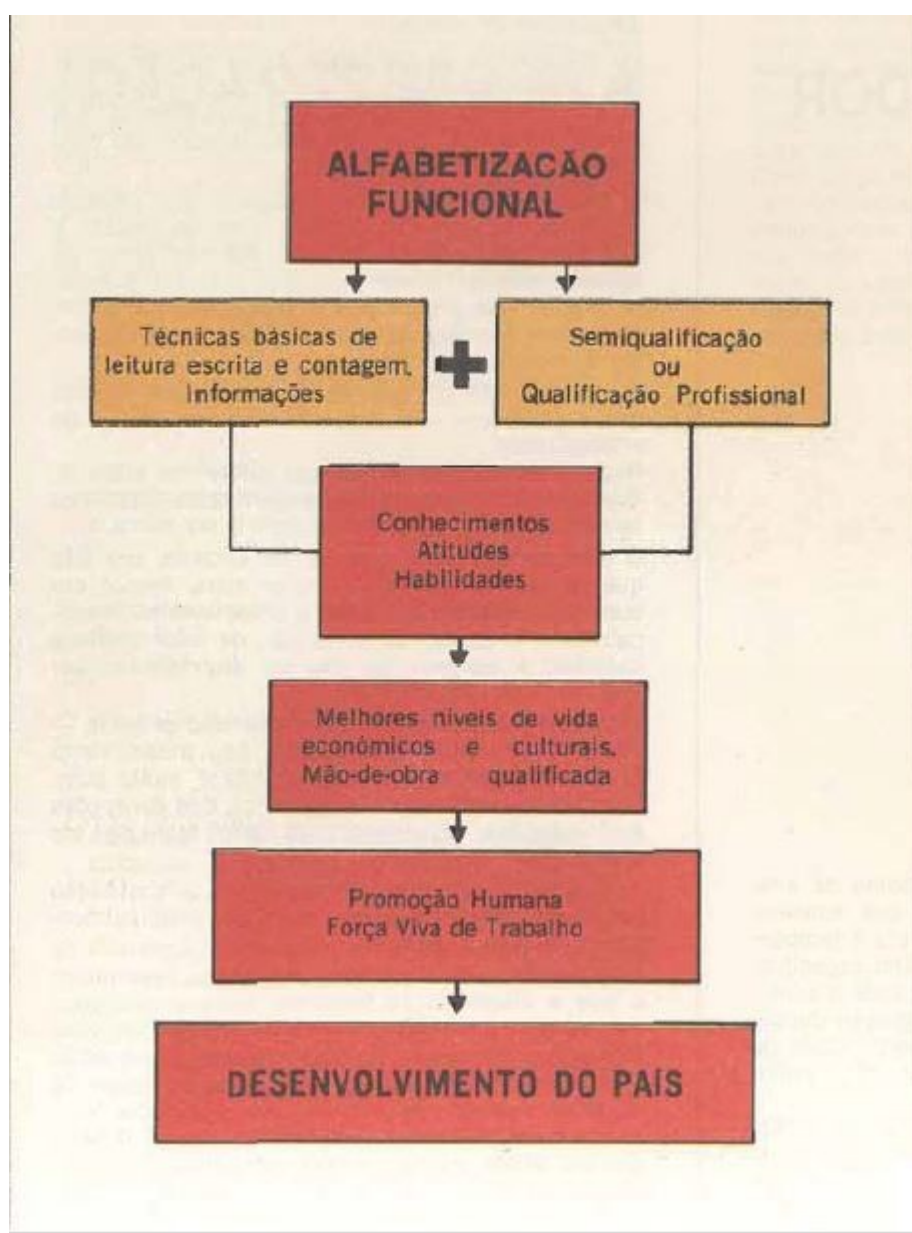
51

Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

O material didático buscava transmitir uma visão otimista, pacífica e fragmentada da realidade, na qual não havia espaço para conflitos, questionamentos e contradições. Aos alunos era difundida a ideia de que bastaria trabalhar, participar do programa de alfabetização funcional, manter hábitos de saúde e higiene, e cumprir suas obrigações civis que, conseqüentemente, o indivíduo teria melhores condições de vida, um “futuro garantido” tornando-se um beneficiário do progresso do país.

Este quadro é explícito no esquema apresentado no Roteiro do Alfabetizador:

Figura 17 - Esquema da Alfabetização Funcional



Fonte: MOBRAL. *Roteiro do Alfabetizador*. Rio de Janeiro 1973b, p.09.

Em sua avaliação do material pedagógico utilizado pelo MOBRAL, Coelho (2007, p.83) sustenta que,

[...] o material didático-pedagógico adotado pelo MOBRAL traz uma concepção de educação pautada em bases não democráticas, já que não deu a oportunidade de participação dos profissionais da educação em seu projeto educacional. Ao analisar o material didático, verifica-se, principalmente no manual de orientação do professor, que os objetivos terminais estão pré-estabelecidos, cabendo ao alfabetizador apenas a função de colocá-los em prática, pois tal manual tem o objetivo de instruir e dirigir o trabalho docente.

As instruções detalhadas das propostas de trabalho contidas nos roteiros e manuais de orientações aos alfabetizadores revelam também a preocupação, por parte dos integrantes do MOBRAL Central, com a utilização correta deste material. A fim de evitar possíveis desvios, os roteiros e manuais delimitaram previamente: os planos de aula, a distribuição do tempo, os conteúdos, os exercícios, os recursos metodológicos e materiais a serem utilizados em cada unidade de trabalho.

Não havia espaço para reflexão ou questionamento dos princípios metodológicos e do funcionamento do programa. Ao enfatizar as altas taxas de analfabetismo como o grande mal social e um empecilho ao desenvolvimento econômico, os organizadores do MOBRAL acabavam por atribuir aos adultos analfabetos a responsabilidade pelo atraso educacional do país. Nesta perspectiva o governo já estaria fazendo a sua parte oferecendo formação e qualificação profissional, o êxito do MOBRAL e o progresso do país dependeria da adesão dos analfabetos e da comunidade.

4.1.5 Formação dos Alfabetizadores

O alfabetizador do PAF era orientado pelos roteiros e manuais de orientação elaborados pelo MOBRAL Central, e pelos agentes pedagógicos do município e das COEST/COTER. O MOBRAL recomendava que fosse ministrado um treinamento básico inicial a todos os alfabetizadores “a fim de garantir a utilização da metodologia do Programa e uma maior produtividade.” (MOBRAL, 1975b, p.45).

O treinamento básico ocorria no momento anterior ao início das aulas e, teoricamente, se estenderia pelos cinco meses de duração do PAF. Segundo os próprios membros da GEPED, as informações sobre este acompanhamento no decorrer do PAF eram bastante escassas, “não sendo possível afirmar que esse acompanhamento existia e de que forma o

mesmo se processava, uma vez que não tinha sido, ainda, implantado o Subsistema de Supervisão Global.” (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.167).

No primeiro período de implantação do programa (1970-1973), as diretrizes do treinamento eram dadas em âmbito nacional pelos técnicos do MOBRAL Central, que contavam com o apoio do agente pedagógico da COEST/ COTER e elementos das COMUMs.

A partir de 1972 “tendo em vista as metas globais fixadas para o PAF e o ponto de estrangulamento representado pela carência de alfabetizadores qualificados, optou-se por usar o rádio como meio para o treinamento de alfabetizadores.” (KOFF; CAMPELLO, 1979, p. 166). O treinamento radiofônico realizado nos radio-postos, organizados pelas COMUNs sob a orientação do MOBRAL Central, foi ministrado em 12 aulas com transmissões diárias de 30 minutos, entre 17:00 e 17:30h de segunda a sexta-feira, e aos sábados às 13h. Cada aula contava com o período de transmissão radiofônica, e mais 60 minutos do monitor da COEST/COTER com a turma.

As aulas radiofonizadas foram assim distribuídas:

- 1º aula – Alfabetização Funcional
- 2º aula – O papel do professor e o aluno
- 3º aula – Motivação
- 4º aula – Métodos e técnicas de trabalho
- 5º aula – Métodos e técnicas de trabalho
- 6º aula – Avaliação
- 7º aula – Mecânica de alfabetização funcional
- 8º aula – A palavra geradora – o estudo dos fonemas
- 9º aula – A leitura e a escrita
- 10º aula – Matemática moderna
- 11º aula – Matemática moderna
- 12º aula – Matemática moderna

O material de apoio para o treinamento no radioposto constará de:

- polígrafos com o conteúdo das 12 aulas radiofonizadas.
- material didático, compreendendo: livro do professor, livro de exercícios, livro de matemática, livro do aluno e cartazes. (MOBRAL, 1973b, p. 09).

No período caracterizado como a fase de diversificação do PAF, a partir de 1977, a GEPED considerou que o treinamento poderia ser dado tanto em termos de conteúdos gerais, quanto em termos metodológicos, de acordo com as necessidades dos alfabetizadores.

Tendo em vista as dificuldades crescentes de mobilização de alunos e alfabetizadores, aliadas à necessidade do cumprimento das metas estabelecidas para redução dos índices de analfabetismo, a GEPED juntamente com o SUSUG propuseram alternativas e estratégias que se adaptassem às expectativas ou necessidades do alfabetizador. Entre estas alternativas e estratégias de treinamento estavam à elaboração e publicação do Roteiro de Orientações ao

Alfabetizador. Neste roteiro, assim como nos manuais e guias publicados pelo MOBRAL e editoras conveniadas, constavam orientações para o direcionamento da prática docente e instruções sobre como tratar o adulto analfabeto.

Figura 18 – Manual do Alfabetizador- Orientações de como tratar o adulto analfabeto

<p>COMO TRATAR</p> <p>O ADULTO ANALFABETO</p>	
CARACTERÍSTICAS DO ADULTO ANALFABETO	ATITUDE DO PROFESSOR
Dadas as condições de vida, e o mundo limitado em que vive, o adulto pode se sentir tímido na presença dos outros alunos e do professor.	Você deve procurar conversar com ele, para deixá-lo à vontade. Mostre-se interessado pelo que ele diz. Dirija-se a ele chamando-o pelo nome.
Muitas vezes, o adulto pensa que é inferior aos outros e incapaz de aprender.	Você deve dar tarefas fáceis. Deve elogiar o êxito dele para que se sinta competente e capaz como os demais.
O adulto pode se negar a responder a uma pergunta. Pode sentir-se inseguro porque a classe é uma situação nova para ele.	Procure mostrar que a alfabetização é um passo importante para o desenvolvimento pessoal. Mas insista em que é apenas o primeiro passo. Outros devem se seguir. Mantenha a esperança dos adultos, de forma realista, destacando a necessidade de esforço e dedicação de cada um.
Muitos adultos manifestam a esperança de que ocorrerão grandes mudanças em suas vidas, graças à alfabetização.	Faça perguntas simples, sobre assuntos conhecidos, de modo que ele possa responder facilmente. Demonstre satisfação pela sua participação.

Fonte: MOBRAL. *Manual do Alfabetizador*. Rio de Janeiro: Primor Educacional, 1974, p. 22.

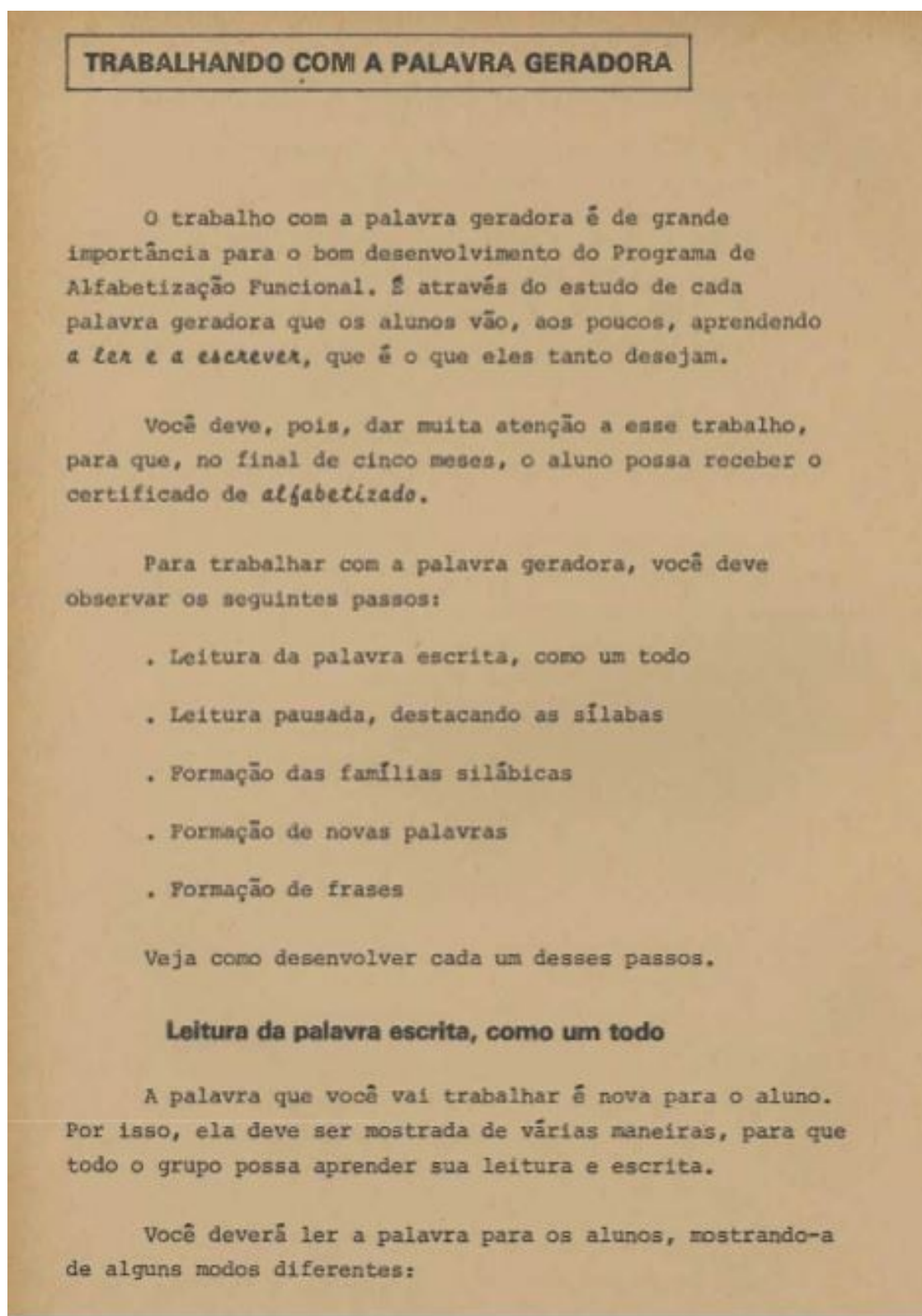
Por influência da UNESCO, no Brasil, o Censo Demográfico de 1950 considerou “como sabendo ler e escrever entende-se as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples, em um idioma qualquer” (FERRARO, 2002, p.31). Porém, nos manuais do MOBRAL esta classificação ia além da definição censitária “saber ler e escrever”, o analfabeto era encarado como um indivíduo que vivia em “um mundo limitado”, e por sua ingenuidade, baixa autoestima e passividade seria facilmente persuadido e influenciável, desde que o docente tomasse as atitudes pré-determinadas no manual do professor. Estas orientações evidenciam as estratégias estabelecidas aos docentes, para o envolvimento e manipulação dos adultos analfabetos.

De maneira dissimulada e ludibriosa o MOBRAL procurou atrair sua clientela em prol dos interesses e necessidades do Estado, subestimando também a capacidade crítica de seus alunos. Caracterizando e tratando, de forma desrespeitosa, o adulto analfabeto como tímido, ingênuo, passivo, simplório e iludido, a Instituição reforçou o estigma de inferioridade, ao qual os indivíduos analfabetos são submetidos.

Os roteiros de orientação e manuais dos alfabetizadores definiam ainda, métodos, técnicas de trabalho e atividades, consideradas pela equipe do MOBRAL central como capazes de obter melhores resultados e maior aproveitamento dos alunos. Nestas publicações foram prescritas: metodologias padronizadas para o ensino da leitura, escrita e matemática; sugestões de como utilizar o material didático; os passos a serem seguidos para a exploração do cartaz e da palavra geradora; recomendações sobre a utilização dos livros de leitura continuada e materiais complementares; o que fazer nos primeiros dias de aula; orientações quanto à preparação das aulas e a elaboração do Plano de Aula; instruções sobre como acompanhar o desenvolvimento do aluno e avaliar a escrita, leitura e matemática.

Seguem alguns exemplos dos roteiros e manuais do alfabetizador com a exposição dos métodos e atividades a serem trabalhadas pelos professores do PAF:

Figura 19 – Orientações para o trabalho com a palavra geradora



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Figura 20 – Manual do Alfabetizador – Orientações do “Roteiro das Unidades”

Roteiro das Unidades	
<p>Primeiros dias de aula Duração prevista: 3 dias</p> <p>Algumas atividades sugeridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • apresentação dos alunos e do alfabetizador (seus nomes; onde moram; como são suas famílias; porque procuraram o Mobral etc.); • sondagem dos conhecimentos dos alunos; • exercícios preparatórios para a escrita; • escrita do próprio nome; • escrita do nome do alfabetizador e dos colegas; • escrita do nome da cidade e da data; • trabalho com as noções que os alunos têm sobre: posição, tamanho, distância, quantidade e tempo. 	<p>Unidade 1 – Tijolo Duração prevista: 9 dias</p> <p>Trabalhar com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o tema HABITAÇÃO; • a palavra geradora TIJOLO como um todo; • as famílias silábicas <i>ta, te, ti, to, tu; ja, je, ji, jo, ju; la, le, li, lo, lu;</i> • formação de palavras novas; • formação de expressões e pequenas frases; • o emprego das iniciais maiúsculas; • acentuação gráfica: o acento agudo (´), o acento circunflexo (^) e o til (~); • o emprego dos artigos definidos; • os sinais de pontuação: vírgula (,), ponto (.), e ponto de exclamação (!); • os números de 0 a 9; • adição e subtração: conta indicada (utilizando os sinais +, – e =) e conta armada (com os sinais +, – e o traço); • adição com três parcelas; • medidas de comprimento: quilômetro, metro, centímetro (km, m, cm).

13

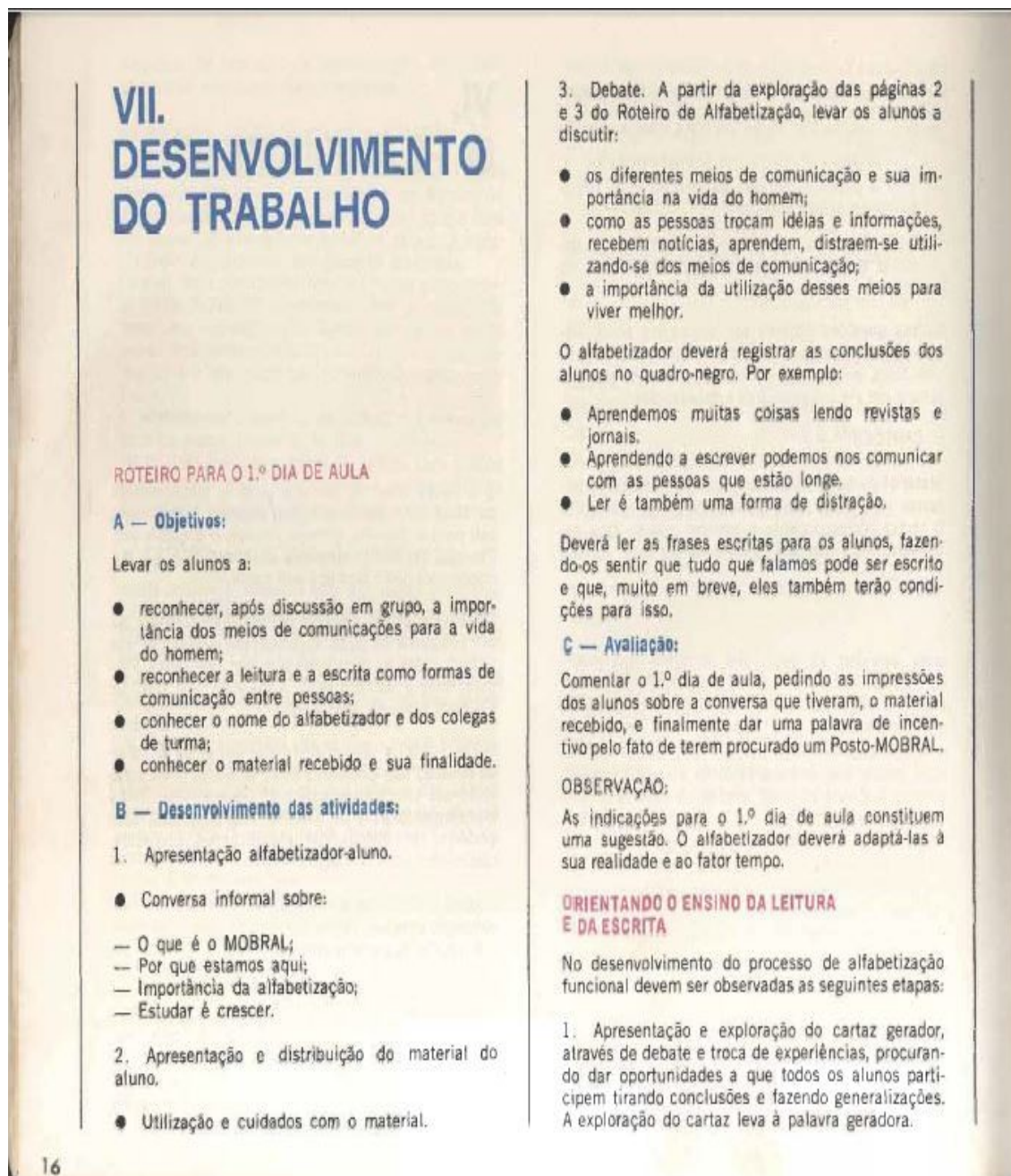
Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 CD-ROM.

Analisando as publicações referentes ao treinamento dos professores do MOBREAL, observa-se uma padronização metodológica, com instruções ordenadas, que conduzem o trabalho dos alfabetizadores de forma programada e rígida.

Com esta normatização dos procedimentos a serem seguidos, o alfabetizador é reduzido à condição de executor de um programa pré-estabelecido e uniforme em todo país. Até os momentos reservados para o debate e discussão em grupo, possuíam orientações de como ser encaminhados de modo a evitar desvios e conter possíveis conflitos. Não havia espaço para a inovação e intervenção por parte do alfabetizador, já que os manuais possuíam a

determinação prévia dos conteúdos e lições a serem trabalhadas, a dinâmica das aulas e o contexto dos debates. O direcionamento da prática docente é explícito, como mostram as figuras que seguem:

Figura 21 – Roteiro do Alfabetizador da Editora Bloch S/A



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Figura 22 – Roteiro do Alfabetizador da Editora Bloch S/A – Técnicas de Grupo

- falar sobre as Regiões Brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste).
- referir-se:
 - às diferenças entre as Regiões, quanto à economia, população, clima, vegetação.
- lembrar que temos uma língua comum: o Português.

O TRABALHO E A FORÇA DE UMA NAÇÃO (cartaz)

- O alfabetizador fará aqui referência às diferentes profissões e sua importância para o bem-estar da comunidade, usando como apoio o cartaz adicional O BRASIL PRECISA DO TRABALHO DE TODOS.
- Esclarecerá a importância do trabalho no desenvolvimento de uma nação.
- Buscará informações sobre as profissões, entrevistando pessoas da comunidade para dizer como ajudar no desenvolvimento do país. Exercícios. Composição oral e escrita. O alfabetizador pedirá aos alunos que falem ou escrevam a respeito de suas profissões.



VIII. TÉCNICAS DE GRUPO

O trabalho em grupo é importante porque através dele o aluno aprende a:

- cooperar;
- expressar e defender suas idéias, respeitando as dos outros;
- liderar;
- organizar grupos;
- planejar.

Existem duas formas básicas de trabalhar em grupo: **trabalho diversificado com grupos e trabalho em grupo.**

TRABALHO DIVERSIFICADO COM GRUPOS — é a técnica utilizada para dar atendimento mais direto aos alunos, principalmente quando se deseja desenvolver determinadas áreas de ensino que não foram bem compreendidas por alguns alunos ou sistematizar conhecimentos.

Enquanto o alfabetizador trabalha com alguns alunos, os outros fazem um trabalho independente: exercícios escritos de fixação, verificação, pesquisa, leituras suplementares etc.

TRABALHO EM GRUPO — nesta técnica o trabalho é feito em conjunto, visando a um mesmo objetivo ou problemas comuns, procurando uma solução comum que represente a totalidade do grupo. Este processo é altamente socializador porque desenvolve a atitude de respeito à dignidade humana e conduz à auto-realização ou afirmação na medida em que todos participam igualmente.

A atitude do alfabetizador será a de um coordenador do trabalho (abre as reuniões, dirige os debates, estabelece as relações entre as idéias, passa a palavra a cada membro do grupo etc.).

38

Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Devemos considerar também a exigência de habilidades a ser desenvolvidas pelos alfabetizadores de acordo com os roteiros e manuais do PAF:

Você, alfabetizador, deve se esforçar para sempre melhorar suas condições de trabalho. Deve ser o animador, o incentivador de seus alunos. O alfabetizador deve se aperfeiçoar, usar técnicas e métodos modernos, bem como material de apoio adequado ao seu trabalho. [...] Levar o aluno a pensar, a refletir no papel que o homem representa diante do mundo em que

vive. A ele cabe a responsabilidade da transformação e do aproveitamento de tudo que o cerca. (MOBRAL, 1974, p.06).

Considerando as 12 aulas do treinamento radiofônico, constatamos que o tempo de preparação foi incompatível com as exigências feitas aos alfabetizadores, já que o próprio MOBRAL admitiu que muitos deles possuíam uma baixa qualificação em termos de conteúdos gerais, além de não possuírem formação para o magistério. Arlindo Lopes Corrêa tenta justificar esta baixa qualificação:

Quando se observa criticamente, por exemplo, que 5% ou 6% dos alfabetizadores do MOBRAL não têm o nível primário concluído, esquece-se de que 7% dos docentes do ensino primário formal brasileiro também não concluíram as quatro primeiras séries do ensino fundamental. [...] o recurso da utilização das pessoas da comunidade em geral para ensinar aos que sabem menos é válido, legítimo, natural e a grande opção para países ou suas regiões com escassez de recursos humanos qualificados, nos momentos de grande esforço educativo. (CORRÊA, 1979, p.38).

Em entrevistas realizadas no contexto de pesquisas acadêmicas sobre a atuação do MOBRAL no âmbito regional e em comunidades da zona rural, algumas alfabetizadoras revelaram não terem recebido treinamento prévio, ou consideravam o treinamento insuficiente, e que se baseavam nas experiências com a alfabetização de crianças:

No que se refere à qualidade do material didático elaborado pelo MOBRAL, uma das professoras entrevistadas avalia que ele não contribuiu para uma alfabetização efetiva dos alunos. Lembra que não concordava com a estrutura do material do programa e, por esse motivo, não seguia a sequência das atividades preestabelecidas. Preferia elaborar e desenvolver atividades alternativas, tais como as que aplicavam para as crianças, pois acreditava que assim obteria melhores resultados. (OLIVEIRA, 2011, p. 123).

No entanto, os manuais exigiam habilidades específicas sobre a alfabetização de adultos, aos voluntários leigos. Sobre este aspecto, Mendonça (1985, p. 130-131) salienta que “o alfabetizador apresenta características que o diferenciam de qualquer outro professor do sistema de ensino regular. Primeiramente, ele não tem vínculo empregatício e seu trabalho é visto não como trabalho, mas como um sacerdócio. Isso pode ser confirmado em várias publicações do MOBRAL.”

A remuneração era feita por aluno-programa, calculada de acordo com a permanência de cada aluno por mês de aula. Em uma conversão da moeda, com atualização monetária pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) calculado pelo IBGE para os respectivos anos, Souza (2016) chegou à conclusão de que o salário médio dos professores para um grupo de 20 alunos era de Cr\$ 96,00 mensais, o que equivale atualmente a R\$ 75,13. Para se ter uma noção do poder de compra do período, o salário mínimo da época, era em média Cr\$ 225,00. Estes dados por si revelam a precariedade dos recursos destinados aos professores do

MOBRAL e sua incompatibilidade com as exigências feitas em termos de normatização do treinamento dos recursos humanos. A ideia difundida nos roteiros de orientação e livros do professor era de que a metodologia mobralense foi tão bem estruturada e supervisionada que, juntamente com o material didático oferecido, seriam capazes de suprir as demais carências.

Outro aspecto importante do contexto metodológico do PAF a ser analisado é o da Avaliação.

4.1.6 Avaliação do Aluno

Conforme seu Documento Básico, o MOBRAL partiu do princípio que “avaliação é um processo global, contínuo, abrangente. Isso faz com que o alfabetizador sinta a necessidade de acompanhar dia a dia o desenvolvimento de seus alunos.” (MOBRAL, 1975a, p.46).

Durante os primeiros períodos de evolução do PAF de 1970 a 1977, o MOBRAL estabeleceu uma lista com 10 itens, denominada Decálogo, no qual se fixava que, para ser considerado alfabetizado, o aluno adulto deveria:

- 1) Saber ler e escrever seu próprio nome, endereço e de toda a sua família;
 - 2) Saber ler e escrever ordens escritas;
 - 3) Ser capaz de escrever pequenos bilhetes, passar telegramas e recibos, bem como redigir requerimentos, se for orientado para isso;
 - 4) Saber resolver pequenos problemas, simples, sobre os acontecimentos do dia-a-dia;
 - 5) Saber somar e conferir notas de compra;
 - 6) Saber calcular os gêneros alimentícios que precisa para a família;
 - 7) Saber fazer o troco com o dinheiro em circulação (notas e moedas);
 - 8) Fazer o cálculo do tempo necessário, para viagens e deslocamento em condução;
 - 9) Saber expressar-se oralmente e por escrito de maneira simples e compreensível;
 - 10) Saber ler e interpretar pequenos trechos (jornais, revistas, cartas, etc.).
- (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.157-158).

De acordo com os membros da GEPED, no decorrer desses dois primeiros períodos foi identificada a necessidade de reestruturação do decálogo. A partir de 1977 os requisitos para a avaliação do alfabetizando foram reformulados em termos de objetivos terminais e intermediários. Os objetivos terminais estabeleciam que para ser considerado alfabetizado, o aluno deveria ser capaz de:

- 1) identificar o conteúdo dos textos e das frases que lê;

- 2) escrever textos e frases com sentido completo;
- 3) resolver situações-problema, envolvendo as quatro operações com números de 1 a 2 algarismos, com e sem agrupamento;
- 4) resolver situações problema, que envolvem medidas de comprimento (m, cm, km), cálculo de perímetro, medida de capacidade (l), medidas de massa (g e kg), medidas de valor (cruzeiro e centavos), medidas de tempo (dia, mês, hora, etc.), utilizando quantidades inteiras e frações. (KOFF; CAMPELLO, 1979, p.158).

Os objetivos intermediários foram prescritos no Roteiro de Orientações ao Alfabetizador, como etapas para a avaliação da leitura, escrita e matemática:

Etapas para avaliação da leitura e escrita

- 1- Dar, oralmente, o significado da palavra geradora.
- 2- Identificar a palavra geradora.
- 3- Relacionar a palavra geradora escrita com o seu significado.
- 4- Escrever a palavra geradora.
- 5- Separar as sílabas da palavra geradora.
- 6- Discriminar as sílabas da palavra geradora.
- 7- Distinguir as famílias silábicas da palavra geradora.
- 8- Formar, oralmente, novas palavras com as famílias silábicas da palavra geradora.
- 9- Dar, oralmente, o significado da nova palavra formada.
- 10- Ler as palavras formadas com as famílias silábicas estudadas.
- 11- Escrever novas palavras com as famílias silábicas estudadas.
- 12- Ler qualquer palavra.
- 13- Escrever qualquer palavra.
- 14- Formar frases oralmente.
- 15- Ler frases.
- 16- Escrever frases.
- 17- Ler textos.
- 18- Reproduzir, oralmente, um texto lido, usando as próprias palavras.
- 19- Escrever textos.

Etapas para avaliação da matemática

- 1- Ler e escrever números de um algarismo.
- 2- Adicionar e subtrair números de um algarismo.
- 3- Multiplicar e dividir com números de um algarismo.
- 4- Ler e escrever números de dois algarismos.
- 5- Adicionar e subtrair, sem agrupamento, usando números de dois algarismos.
- 6- Multiplicar e dividir números de dois algarismos por números de um algarismo, sem agrupamento.
- 7- Somar e subtrair com agrupamento, usando números de dois algarismos.
- 8- Identificar as unidades de medida de comprimento (m, cm, km).
- 9- Ler e escrever medidas de comprimento (m, cm, km), envolvendo somente números inteiros.
- 10- Ler e escrever medidas de comprimento (m, cm, km), envolvendo os números fracionários $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$.
- 11- operar com medida de comprimento (m, cm, km).
- 12- Identificar as medidas de valor (cruzeiro e centavo).
- 13- Ler e escrever medidas de valor, envolvendo só cruzeiros.
- 14- Ler e escrever com medidas de valor, envolvendo cruzeiros e centavos.
- 15- Operar com medidas de valor, envolvendo cruzeiros e centavos.

Em seu estudo, Mendonça (1985) delineou um plano de observação de aspectos como espaço, objeto, atividade, atores e tempo do ritual da sala de aula, durante as visitas às classes de alfabetização. Foram feitas entrevistas com alguns alfabetizadores, e aplicado também um teste de rendimento escolar com 101 alunos no 5º mês do convênio, que correspondia à etapa final do curso de Alfabetização Funcional. O teste envolveu questões que abrangiam principalmente os conteúdos considerados pela equipe elaboradora do instrumental como básicos, para se obter o perfil do aluno em final de curso, dos 101 alunos avaliados, apenas 29 foram aprovados pela pesquisadora.

Durante os períodos reservados para a observação presencial do ritual pedagógico e da rotina das aulas, Mendonça (1985) esclarece que não foi observado em nenhum momento, o uso de técnicas de debate ou trabalho em grupo como propõe a metodologia do MOBRAL. A exploração começaria diretamente com a palavra geradora e a execução dos exercícios.

Analisando o depoimento de algumas professoras, Mendonça (1985, p.134-136) evidencia que:

Apesar de todos professores possuírem o manual Roteiro de Orientação ao Alfabetizador, onde estão operacionalizados os comportamentos finais exigidos para cada disciplina, os professores não possuem com clareza o conceito do que é o aluno alfabetizado e nem existe consenso sobre o que o aluno deve saber para que seja aprovado. [...] quanto às dificuldades que os professores enfrentam no dia-a-dia da sala de aula, eles colocaram, sem ordem de importância, alguns motivos:

- o ingresso de alunos até o 4º mês do convênio: eles acreditam que o aluno só poderia ingressar no 1º mês para não atrapalhar os demais;
- alunos bastante velhos e outros muito jovens misturados;
- pouca frequência dos alunos: muitas vezes o motivo é justo, mas atrapalha a aprendizagem;
- a baixa gratificação: o alfabetizador precisa trabalhar em outra coisa para ajudar no orçamento e não tem tempo para preparar a aula, ir às reuniões, ter mais empenho com o aluno;
- atraso no pagamento: ficam até 3 meses sem receber.

A pesquisadora acrescenta ainda, que todas as professoras entrevistadas foram unânimes ao afirmar que consideravam o prazo de cinco meses de curso insuficiente para alfabetização. A partir da análise dos resultados de Mendonça (1985), e dos requisitos estabelecidos no Roteiro de Orientações ao Alfabetizador, observamos que a avaliação no MOBRAL, por mais que se propusesse a ser um processo global, contínuo e abrangente, priorizava apenas os aspectos quantitativos como o número de alunos conveniados, os índices de produtividade, e dados dos Boletins de Frequência.

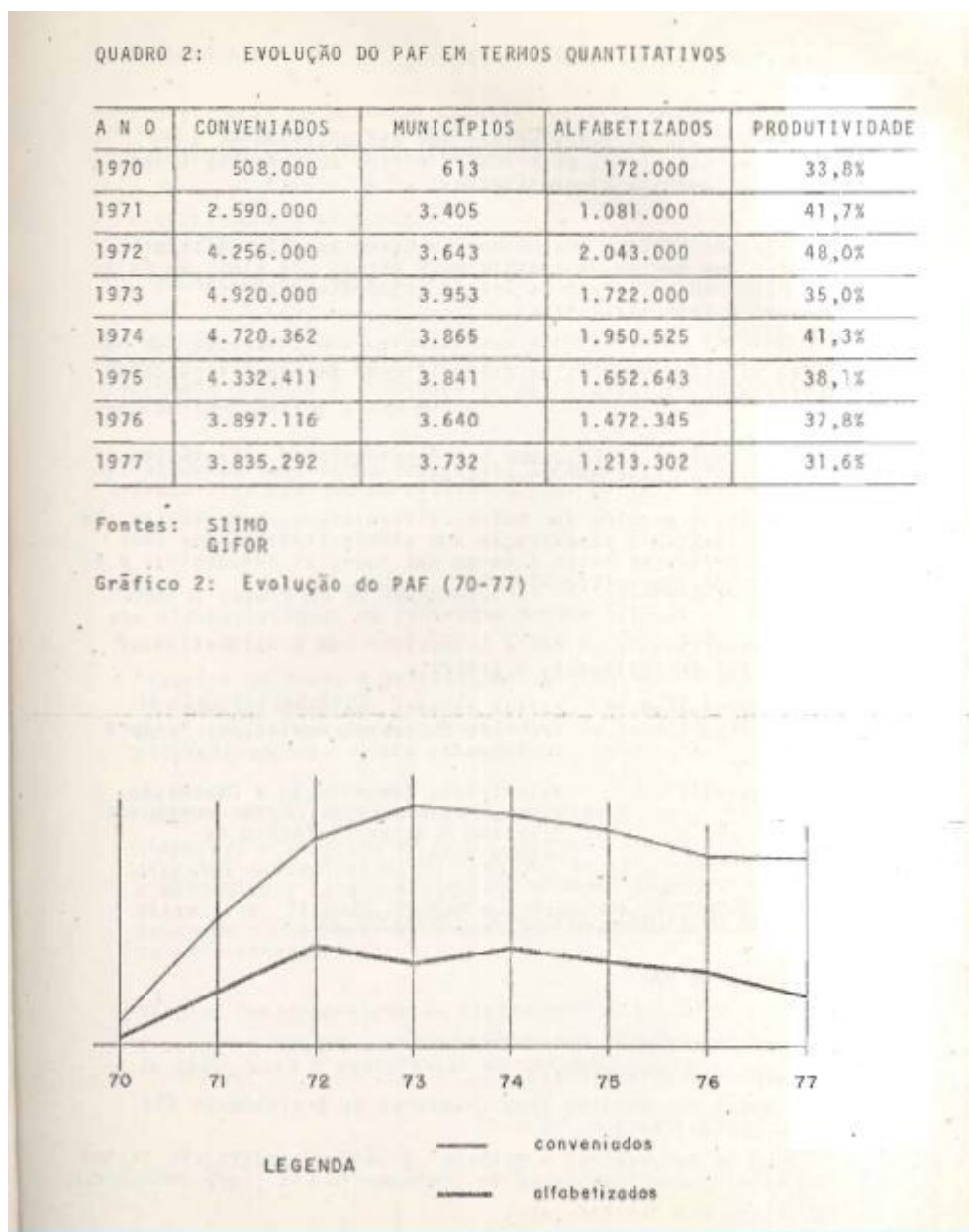
Um estudo exploratório sobre os critérios de avaliação do alfabetizador do Maranhão, realizado pelo Setor de Pesquisa do MOBRAL Central nos municípios de Tutóia e Parnarama,

concluiu que “o alfabetizador parece aplicar as regras que o MOBRAL dita, reproduzindo-as sem uma adaptação significativa à sua realidade.” (MAGALHÃES E SILVA, In: MOBRAL 1979c, p.123). Pela análise do conteúdo das entrevistas, a pesquisadora do MOBRAL reconheceu que existe, entre os alfabetizadores, uma noção de que é importante aprovar o maior número de alunos:

O alfabetizador sofre diferentes pressões que de alguma maneira deve transferir para o aluno. Uma das maneiras de expressá-las está ligada às ‘metas’, que estabelece no interior da sala de aula, no que mais uma vez reproduz o discurso do MOBRAL. Daí, a ideia de que deve aprovar uma maioria ou pelo menos a metade de seus alunos. (MAGALHÃES E SILVA, In: MOBRAL 1979c, p.123).

Como admitiu a própria equipe do setor de pesquisa do MOBRAL, na prática, a avaliação se encontra condicionada à situação da sala de aula. Os alfabetizadores, teoricamente direcionados pelo Decálogo ou pela lista de objetivos terminais e intermediários, e sem tempo suficiente para realizar uma análise mais minuciosa em forma de atividades, decidiam se o aluno teria ou não condições de receber o certificado de conclusão do PAF. À SEXEC eram repassados apenas dados resumidos e quantificados, relativos ao desempenho dos alunos, que foram divulgados nos relatórios do programa, como mostra a figura a seguir:

Figura 25 – Dados quantitativos da evolução do PAF (1970-1977)



Fonte: MOBRAL. *Relatório do programa de alfabetização funcional*. Rio de Janeiro, 1978.

A necessidade do aumento da produtividade do PAF²⁶, aliada a pouca qualificação dos alfabetizadores, foram apontados pelos organizadores do MOBRAL, como os motivos para a criação de mecanismos que facilitassem a operacionalização do programa. Entre estes mecanismos, estavam os projetos de diversificação do PAF a partir de 1978, e sua associação

²⁶ Ao final da década de 1970, último período da evolução do PAF, o índice de analfabetismo, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 1980 estava em 25,8%, índice acima dos 10% proclamados pelo MOBRAL para o ano de 1980. De acordo com o Relatório do Programa de Alfabetização Funcional de 1978, o índice de regressão ficou em torno de 68,4%.

com os demais programas do MOBRAL: o Programa de Alfabetização Funcional Via Televisão- PAF/TV; o Programa de Alfabetização Funcional Via Rádio – PAF/VR; o Programa de Alfabetização Funcional e Educação para o Trabalho - PAFET; e o Projeto de Integração do PAF com o Programa de Educação Comunitária para a Saúde – PAF/PES.

Os aspectos do PAF considerados em nossa análise revelam a ênfase na burocratização e padronização de um programa de alfabetização que possuía um padrão previamente estabelecido e generalizado de procedimentos e princípios metodológicos, que não contemplavam as especificidades das diversas regiões do país.

Nos próximos itens desta seção serão abordados os demais programas do MOBRAL que representaram a transformação do movimento de campanha alfabetizadora, num sistema nacional de educação permanente apoiado na vertente da ação comunitária.

4.2 Programa de Educação Integrada – PEI

O Programa de Educação Integrada - PEI foi considerado pelos organizadores do MOBRAL, o primeiro grande desdobramento da alfabetização funcional. O PEI foi implantado em 1971, e desenvolvido pelo MOBRAL em convênio com as secretarias estaduais e municipais de educação. Este convênio estabelecia que ao MOBRAL competia o fornecimento do material didático, assistência técnica e treinamento de professores, garantindo assim a metodologia do programa. Às secretarias estaduais e municipais caberia a execução do programa: o fornecimento de recursos humanos e materiais, o acompanhamento e avaliação dos alunos, a distribuição do material didático fornecido pelo MOBRRAL Central, bem como a disponibilização dos locais para o funcionamento das classes.

Pelo parecer nº 44/73 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 25/01/1973, o curso de Educação Integrada foi considerado equivalente ao curso primário, ou seja, aos quatro primeiros anos do ensino de 1º grau, para adolescentes e adultos já alfabetizados. Para o desenvolvimento do programa foi fixada uma duração mínima de 720 horas distribuídas em esquemas elaborados pelas secretarias de educação de forma a possibilitar a saída dos alunos considerados aptos em relação aos objetivos do PEI.

De acordo com o Documento Básico do MOBRAL, entre os objetivos da Educação Integrada estavam:

- Oferecer à clientela de adolescentes e adultos já alfabetizados, que não seguiram ou concluíram a escolaridade na idade própria:
- oportunidade de adquirir conhecimentos básicos relativos aos conteúdos das diferentes áreas, correspondentes ao núcleo comum das 4 primeiras

séries do ensino de 1º grau, possibilitando-lhes condições básicas para ascender a outros níveis de aprendizagem;

- orientação para o trabalho, garantindo a preparação adequada ao desempenho satisfatório de ocupações que não requeiram conhecimento além dos ministrados ao nível das 4 primeiras séries do ensino de 1º grau, proporcionando condições de maior produtividade aos já integrados na força de trabalho e oferecendo possibilidades de acesso a níveis ocupacionais de maior complexidade;

- oportunidade de desenvolver a gradual autonomia do aluno, integrando-o na comunidade, como produtor e consumidor. (MOBRAL, 1975a, p. 47).

Para atingir estes objetivos e obedecendo aos mesmos princípios metodológicos da alfabetização funcional, o “Programa de Educação Integrada tem como método característico a integração de áreas de conhecimento pela exploração de textos geradores.” (MOBRAL, 1975a, p. 48).

A metodologia do programa foi caracterizada pelos integrantes do MOBRAL Central como apoiada nos seguintes aspectos:

- 1) fundamenta-se no princípio metodológico da funcionalidade, uma vez que apresenta uma relação direta e essencial entre o processo de ensino-aprendizagem e a experiência de vida dos alunos;
- 2) adota, ainda, o princípio didático da aceleração, na medida em que as experiências dos alunos são consideradas e trabalhadas a partir de situações de sua vida, permitindo maior assimilação de conteúdos em menor espaço de tempo. Em outras palavras, evitando perda de tempo em atividades para informação e formação de atitudes e habilidades que a vida já desenvolveu;
- 3) trata-se de um método global, ou seja, parte do tema geral para o particular;
- 4) parte do estudo de temas, ligados às necessidades humanas básicas, tais como: comunicação, produção, natureza, trabalho, esporte, diversão turismo, alimentação, habitação, higiene e saúde, civismo, cultura, transporte e educação;
- 5) não há sequência preestabelecida na abordagem desses temas. Estes são analisados a partir dos interesses e necessidades do grupo;
- 6) o estudo de cada tema se concretiza a partir da exploração de um cartaz gerador e do trabalho com o texto gerador;
- 7) trata-se de um método que busca a articulação de áreas de estudo, no trabalho com o texto gerador e atividades decorrentes;
- 8) adota técnicas de trabalho em grupo que viabilizam o aproveitamento dos conhecimentos acumulados, a troca de experiências, a participação ativa de todos os alunos, a discussão em torno de problemas, a busca de soluções para os mesmos etc. (CORREIA, 1979, p. 181-182).

O Documento Básico do MOBRAL reiterava que o conteúdo programático do PEI tinha sua origem na realidade dos alunos, já que o “texto-gerador apresenta temas relacionados a fatos e situações da vida individual e social, cujo objetivo é estimular a manifestação das experiências de vida dos alunos.” (MOBRAL, 1975a, p.48). Porém, a

exemplo do que aconteceu no PAF, o material didático distribuído era único para todo país, produzido pelas editoras conveniadas Bloch e Abril.

Atendendo a metodologia instituída pelo MOBRAL, as publicações didáticas distribuídas foram classificadas em básicas e complementares. As publicações didáticas básicas compreendiam o livro ou manual do professor, com todas as orientações metodológicas para o desenvolvimento do programa; o livro de textos geradores que apresentava, além dos textos, algumas atividades de comunicação e um glossário; o livro de matemática com os conteúdos da disciplina e exercícios; o conjunto de cartazes com a ilustração dos temas explorados no livro de textos geradores; e o livro de integração social e ciências, com informações e atividades referentes ao conteúdo das áreas de estudo sociais e ciências.

As publicações complementares constavam livros de pesquisa e o Jornal Integração do PEI, que apresentava uma parte metodológica de orientação aos professores para a pesquisa, e outra parte com notícias do Brasil e do mundo veiculadas pelo MOBRAL. Os eixos temáticos representados nos cartazes e textos geradores contemplavam as diferentes áreas de estudo estabelecidas para o PEI: Língua Pátria, Matemática, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais, Ciências, Saúde e Formação de atitudes para o trabalho.

Assim como no PAF, a avaliação no PEI foi considerada pelos organizadores do MOBRAL como um processo global, abrangente e contínuo. Pela assinatura do convênio, coube às secretarias de educação a responsabilidade da avaliação, no entanto todas as orientações e requisitos para a aprovação dos alunos foram pré-determinados nos livros e manuais dos professores. Os certificados de conclusão expedidos após a avaliação da aprendizagem no processo foram considerados válidos pelo MEC para o prosseguimento do estudo em cursos supletivos, ou na 5ª série do ensino regular de 1º grau.

O treinamento dos professores ficou a cargo das equipes do MOBRAL Central, das Coordenações Estaduais/Territoriais, e do SUSUG. O MOBRAL forneceu as bases técnico-pedagógicas, o material didático e os roteiros elaborados para o treinamento dos professores, orientadores, diretores e supervisores. Na primeira etapa, efetuou-se o treinamento de grupos de técnicos em âmbito municipal e estadual e, na segunda, a retransmissão em âmbito municipal aos professores responsáveis pelas classes.

Para reduzir os custos de operacionalização do PEI foram propostas formas diversificadas de execução do programa, como o uso de transmissões radiofônicas. A partir de 1977, foram feitas reformulações com o objetivo de racionalizar recursos humanos e

financeiros. A supervisão do programa, inicialmente exercida pelas secretarias de educação, passou a ser realizada pelo MOBRAL Central, o que revela a tendência à hierarquização, a valorização dos aspectos quantitativos e a rigidez no controle dos processos.

Pela análise das publicações do MOBRAL, a Educação Integrada representou, em termos teóricos, a continuidade dos princípios metodológicos proclamados pela Alfabetização Funcional, com as mesmas características de operacionalização: hierarquização do controle, padronização metodológica, a racionalização dos recursos humanos e financeiros, ênfase à produtividade e rendimento dos programas, a preocupação com a formação de mão de obra e orientação para o trabalho, entre outras.

4.3 Programa MOBRAL Cultural

O Programa MOBRAL Cultural, também denominado Programa de Desenvolvimento Cultural, foi lançado em 1973 com a proposta de dar prosseguimento da ação pedagógica do MOBRAL, incorporado à concepção de Educação Permanente.

De acordo com os técnicos da GEPED, da Assessoria de Supervisão e Planejamento-ASSUP e do Grupo Executivo de Implantação do Programa de Atividades Culturais – GEIMC, coerente com a proposta do MOBRAL de educação permanente, “a atuação cultural, desde o início, foi concebida como complementação da ação pedagógica, preenchimento sadio das horas de lazer e valorização ou descoberta das potencialidades criativas do homem.” (CAVALCANTI; et al., 1979, p.241-242).

Dentre os principais objetivos do MOBRAL Cultural estavam:

- a) contribuir para atenuar ou impedir a regressão ao analfabetismo; b) reduzir a deserção dos alunos da alfabetização funcional; c) diminuir o número de reprovações; d) agir como fator de mobilização; e) incentivar o espírito associativo e comunitário; f) divulgar a filosofia do MOBRAL em atividades dirigidas ao lazer e das quais participaria o mobralense, em especial, e a comunidade em geral. (CAVALCANTI et al., 1979, p.243).

Para a consecução destes objetivos foram adotados os seguintes princípios: democratização da cultura, dinamização da criatividade e intercâmbio cultural; valorização do homem e da cultura local; e preservação da cultura (MOBRAL, 1975a). Com base nestes princípios e de reformulações feitas a partir de 1975, optou-se pela descentralização das atividades em parceria com as Comissões Estaduais/Territoriais e Municipais, e a utilização dos meios de comunicação como Rádio e TV.

Para implantação do programa foi criado, ainda em 1973, um grupo executivo que definiu inicialmente as diretrizes gerais, as áreas de atuação interna, e as atribuições das demais esferas de atuação. No âmbito central/nacional foram implantados os postos operacionais do programa: Posto Cultural Fixo e o Posto Cultural Móvel, chamado de Mobralteca. Ambos, alimentados pelos diversos subprogramas: literatura; teatro; cinema; música; arte popular e folclore; rádio; patrimônio histórico, artístico e cultural; reservas naturais; artes plásticas e televisão.

Em âmbito estadual/territorial o programa contou com a Agência Cultural, encarregada da execução do programa no âmbito do estado/território, e também da orientação e capacitação sistemática dos recursos humanos envolvidos.

Em âmbito municipal, o programa contava com a participação de um elemento da comunidade, indicado pela COMUN, para a função de Encarregado Cultural: o ECULT, responsável pela execução do programa no município, e pela promoção das atividades dos subprogramas que envolviam a comunidade e entidades parceiras.

A capacitação dos recursos humanos envolvidos no programa ocorria, em todas as esferas, por meio de formas variadas de treinamento e assistência técnica para instalação e manutenção das unidades operacionais. Os organizadores do programa admitiram que, para o treinamento dos agentes envolvidos, exigiu-se o mínimo de padronização para o comportamento, a transmissão das mensagens, o respeito à sociedade, e o contato interpessoal. Para isso, além da divulgação de materiais com orientações sobre o desenvolvimento do programa, foram realizados encontros anuais de Agentes e Encarregados Culturais, e das Equipes dos Postos de Cultura Móveis ou Mobraltecas. (CAVALCANTI et al., 1979).

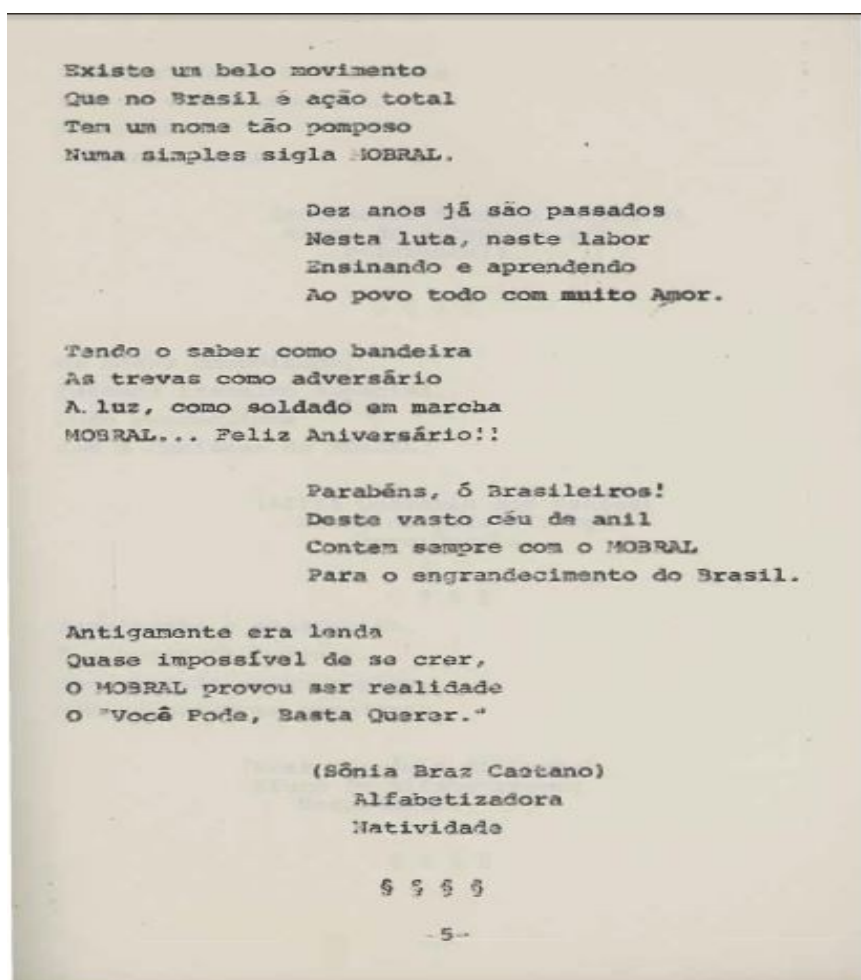
O Posto Cultural Fixo constituiu-se num centro aglutinador e irradiador dos programas do MOBREAL, responsável por “manter atividades culturais permanentes, dirigidas à continuidade e reforço dos programas pedagógicos, profissionalizantes e da estratégia de mobilização, bem como ao aproveitamento das horas de lazer dos mobralenses e membros da comunidade.” (MOBRAL 1975a, p.53). Além de promover atividades culturais e de pesquisa, os postos Culturais serviram para divulgar informações sobre o movimento, e recrutar analfabetos para os programas de alfabetização e educação continuada. O primeiro posto Cultural foi inaugurado em novembro de 1973, em Salvador- BA, em 1978 já totalizavam 3.150 instalações em todo o país.

Os postos Culturais Móveis ou Mobraltecas foram montadas numa espécie de veículo protótipo, com todo material necessário para o desenvolvimento e divulgação das atividades previstas. No entanto, em 1978 o programa contava com apenas seis unidades para atuar em todo território nacional e atender preferencialmente regiões e comunidades que não contavam com postos fixos.

A implantação dos postos culturais era realizada por meio de convênios com as Secretarias de Educação e Cultura, Fundações e Órgãos Culturais (particulares e/ou oficiais) dos estados, territórios e municípios. Os postos Fixos e Móveis recebiam do MOBRAL Central material cultural e didático-complementares, além de “equipamento técnico para maior dinamização e melhor atendimento aos objetivos do Programa.” (MOBRAL, 1975a, p.53).

Seguem algumas figuras com os conteúdos dos materiais divulgados nos Postos de Cultura e Mobraltecas:

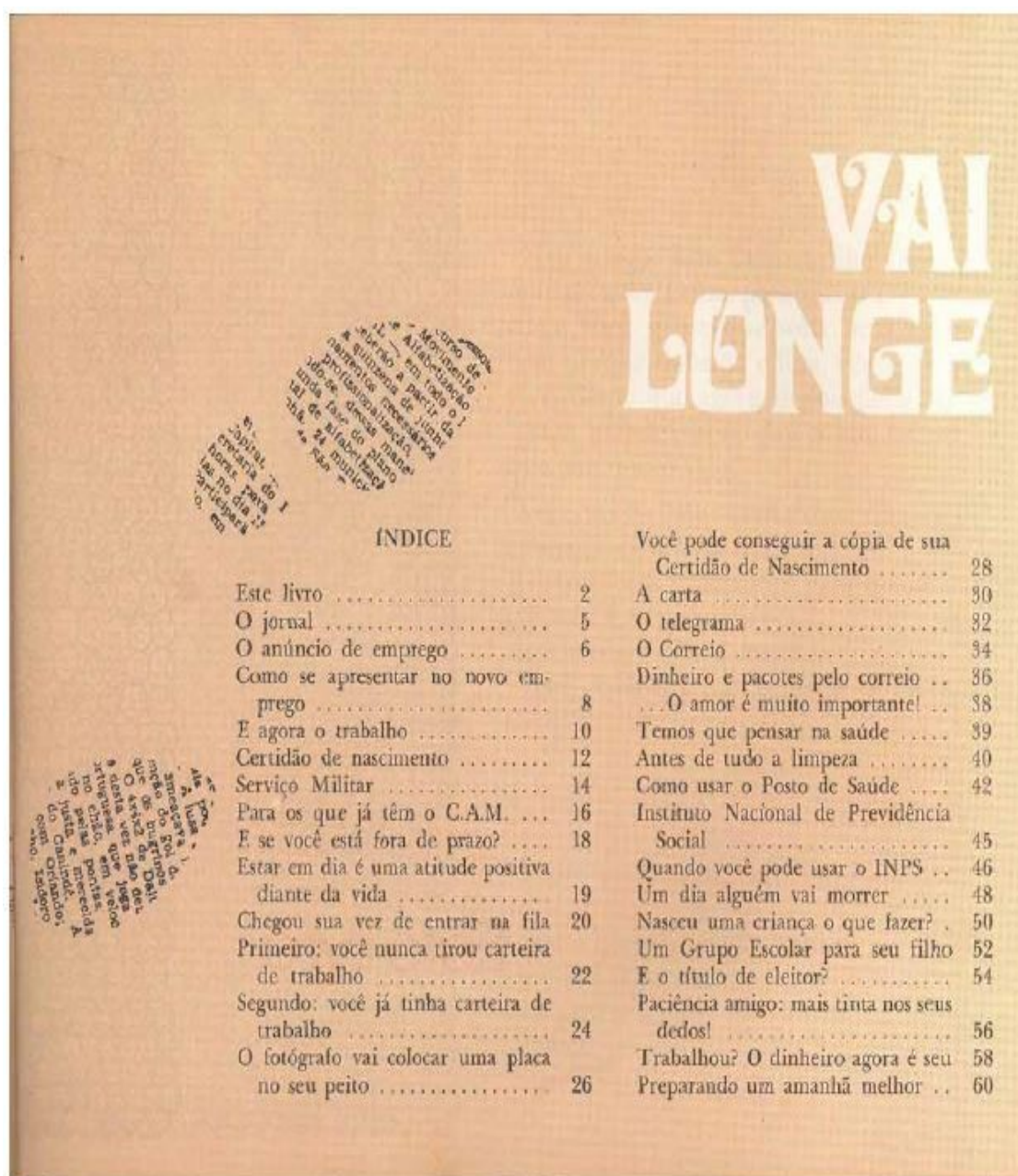
Figura 26 - Poema publicado na 2ª Mostra de Trovas do MOBRAL- Niterói- RJ, 1980.



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Nos materiais selecionados para exposição nos postos e bibliotecas do MOBRAL Cultural podemos identificar os aspectos relacionados à ideologia política do regime militar e sua perspectiva de subordinação da educação à lógica econômica de modernização acelerada da sociedade brasileira, baseada na correlação entre educação e desenvolvimento: “Quem Lê... Vai Longe”.

Figura 27 – Índice da Coleção “Quem Lê... Vai Longe”



VAI LONGE

ÍNDICE

Este livro	2	Você pode conseguir a cópia de sua	
O jornal	5	Certidão de Nascimento	28
O anúncio de emprego	6	A carta	30
Como se apresentar no novo em- prego	8	O telegrama	32
E agora o trabalho	10	O Correio	34
Certidão de nascimento	12	Dinheiro e pacotes pelo correio ..	36
Serviço Militar	14	... O amor é muito importante! ..	38
Para os que já têm o C.A.M. ...	16	Temos que pensar na saúde	39
E se você está fora de prazo?	18	Antes de tudo a limpeza	40
Estar em dia é uma atitude positiva		Como usar o Posto de Saúde	42
diante da vida	19	Instituto Nacional de Previdência	
Chegou sua vez de entrar na fila	20	Social	45
Primeiro: você nunca tirou carteira		Quando você pode usar o INPS ..	46
de trabalho	22	Um dia alguém vai morrer	48
Segundo: você já tinha carteira de		Nasceu uma criança o que fazer? .	50
trabalho	24	Um Grupo Escolar para seu filho	52
O fotógrafo vai colocar uma placa		E o título de eleitor?	54
no seu peito	26	Paciência amigo: mais tinta nos seus	
		dedos!	56
		Trabalhou? O dinheiro agora é seu	58
		Preparando um amanhã melhor ..	60

Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

Em sua tese “Alfabetização e legitimidade: a trajetória do MOBRAL entre os anos 1970-1980” Bianca Nogueira da Silva Souza esclarece como o MOBRAL se configurou

como instrumento de propagação e mobilização nacional em torno do Projeto de Integração Nacional – PIN. Desenvolvimento, Integração e a Segurança Nacional eram as grandes matérias do governo militar na década de 1970, principalmente na gestão de Garrastazu Médici. Pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 ele criou o PIN, que em tese iria promover a integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM. A primeira etapa do programa contemplaria a construção das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. (SOUZA 2016).

A pesquisadora traz a narrativa de um evento do MOBRAL Cultural, em um de seus postos Culturais Móveis, em passagem pela comunidade de Areal de Matapi, no município de Macapá – AP. A partir dos áudios preservados em mídia MPB da gravação de todo evento, arquivados no Acervo Digital do MOBRAL no INEP, Souza (2016, p. 108) relata que:

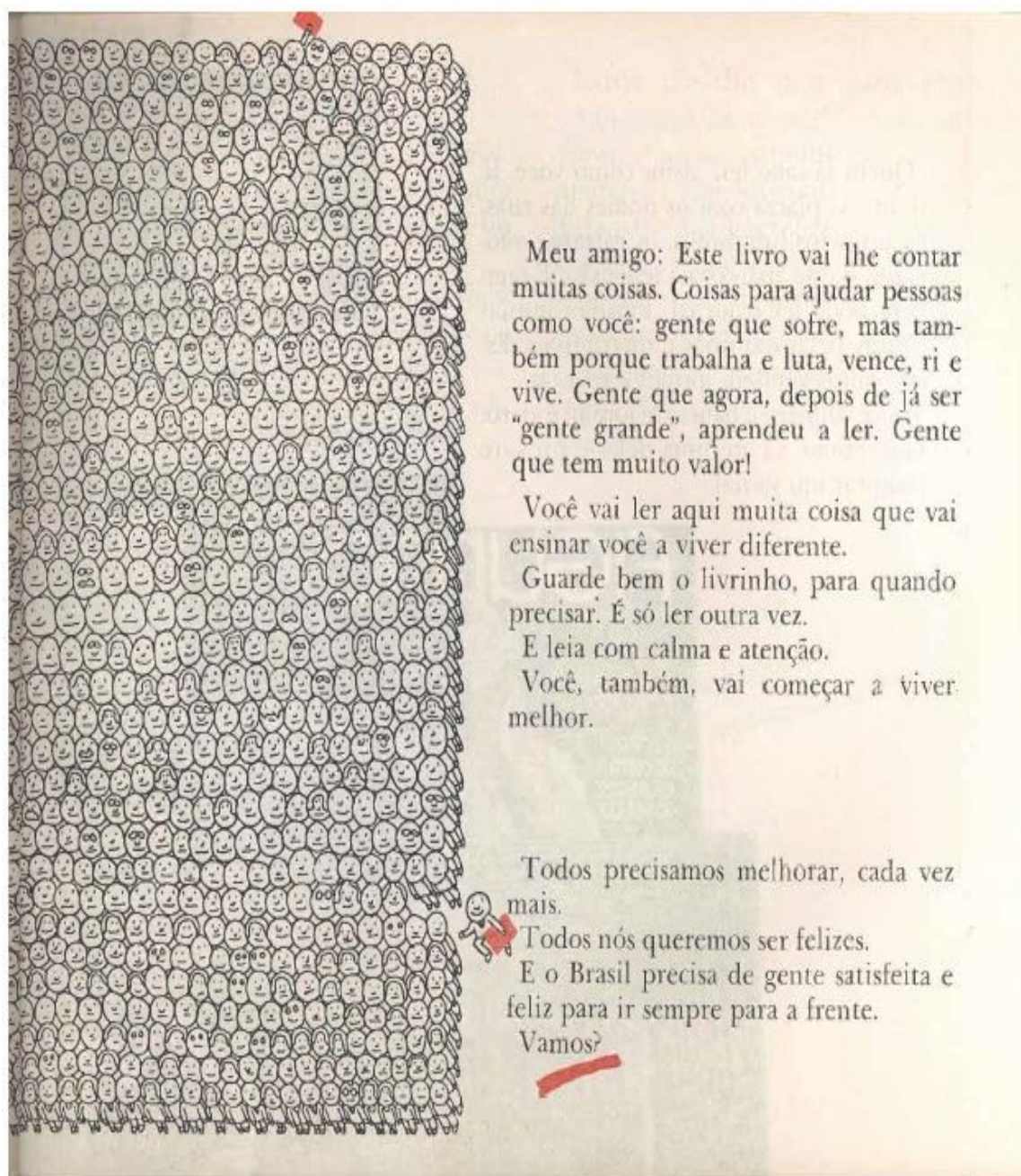
O prefeito atento à visibilidade que toda aquela exposição poderia trazer-lhe, pediu o microfone para anunciar de forma empolgada seu total apoio às atividades do MOBRAL e convocou todos os moradores da região a participarem da “maior ação educativa que esse país já viu”. Alguns vereadores e fazendeiros tentavam o mesmo espaço queriam dar “um alô” aos seus eleitores. Como era de se esperar o MOBRAL nessas ações se transformava numa arma na mão de políticos, principalmente em cidades do interior.

As fontes consultadas pela autora evidenciam como as ações do MOBRAL Cultural promoviam a divulgação do movimento, a mobilização da comunidade e incrementavam as estratégias político-eleitoreiras das lideranças locais.

Os materiais e coleções expostos nas Mobraltecas e Postos Culturais Fixos estavam vinculados aos demais programas da instituição e procuravam incentivar a adesão de mais alunos ao MOBRAL. Com as apresentações de artistas regionais, e até mesmo conhecidos nacionalmente como Roberto Carlos e Luiz Gonzaga, seus “jingles”, poemas e comerciais conciliava-se a propaganda em prol do governo, com a exaltação ao MOBRAL e seus feitos. Nas publicações da Coleção MOBRAL eram difundidos os ideais de desenvolvimento e participação comunitária, como mostra a seguir a figura 28, a compreensão de progresso vinculada à inculcação ideológica de que todos devem “melhorar cada vez mais” e buscar ser feliz, pois o “Brasil precisa de gente satisfeita e feliz para ir pra frente”. Este quadro corrobora o que a perspectiva gramsciana denuncia como dominação ideológica enquanto subordinação intelectual, na qual as classes dominantes, pela direção ideológica que imprimem à sociedade, conservam a unidade ideológica de todo o bloco social que está estabelecido e unificado pela ideologia dominante. A base de sustentação dessa unificação ideológica exercida pela

ideologia dominante é o senso comum, isto é a visão de mundo mais difundida no seio das classes sociais subalternas (MOCHCOVITCH, 1988).

Figura 28 – Coleção “Quem Lê... Vai Longe”



Fonte: FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: De Petrus et Alii. 2015. 1 DVD-ROM.

As atividades culturais promovidas pelo programa e o material divulgado nos postos de cultura, procuravam difundir os ideais proclamados pelo MOBREAL: o patriotismo, o cumprimento dos deveres civis e militares, a participação comunitária e a responsabilidade do

alfabetizando para com o progresso do país. Com a alegação de “concorrer de maneira informal, flexível e dinâmica, para ampliação do universo cultural do mobralense e da comunidade a que ele pertence.” (MOBRAL, 1975a, p.51), o MOBRAL Cultural serviu para propagandear as ações e conquistas do movimento e do regime ditatorial militar. Exercendo assim um importante papel na constituição e difusão da hegemonia, enquanto direção cultural e ideológica, em todos os níveis da vida cultural e social.

4.4 Programa de Profissionalização

O Programa de Profissionalização foi elaborado a partir da diversificação das atividades do MOBRAL, durante o ano de 1973. Nesta época o MOBRAL Central já desenvolvia algumas atividades de profissionalização por meio dos convênios com o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra – PIPMO, e com a Fundação Gaúcha de Trabalho.

Procurando viabilizar estratégias de formação profissional para clientela oriunda dos programas de Alfabetização Funcional e Educação Integrada, o MOBRAL criou em 1974 o Programa de Profissionalização, sob o enfoque da Educação Permanente e fundamentado no pressuposto operacional da Ação Comunitária.

Para institucionalização do programa foi criada a Gerência de Profissionalização-GEPRO. O objetivo geral foi,

[...] oferecer meios à ascensão sócio-econômica do mobralense, através de informação e treinamento profissional, bem como criar oportunidades para o correto aproveitamento de suas potencialidades, considerando as condições peculiares do mercado de trabalho existentes nas diferentes regiões do país. (CHAVES; BRANCO, 1979, p.300).

Em função deste objetivo foram propostos três subprogramas: Testagem e Orientação Profissional, Treinamento Profissional, e Colocação de Mão de Obra. Entre o objetivos específicos dos subprogramas estavam:

- orientar os alunos do MOBRAL para um melhor aproveitamento de suas potencialidades;
- oferecer treinamento em nível de semiquificação, para que o mobralense possa ingressar no mercado de trabalho ou no sistema de treinamento;
- garantir oportunidades de capacitação, através do sistema de treinamento profissional;
- propiciar o encontro entre a oferta e a demanda de mão-de-obra; através de um projeto de colocação: o Balcão de Emprego;
- favorecer uma aprendizagem mais rápida no trabalho. (MOBRAL, 1975a, p.56).

Como parte integrante do Sistema de Educação Permanente preconizado pelo MOBRAL, o Programa de Profissionalização assumiu alguns princípios básicos de organização e funcionamento então vigentes no MOBRAL:

[...] atendimento em larga escala, descentralização da execução e centralização do controle, utilização dos recursos comunitários, estratégia de ação única para todo país, abrangência nacional e, de acordo com as características do Programa, integração com entidades públicas e privadas da área de profissionalização. (CHAVES; BRANCO, 1979, p.301).

Para execução destes princípios, em 1975, o MOBRAL lançou o projeto-base de treinamento profissional, procurando formalizar uma metodologia voltada à formação polivalente, rápida e de larga escala com conteúdos comuns de várias ocupações, denominada Treinamento por Famílias Ocupacionais.

De acordo com a publicação de 1977 da GEPRO:

O treinamento por Família Ocupacional consiste em ministrar conhecimentos técnicos básicos das tarefas principais e semelhantes de um grupo de ocupações, de modo a habilitar o treinando para o desempenho de várias ocupações, bem como criar condições efetivas para sua posterior especialização em uma ocupação ou ainda dentro de uma tarefa da ocupação, pretendendo-se assim, introduzir correção nos hábitos de trabalho do treinando pela indução de modificações nos conhecimentos de habilidades que possui, de modo a facilitar uma mais racional operacionalização de seu trabalho, permitindo assim, uma melhor compatibilização sua com o mercado de trabalho existente. (MOBRAL; GEPRO, 1977, p.28).

Esta metodologia pretendeu integrar de forma genérica os princípios de funcionalidade, aceleração e polivalência. A GEPRO procurou justificar a instituição do treinamento por famílias ocupacionais ressaltando suas vantagens: a formação profissional polivalente em nível de semiquificação; a redução dos custos médios por treinado, já que é requerida a participação de um único instrutor para coordenar todo o curso, e a unificação do material didático e do currículo; e o atendimento em larga escala em decorrência da redução do custo médio por treinado. (CHAVES; BRANCO, 1979).

Para o desenvolvimento dos subprogramas de orientação e treinamento profissional foram estabelecidos convênios com outras entidades públicas e privadas como Ministério do Trabalho, SENAC, SENAI, Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Emílio Odebrecht, Arno e Massey-Fergusson.

Para execução do programa, cada Coordenação Estadual/Territorial contou com um Agente de Profissionalização (APROF), e as COMUNs com a atuação dos Encarregados da Área de Profissionalização (EPROF), treinados pelo SUSUG.

A partir de 1977 o programa passou por uma mudança de orientação, com a criação do PETRA- Programa de Educação Comunitária para o Trabalho. Segundo membros da GEPRO, tratou-se da execução de uma nova orientação do MOBREAL, voltada para a educação para o trabalho em bases comunitárias. O PETRA encarregou-se de dar apoio financeiro às iniciativas locais por meio do pagamento de monitores, via convênio com as COMUNS, que eram responsáveis por organizar cursos voltados à disseminação de técnicas e atitudes para o trabalho que permitiriam ao aluno uma iniciação profissional. Do lançamento oficial do PETRA, em maio de 1977, até novembro de 1978 “foram atingidas 23 unidades da Federação, tendo sido realizados cursos e treinadas 120.000 pessoas.” (CHAVES; BRANCO, 1979, p.308).

Os objetivos e a metodologia de treinamento polivalente, em termos de semiquificação, buscaram atender de forma mais rápida e econômica a demanda do mercado de trabalho, o que evidencia mais uma vez a tendência do MOBREAL de colocar a educação na linha do desenvolvimento econômico ao priorizar a formação de mão de obra.

Sobre este aspecto Januzzi (1979, p.54) esclarece que, de acordo com os princípios adotados pelo programa, o mobralense deveria ser alfabetizado para mais facilmente receber as informações e o treinamento que o permitisse “desempenhar o papel que lhe é reservado dentro do desenvolvimento. Esta é a preocupação central do MOBREAL, a que é encontrada coerentemente em seus documentos.”

4.5 Programas de Desenvolvimento Comunitário - PDC

Segundo consta em seu Documento Básico, o MOBREAL implantou o Programa de Desenvolvimento Comunitário (PDC) tendo em vista a necessidade de dar continuidade ao processo educativo iniciado com o PAF. Ainda conforme o Documento, “permanecendo por mais tempo no Sistema MOBREAL, o aluno recém-alfabetizado tem maior oportunidade de capacitar-se para participar do processo de promoção e integração social.” (MOBREAL, 1975a, p.58).

O objetivo geral do programa seria levar os alunos egressos do PAF a participarem da vida comunitária, oferecendo continuidade ao processo educativo, até que os mesmos pudessem se engajar no PEI. Os objetivos específicos foram definidos da seguinte forma:

- lançar as bases de um processo de integração social do indivíduo e dos grupos que constituem a comunidade, através de uma metodologia específica para o programa;
- estabelecer atividades que possam desenvolver e aperfeiçoar o espírito de associação e trabalho em conjunto;
- despertar a consciência de obrigação coletiva no tocante à higiene, limpeza e a outros hábitos que a vida comum exige de todos;
- desenvolver habilidades, através do aproveitamento de recursos locais, tendo em vista o artesanato, a indústria, o comércio, a agricultura e a pecuária;
- reforçar a linguagem oral e escrita tendo em vista a maior e melhor expressão e comunicação;
- levar as Comissões Municipais a se envolverem, mais de perto, com o processo de integração do homem à sua comunidade;
- levar as comunidades à compreensão da necessidade da participação de todos para a integração de seus membros. (MOBRAL, 1973a, p. 21-22).

Para consecução destes objetivos, em 1973 foi elaborado um material didático, constituído de três livros: o livro “Você é Líder”, destinado à COMUN com o objetivo de orientar a deflagração do programa; o livro “Você é Ação”, destinado aos professores, com as orientações pedagógicas necessárias ao desenvolvimento do processo de integração dos alunos com a comunidade e seus problemas; e o livro “Você é Importante”, (livro do aluno) que buscou envolver os alunos em um plano de ação comunitária.

Para o curso de desenvolvimento comunitário oferecido pelo PDC, foi estabelecida uma duração de dois meses, com duas horas diárias. De acordo com as orientações do MOBRAL, as classes deveriam ser instaladas próximas às casas dos alunos, ou ao seu local de trabalho, para facilitar a frequência às aulas. O método de trabalho orientar-se-ia conforme os interesses do grupo e da realidade local, utilizando-se, sempre, técnicas de trabalho em grupo. (MOBRAL, 1975).

A exemplo do que acontecia nos demais programas, a avaliação era realizada pelo SUSUG e o controle feito por meio dos Boletins de Frequência. Os recursos para o pagamento da gratificação dos professores só era liberado mediante a chegada e verificação dos Boletins no MOBRAL Central.

Considerando a operacionalização do programa, Jannuzzi (1979, p.52) esclarece que há sempre uma preocupação em “prescrever uma determinada maneira de agir, segundo padrão que é estabelecido para a penetração num desenvolvimento previamente aceito e sem jamais colocá-lo em questão.”

O PDC, no entanto, não alcançou os resultados esperados pelo MOBRAL e para justificar o fracasso das primeiras iniciativas, os membros da GEPED e SUSUG apontaram as seguintes razões:

A maior delas: o desconhecimento do significado do trabalho comunitário e a descrença na importância de a comunidade assumir a responsabilidade de seu próprio crescimento e oferecer a cada um de seus membros a oportunidade de desenvolver seu potencial individual. **O individualismo do brasileiro e a crença de que ao Governo cabe decidir e resolver todos os problemas leva as pessoas a um comodismo e um conformismo que impede o desenvolvimento**, tornando lento e muito caro qualquer programa educativo com base no grupo e na mobilização comunitária. (COSTA et al., 1979, p.336, grifo nosso).

Os objetivos do PDC e as justificativas de seus organizadores demonstram a intenção do MOBRAL em responsabilizar os indivíduos pelo fracasso do programa e a não solução dos problemas existentes nas comunidades que pertencem. Sobre este aspecto, Freire (2015, p.80) adverte que “faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação.”. Transferindo esta responsabilidade à sociedade civil e qualificando o brasileiro como individualista e acomodado, o governo procurou culpar o povo, e em especial os analfabetos, pelo atraso de desenvolvimento do país. Esta situação reforçou o estigma do analfabetismo considerado “mal”, “chaga” e a imagem do analfabeto como um indivíduo “descrente”, “incompetente” e “conformado”, o que inviabilizaria o sucesso dos programas educativos.

Sintetizando as concepções vigentes sobre o analfabetismo Freire (2001, p.15, apud FERRARO, 2002, p.29) esclarece que:

A concepção, na melhor das hipóteses, ingênua do analfabetismo o encara ora como uma "erva daninha" – daí a expressão corrente: "erradicação do analfabetismo" –, ora como uma "enfermidade" que passa de um a outro, quase por contágio, ora como uma "chaga" deprimente a ser "curada" e cujos índices, estampados nas estatísticas de organismos internacionais, dizem mal dos níveis de "civilização" de certas sociedades. Mais ainda, o analfabetismo aparece também, nesta visão ingênua ou astuta, como a manifestação da "incapacidade" do povo, de sua "pouca inteligência", de sua "proverbial preguiça".

Em 1974, em virtude dos resultados insatisfatórios, o PDC entra em uma fase de reformulação e diversificação, que resultará no lançamento de outros programas baseados nos princípios da ação comunitária: o Programa Diversificado de Ação Comunitária e o Programa de Educação Comunitária para a Saúde.

4.5.1 Programa Diversificado de Ação Comunitária (PRODAC)

O PRODAC foi lançado em 1975 com os seguintes objetivos:

- 1) desenvolver um processo educativo centrado na solução de problemas concretos da comunidade, que possa oferecer, como elemento constitutivo da educação permanente de adolescentes e adultos, oportunidade de:
 - aproveitar as situações de vida da comunidade, dando-lhes uma dimensão educativa, entendendo a própria vida da comunidade como o “espaço” onde o processo educativo ocorre;
 - transferir para a vida prática os conhecimentos, atividades e habilidades adquiridas nos programas do MOBREAL (pedagógico, profissional e cultural) e utilizá-los para buscar a adesão de outras pessoas ao envolvimento no trabalho comunitário;
- 2) criar mecanismos e processos adequados para estimular e possibilitar a ativa participação da população – respeitando seu próprio ritmo e objetivos – em programas concretos de desenvolvimento, que tragam uma melhoria real de qualidade de vida para todos;
- 3) viabilizar e/ou consolidar os programas oferecidos pelo MOBREAL, objetivando a compatibilização dos mesmos programas com os objetivos e aspirações da comunidade, modificando-os e enriquecendo-os com informações e dados da própria comunidade. (COSTA et al., 1979, p.336, grifo do autor).

Para atingir estes objetivos, o programa foi organizado em três etapas sequenciais previamente estruturadas: a Mobilização, a Organização de Grupos e a Manutenção do Trabalho. Na primeira fase de implantação, em 1975, o PRODAC atingiu 79 municípios, a responsabilidade pelo programa ficou a cargo da GEPED, envolvendo na execução os elementos da Agência Pedagógica das COEST/COTER. Conforme a estratégia de ação prevista, o PRODAC se desenvolveu dentro dos seguintes subprogramas: Educação, Saúde e Saneamento, Promoção Profissional, Nutrição, Habitação, Atividades de Produção, Conservação da Natureza, Esportes e Pesquisa. (COSTA et al., 1979).

Após a fase de Mobilização, um grupo de trabalho vinculado diretamente à SEXEC avaliou que, para evolução do programa, outras entidades com propostas afins, poderiam se unir ao PRODAC para dinamizar suas potencialidades. A partir daí o MOBREAL começou a atuar juntamente com o Exército, por meio da Ação Cívico Social (ACISO), em julho de 1976. Com finalidades, objetivos e princípios básicos compatíveis, ocorreu a integração do trabalho das duas instituições que ficou conhecido como PRODAC/ACISO, “com a finalidade de aproveitar a metodologia do Programa Diversificado de Ação Comunitária, para constituir a ACISO em uma etapa deflagradora de processo de desenvolvimento comunitário.” (COSTA et al., 1979, p.349).

Para essa atuação integrada do MOBRAL com o Exército, a metodologia do PRODAC teve que ser adaptada. O MOBRAL Central organizou uma equipe de técnicos, que juntamente com militares, foram a campo para executar a Operação PRODAC/ACISO. Estes militares foram previamente orientados por técnicos do MOBRAL e supervisionados por um oficial Coordenador e um militar designado pelos respectivos Comandos da Brigada e unidades militares envolvidas. Para implantação, a equipe do MOBRAL Central e os oficiais designados faziam um primeiro contato com o prefeito da cidade para obter sua adesão ao programa. Em seguida mobilizavam as lideranças, grupos comunitários e entidades locais, com o objetivo de conseguir o apoio necessário para execução do PRODAC/ACISO.

A Operação PRODAC/ACISO iniciou suas atividades pelo estado de São Paulo nas áreas de Campinas, Itu, Lins e Pirassununga, atingindo 14 municípios. Uma segunda operação aconteceu no Vale do Paraíba, em uma das regiões menos desenvolvidas do estado de São Paulo. A terceira operação, ainda em 1977, atingiu 11 municípios do estado do Rio Grande do Sul. Em julho de 1978, o MOBRAL e o Comando Militar da Amazônia deflagraram uma ação conjunta realizada nas áreas de fronteira. A operação contou com recursos financeiros da LBA, INCRA, FUNAI, EMATER, SUDENE e MOBRAL, assim como a participação de 70 entidades e 142 técnicos, entre os quais médicos, veterinários, engenheiros, agrônomos e outros profissionais. (COSTA et al., 1979).

Em sua análise da metodologia e da operacionalização do PRODAC integrada ao Exército, Paiva (2003, p. 385, grifo do autor) explica que,

O caráter verticalista da “metodologia” do PRODAC é evidente: a “comunidade” deve participar, mas os passos são definidos previamente pelo MOBRAL. Os contatos começam pelas autoridades locais e representantes das “forças vivas da comunidade” (ou seja, as classes dominantes), os planos de ação devem subordinar-se às prioridades governamentais. O espaço que fica à participação do “homem do povo” localiza-se nos detalhes e na execução voluntária (não remunerada) dos planos. Desse modo apresenta-se o MOBRAL como um “programa integrador”: busca sedimentar as relações sociais existentes ao promover o trabalho conjunto das diferentes classes sociais, ao mesmo tempo que promove a integração da população no projeto político, social e econômico dos governos pós-64.

Concomitantemente a implantação do PRODAC, o MOBRAL passou a desenvolver projetos de ação comunitária voltados para as áreas da saúde, saneamento e alimentação.

4.5.2 Programa de Educação Comunitária para Saúde - PES

Conforme exposto anteriormente, o Programa de Educação Comunitária para a Saúde (PES) teve origens comuns ao PRODAC ambos, baseados nos princípios da ação comunitária, surgem da diversificação do MOBRAL, em sua tentativa de sobrevivência institucional e efetivação do proclamado Sistema de Educação Permanente.

Sobre esta adoção de uma linha de ação comunitária, Paiva (2003, p. 393) salienta que

Era preciso, sem negar o discurso do êxito, abrir mão da tarefa alfabetizadora, mas incorporar – tal como fazia Ministério da Educação na época - elementos do discurso alternativo, em relação à educação popular e encontrar um campo de ação alternativo à alfabetização em nome do qual o movimento pudesse justificar tanto técnica quanto politicamente sua sobrevivência.

Procurando reforçar sua atuação no campo da saúde e complementar a ação dos demais programas, o MOBRAL lançou em 1976 o PES, com os objetivos:

Geral:

Propiciar a melhoria das condições de saúde das populações residentes na área de atuação do Programa, principalmente as mais carentes, através de trabalho de natureza educacional

Específicos:

- 1) motivar e possibilitar mudanças de atitude em relação à saúde;
- 2) estimular e orientar a comunidade para o desenvolvimento de ações que visem a melhoria das condições higiênicas e alimentares e dos padrões de saúde, a partir das necessidades sentidas;
- 3) desenvolver uma infra-estrutura de recursos humanos, pertencentes às comunidades a serem atingidas pelo Programa, para atuação no campo de educação para a saúde;
- 4) integrar esforços aos de entidades que atuam na área de saúde e outras a fim de maximizar recursos para uma efetiva melhoria das condições de saúde, saneamento e alimentação. (BACKHEUSER et al., 1979, p.314).

Em virtude destes objetivos, o MOBRAL buscou estabelecer uma metodologia fundamentada na mobilização da comunidade, para organização de grupos chamados Grupos Participantes que seriam os agentes executores no âmbito municipal, juntamente com o Encarregado do Programa de Educação Comunitária para a Saúde (ENPES). O ENPES era responsável pela orientação dos monitores que coordenavam os Grupos Participantes, e pela integração e envolvimento de entidades e comunidade em geral no PES.

Para a implantação e desenvolvimento do programa foi produzido um material de apoio com livros, folhetos e cartazes com conteúdos ligados à área de saúde, higiene e alimentação, além de roteiros com instruções sobre os fundamentos da metodologia e a

dinâmica do PES, para a orientação dos monitores e grupos participantes. O treinamento dos recursos humanos envolvidos no PES foi realizado em duas esferas: estadual, para os recursos humanos envolvidos na coordenação e supervisão; e municipal, para os recursos humanos envolvidos na execução. (BACKHEUSER et al., 1979).

Ainda em 1976, foi utilizado o rádio como forma de ampliar o alcance do programa, além de informações sobre saúde e saneamento, o PES- via Rádio (transmitido em cerca de 300 emissoras de 24 unidades da Federação), enfatizava a importância da participação da população, para o levantamento e a resolução dos problemas das comunidades carentes sob o ponto de vista socioeconômico.

Entre as ações realizadas e divulgadas pelo PES, com o apoio de entidades conveniadas estão: a construção de fossas, casas, redes de esgoto, poços artesianos, depósitos para guardar alimentos, depósitos de lixo, e criadouros de animais; a criação de farmácias comunitárias; o encaminhamento de pessoas para vacinação, tratamentos médicos e odontológicos; o recrutamento de analfabetos para o PAF; a orientação sobre assuntos referentes aos cuidados com o corpo, planejamento familiar, aposentadoria, cultivo de hortaliças e criação de animais, entre outros.

No relatório anual referente às atividades de 1978, o presidente do MOBRAL Arlindo Lopes Corrêa declarou que:

O programa de Educação Comunitária para a Saúde registrou 661.000 participantes, durante o ano, em 22 Unidades da Federação, sendo que 70% dos 23.682 grupos conveniados funcionavam na zona rural. Suas atividades de construção de fossas, implantação de hortas, encaminhamento de pessoas à vacinação e para consultas etc., mantiveram-se em nível elevado. (CORRÊA, 1979, p. 07).

Em sua dissertação: “Entre vacinas e canetas: as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970-1985)” José Maxsuel Lourenço Alves analisou o material didático do PES, o conteúdo de seus programas e radionovelas sobre saúde, os relatórios anuais de atividades, e as cartas trocadas entre os monitores do PES e o MOBRAL Central. Em seu estudo o pesquisador chama atenção para os números de atendimentos que apresentaram astronômicas somas de pessoas atendidas:

No relatório em estudo, enquanto palavras defendem a integração das ações, no momento da demonstração dos resultados, eles são apresentados como isolados. [...] Desse modo, uma única pessoa poderia ser atingida com várias das ações, mas na hora da contabilização esta pessoa apareceria como um dado em cada uma das estatísticas, provocando o leitor a imaginar que uma quantidade muito grande de pessoas estava sendo afetadas, quando na verdade as mesmas pessoas estavam nos diversos programas. [...] De todo modo, manipulados ou não, estes números corriam o país através das

publicações do MOBRAL. Eles davam visibilidade às ações Mobarlenses e sua capacidade de atingir os recantos do país, o que não quer dizer que nestes lugares ele conseguisse fazer grandes transformações. [...] desenhava-se uma alternativa à saúde pública sem a movimentação das velhas peças do tabuleiro, que permaneciam em seus confortáveis lugares, enquanto o MOBRAL ensaiava uma ação para a saúde, que se pretendia transformadora, à revelia das estruturas sanitárias, políticas, econômicas, sociais e culturais que permaneciam as mesmas, tornando difíceis os sonhos de salubridade plantados nos desejos dos monitores mobarlenses. (ALVES, 2015, p. 208-209).

Segundo os organizadores do programa, a ação educativa do PES deveria atuar “no sentido de estimular nos indivíduos e na comunidade a capacidade de refletir sobre seus problemas, defini-los de maneira precisa, propor e executar as soluções possíveis.” (BACKHEUSER et al., 1979, p.315).

Sobre este aspecto Alves (2015, p.283-284) esclarece que o MOBRAL,

[...] ensinava a população a identificar e buscar maneiras de solucionar seus problemas sanitários. O princípio é de que com o MOBRAL o aluno mobarlense aprendeu a gerir a própria vida e a de seus companheiros de modo salubre. Feito isso, caberia a ele criar as condições necessárias para realizar a transformação prometida em seu cotidiano. Desse modo, a representação do MOBRAL transfere a responsabilidade ao aluno, pois dada a lição, as doenças seriam consequência da desatenção da população, não da falta de estrutura.

Por meio da análise dos objetivos e da metodologia adotada pelo PES observa-se a tendência do MOBRAL de utilizar a vertente da ação comunitária para promover seus programas e incentivar, de maneira reguladora, a atuação da comunidade, entidades e lideranças locais em prol da resolução de seus problemas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a educação das massas como um importante mecanismo de construção da consciência coletiva e individual, o governo utilizou o MOBRAL como instrumento para a manutenção do poder político; para a legitimação das estruturas de dominação econômico-sociais vigentes; para a suavização das tensões sociais, e até mesmo a ocultação das relações conflitantes existentes. Enquanto legitimava o governo militar afastava a educação popular, pública e libertadora tendo em vista cooptar as populações excluídas e as classes trabalhadoras para a neutralidade política e participativa.

Com as mudanças ocorridas no cenário econômico, social e político do país no final da década de 1970 e início dos anos 1980, que apontavam para uma progressiva abertura política, e vendo crescer a oposição ao movimento dentro do próprio governo, entre os profissionais e tecnocratas da educação, membros do MEC e do Ipea²⁷, o MOBRAL buscou, no estabelecimento do Sistema de Educação Permanente e diversificação de seus programas, justificar sua existência e a necessidade da continuidade e ampliação de seu campo de atuação.

Porém, as reformulações, a diversificação dos programas, e toda estrutura organizacional montada de forma a atuar em todos os municípios brasileiros, não foram suficientes para a consecução da meta inicial e prioritária do MOBRAL: erradicar o analfabetismo até 1980. Dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que de 1970 a 1980, houve uma redução de apenas 8,2% na taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade, justamente o público alvo do MOBRAL:

Tabela 1 – Taxa de analfabetismo entre brasileiros acima dos 15 anos (1950-1991)

Taxa de Analfabetismo	
Abrangência: Brasil/ Unidade: Percentual	
Período	15 anos ou mais
1950	50,6
1960	39,7
1970	33,6
1980	25,4
1991	20,1

Fonte: IBGE, Censo demográfico. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>

²⁷ Alguns membros do MEC e Ipea críticos ao MOBRAL pleiteavam o repasse de parte de suas verbas para o ensino fundamental, afirmando que os recursos técnicos e financeiros seriam mais bem empregados, se canalizados para os anos iniciais do ensino de primeiro grau.

Mesmo com todas as medidas alternativas da instituição para preservar sua existência, o fracasso do MOBRAL tornava-se cada vez mais evidente, assim como as críticas e a oposição por parte de órgãos como MEC, LBA, e Ministério do Interior. Em 1985 pelo Decreto n. 92.374, de 06 de fevereiro de 1985, foi criada a Fundação EDUCAR para substituir o MOBRAL, extinto na mesma ocasião.

Avaliando o considerável nível de sofisticação técnica e logística atingido pelo Sistema MOBRAL, Mendonça (1985) concluiu que o movimento falhou ao tentar resolver apenas do ponto de vista técnico problemas que não são meramente técnicos. Ao assumir os interesses do regime ditatorial em associação com capitalismo internacional e nacional, o MOBRAL inviabilizou qualquer tentativa de se elevar o nível das classes trabalhadoras, pois o problema não era apenas educacional, mas principalmente político e econômico.

Sobre a extinção do MOBRAL, Paiva (2003) considerou o fracasso do movimento como consequência de seu abastecimento às necessidades de legitimação do Governo Militar de 1964 numa conjuntura determinada, sem considerar as experiências anteriores de reformas e organização de programas do gênero nos âmbitos nacional e internacional. Ainda segundo autora, o MOBRAL não considerou as características próprias do setor educacional cujos efeitos se fazem sentir a médio e não curto prazo como esperavam seus organizadores. Equivocadamente o movimento investiu na otimização dos processos, na tecnificação do trabalho e na adoção de uma orientação única, acreditando ser possível em curto prazo resolver um problema tão extenso. Neste sentido o MOBRAL ignorava, intencionalmente ou não, a complexidade do fenômeno do analfabetismo, com sua visão reducionista e preconceituosa de que o problema se encontra no próprio analfabeto.

Em uma entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, em 25 de Julho de 1982, Célia da Rocha Reufels, doutora em Pedagogia pela Universidade Rheinischem Friederich Wilhelms, sediada em Bonn na então República Federal da Alemanha, aponta como a principal causa do fracasso do MOBRAL a distância entre a teoria e as práticas estabelecidas na instituição. O método do MOBRAL negava seu próprio programa ao ignorar a possibilidade crítica do ser humano, e isto foi feito conscientemente já que a verdadeira intenção do governo era preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho, sem espírito crítico. Ainda segundo a pesquisadora, em educação se desvirtuamos a capacidade crítica do homem, ele não terá a motivação necessária para desenvolver sua alfabetização em cinco meses, como se propunha o programa. (CARDOSO, 1982).

A estrutura administrativa e a complexidade de seus sistemas de supervisão, informação e logística evidenciam a centralização, hierarquização e rigidez no controle dos processos. Reflexo da tecnocracia que permeava a operacionalização do movimento, a influência do Ipea e do Ministério do Planejamento se afirma na escolha de Arlindo Lopes Corrêa para secretário executivo e presidente do MOBRAL. Corrêa se destaca como idealizador, gestor e representante do MOBRAL, um intelectual que buscou mediar a unidade política e ideológica da instituição e legitimar seu trabalho perante a opinião pública. Mesmo depois de três décadas da extinção do MOBRAL, Corrêa permaneceu firme em sua orientação tecnocrática e na defesa do movimento, considerado por ele um órgão pioneiro e inovador que conquistou feitos inéditos para a educação brasileira.

A apropriação feita pelo MOBRAL acerca de conceitos como educação funcional e educação permanente foi adaptada às circunstâncias políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo país. Seus princípios metodológicos como funcionalidade e aceleração estavam apoiados na perspectiva da modernização e otimização do sistema, e na preocupação em atingir efeitos positivos em sua estrutura produtiva. A ênfase na normatização dos procedimentos a serem seguidos reduziu o alfabetizador a mero executor de um programa previamente estabelecido. A ideia difundida nos roteiros e manuais de orientações ao professor era de que a metodologia mobralense foi tão bem estruturada e supervisionada que, juntamente com o material didático oferecido, seriam capazes de suprir as demais carências.

Os ideais de Nação, progresso, e democracia, contrastam com o contexto político e social da ditadura civil-militar instaurada, nas publicações do MOBRAL é veiculada a ideia de que o país vivia em ordem, e que o povo teria seus direitos contemplados e melhores condições de vida. Não havia espaço para questionamentos e conflitos, “ordem e progresso” era a máxima disseminada pelos materiais didáticos. Suas lições, e campanhas publicitárias conciliavam a propaganda em prol do governo, com a exaltação ao MOBRAL e seus feitos.

Outro aspecto notável da instituição refere-se à intensa publicidade e o caráter apelativo de suas campanhas que buscavam responsabilizar a comunidade em geral pelo combate ao analfabetismo, considerado o grande mal social. Os manuais e roteiros de orientações ao alfabetizador caracterizavam o adulto analfabeto como ingênuo, passivo, vulnerável e acomodado, para em seguida indicar aos docentes estratégias para o envolvimento e manipulação de sua clientela.

Além de não obter os resultados previstos, o MOBRAL contribuiu para reforçar o preconceito contra o analfabeto, responsabilizando-o pelo atraso educacional do país e

valorizando seus aspectos considerados negativos. Com o fracasso e a extinção do movimento, ao longo dos anos o termo MOBRAL foi ganhando uma significação pejorativa, muitas pessoas passaram a associá-lo ao analfabetismo, à incompetência e a incapacidade intelectual.

Pela avaliação crítica da proposta educacional do MOBRAL, tendo em vista o contexto político, econômico e social de sua época, evidencia-se a contradição de um regime autoritário e excludente que proclamava a universalização e a democratização do ensino. Um dos principais reflexos desta contradição foi justamente o insucesso do MOBRAL em atingir seus objetivos.

Diante das questões conjunturais que envolvem a sociedade e a educação, como por exemplo, os princípios políticos e pedagógicos dos programas voltados para a EJA e quais as concepções de Estado os orientam, propomos que este estudo seja complementado por futuras pesquisas que contemplem os vindouros desdobramentos do MOBRAL, os princípios, ideais e práticas remanescentes nos subsequentes projetos e iniciativas governamentais voltadas à educação de adultos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; CORSO, A. M. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Formação de professores, complexidade e trabalho docente*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC PR: Curitiba, 2015. p. 1283-1299. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ALVES, J. M. L. *Entre vacinas e canetas: as apropriações dos saberes médicos nas publicações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1970-1985)*. 2015. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Do quadro-negro à lousa virtual: técnica, tecnologia e tecnicismo. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações*. Campinas: Papirus, 2006. p. 13-48.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BACKHEUSER, M. P. et al. Programa de Educação para a Saúde. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979. p. 311-332.

BALLARINY, J. G. O Sistema Logístico. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979. p. 415-429.

BARBOSA, M. G. C. *Educação de adultos em tempos de violação aos direitos humanos: das palavras freireanas grávidas de mundo para as palavras ocas de vida do MOBRAL*. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BEISIEGEL, C. R. *Estado e educação popular*, Brasília: Líber Livro, 2004.

BRANCO, M. L. C. O Planejamento do MOBRAL. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979. p. 133-145.

BRANDÃO, C. R. *O que é o método Paulo Freire*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1934. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei nº 5.379 de 15/12/1967*. Prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Brasília, DF:

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. 1973a. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto – lei nº 62.484* de 23/03/1968. Aprova o Estatuto da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. Brasília, DF: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. 1973b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto – lei nº 594* de 27/05/1969. Institui a Loteria esportiva federal e dá outras providências. Brasília, DF: Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. 1973c. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Documento básico de treinamento: Mobral*. Rio de Janeiro, 1973d. 66p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

CAMILO, R. A. L. *A Teologia da Libertação no Brasil*: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. In: Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais, 2011, Goiânia - GO. Diálogos entre graduação e pós-graduação. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: <<http://www.anais.cienciassociais.ufg.br>>. Acesso em: 14 out. 2016.

CARDOSO, I. Pesquisadora expõe razões do fracasso que marca o Mobral. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 jul. 1982. Disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org>>. Acesso em 10 maio 2017.

CAVALCANTI, M. L. G. et al. MOBREAL Cultural. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBREAL AGGS, 1979. p. 241-295.

CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (dir.). *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 17-48.

CHAVES, L. C.; BRANCO, M. L. C. Programa de Profissionalização. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBREAL AGGS, 1979. p. 299-308.

COELHO, L. R. *Educação de Jovens e Adultos: as ações do MOBREAL no município de Patos de Minas/MG (1970/1980)*. 2007. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2007. Disponível em: <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14095>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

CORRÊA, Arlindo Lopes. *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBREAL AGGS, 1979, 472p.

_____. *Educação, esporte, sustentabilidade*. 03 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.arlindolopescorrea.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

_____. *INSS, Ipea, emprego, filme 2012, doping*. 26 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.arlindolopescorrea.blogspot.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

COSTA, L. P. Estrutura e Funcionamento do MOBRAL. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979. p. 87-130.

_____; et al. Programa Diversificado de Ação Comunitária. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979. p. 335-354.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. *O Golpe na educação*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

CURY, C. R. J. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 134 p.

FÁVERO, O. ; MOTTA, E. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*. 1. ed. Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015. DVD-ROM.

FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 150 p.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980. 142 p.

FRIEDRICH, M. et al. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FUCHS, A. M. S.; FRANÇA, M. N.; PINHEIRO, M. S. F. *Guia para Normalização de publicações técnico-científicas*. Uberlândia: EDUFU, 2013. 286 p.

GALVÃO, B. C. *O papel do intelectual na construção do consenso durante a ditadura militar*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2016.

GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964/1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do Livro, [198-]. 220 p.

_____. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 341 p.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 2*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 334 p.

GUARATO, Mônica. *Alfabetização de Adultos: A experiência do MOBRAL no município de Uberlândia-MG (1971-1985)*. Dissertação (Mestrado em Educação) -Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2001.

_____; ARAÚJO, J. C. S. Alfabetização de Jovens e Adultos: A experiência do MOBRAL em Uberlândia, MG. *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, v. 1, nº1, p. 87-92, jan/dez 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

HADDAD, Sérgio. *Estado e Educação de Adultos (1964- 1985)*. Tese de Doutorado. USP - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1991, 360 p.

_____; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, maio-ago. nº 14, 2000. São Paulo. p.108-194. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

IBGE. *Censo demográfico 1950-1991*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 maio 2017.

JANNUZZI, Gilberta Martino. *Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBRAL*. São Paulo: Cortez, 1979. 111 p.

JESUS, A. T. *A educação como hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. 1985. 183 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação) – Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1985.

_____. *O pensamento e a prática escolar de Gramsci*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 129 p.

KOFF, A. M. N. S.; CAMPELLO, A. M. M. B. A Avaliação Funcional. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBRAL AGGS, 1979. p. 149-174.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 109-153.

LIRA, A. T. N. *A legislação de educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): um espaço de disputas*. 2010. 367 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1265.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2016.

MANACORDA, M. A. *O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo*. Tradução de: Willian Laços. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2013.

MAYO, Peter. *Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora*. Tradução de: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004. 189 p.

MEC. *MOBRAL: Sua Origem e Evolução*. Rio de Janeiro, 1973. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

MENDONÇA, T. N. J. *Movimento brasileiro de alfabetização: subsídios para uma leitura crítica do discurso oficial*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1995. 186p.

MOBRAL. *Sistema MOBRAL*. Rio de Janeiro, 1973a. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

_____. *Roteiro do Alfabetizador*. Rio de Janeiro: Bloch, 1973b, 66 p.

_____. *Manual do Alfabetizador*. Rio de Janeiro: Primor, 1974. 63 p.

_____. *Documento Básico*. Rio de Janeiro, 1975a. 86 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. *Soletre Mobral e leia Brasil*. Rio de Janeiro: MOBRAL, 1975b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____; GEPRO. *Metodologia de treinamento por família ocupacional*. Rio de Janeiro: GEPRO, 1977. 40p.

_____. *O subsistema de supervisão global do MOBRAL*. Rio de Janeiro, 1978. 14p.

_____. *Relatório 1974-1978*. Rio de Janeiro, 1979a. 86 p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____; GEPED. *Roteiro de orientações ao alfabetizador: programa de alfabetização funcional*. Rio de Janeiro: GEPED, 1979b. 148p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. *Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: CETEP, 1979c. 128p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

MOCHCOVITCH, L. G. *Gramsci e a Escola*. São Paulo: Editora Ática. 1988. 80 p.

NOSSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2004. 208 p.

OLIVEIRA, J. L. *As origens do MOBRAL 1967/1970*. 1989. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8912>> Acesso em: 16 fev. 2016.

PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos*. 2005. 480 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PEDERIVA, A. C. *O MOBREAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha-MG (1970-1985)*. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de São João Del-Rei, São João Del-Rei, 2015. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestradoeducacao/Dissertacao%20Ana%20Cristina%20Pederiva.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2016

PRESTES, E. M. T.; MADEIRA, V. P. C. *Educação popular e contexto sócio-político: o caso da cruzada ABC*. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2001. 194 p.

PUGLIA, D. B. Pensamento militar brasileiro e ação política. In: XVII Encontro Regional de História- *O lugar da História*. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. CD-ROM.

RAMOS, O. C. A.; FONSECA, M. S. V. Por um Sistema de Educação Permanente. In: CORRÊA, Arlindo Lopes. (Org.). *Educação de Massa e Ação Comunitária*. Rio de Janeiro: MOBREAL AGGS, 1979. p. 61-84.

REZENDE PINTO, J. M. O Golpe de 1964 e o financiamento: ditaduras não gostam de educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* – RBPAE, v. 30, n. 2, p. 287-301, maio./ago. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53677/33091>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

RIBEIRO, V. M. M. et al. *Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos*. Campinas: Papirus, 1992. 128 p.

SANTOS, Leide Rodrigues. MOBREAL: a representação ideológica do Regime Militar nas entrelinhas da Alfabetização de Adultos. *Revista Crítica Histórica*. Curitiba, Ano V, nº 10, p. 304-316, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

SAUNER, N. F. M. *Alfabetização de Adultos*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, T. D. M. Estudo exploratório sobre os critérios de avaliação do Alfabetizador do Maranhão. In: MOBREAL. *Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: CETEP, 1979c. 128p. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SILVA, J. C. *O MOBREAL no sertão alagoano: das histórias e memórias às sínteses possíveis após quatro décadas*. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.al.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

SOARES, Leôncio. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, B. N. S. *Alfabetização e legitimidade: a trajetória do MOBREAL entre os anos 1970-1980*. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br>> Acesso em: 15 jul. 2017.

SPIGOLON, Nima Imaculada. *As noites da ditadura e os dias de utopia... O exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979*. 2014. 506 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

STRELHOW, T. B. Breve História sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007. 328 p.

VENERANDO, G. F. *Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em Uberaba/MG: primeiras aproximações*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2015. Disponível em: <<http://www.uniube.br>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

VENTURA, J. P. *O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: a subalternidade reiterada*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br>>. Acesso em: 16 fev. 2016.